

Organização  
Raphaella Freitas Petkovic

# QUEBRANDO BARREIRAS

Gênero, Identidade e  
Transformação

Volume 3  
2025

  
Editora  
**UNIESMERO**

Organização  
Raphaella Freitas Petkovic

# QUEBRANDO BARREIRAS

Gênero, Identidade e  
Transformação

Volume 3  
2025

  
Editora  
UNIESMERO

**2025 – Editora Uniesmero**

[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)

uniesmero@gmail.com

**Organizadora**

Raphaella Freitas Petkovic

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Imagens, Arte e Capa:** Freepik/Uniesmero

**Revisão:** Respectivos autores dos artigos

**Conselho Editorial**

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P491q Petkovic, Raphaella Freitas  
Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação -  
Volume 3 / Raphaella Freitas Petkovic (organizadora). – Formiga  
(MG): Editora Uniesmero, 2025. 174 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5492-113-8

DOI: 10.5281/zenodo.14880783

1. Identidade de gênero. 2. Homossexualidade. 3. Homofobia. 4.  
Ideologia de gênero. I. Petkovic, Raphaella Freitas. II. Título.

CDD: 305.8

CDU: 305

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam  
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins  
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)

[uniesmero@gmail.com](mailto:uniesmero@gmail.com)

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

[https://www.uniesmero.com.br/2025/02/quebrando-  
barreiras-genero-identidade-e.html](https://www.uniesmero.com.br/2025/02/quebrando-barreiras-genero-identidade-e.html)



**AUTORES**

**Adalgiza Mafra Moreno  
Aldaires Aires da Silva Lima  
Ana Beatriz Medeiros Ferreira  
Anna Júlia de Rossi  
Camila Tavares Rodrigues  
Daniele Neves do Nascimento  
Edemar Rotta  
Edith Maria Marques Magalhães  
Eduarda Bassolli  
Erik Luís Sott de Santis  
Fagner Fernandes Stasiaki  
Fátima Ingrid Bezerra Bonfim  
Hiatanderson da Silva Monteiro  
Igor Bidigaray  
Ivanalda Dantas de Nobrega Di Lorenzo  
Ivann Carlos Lago  
Jéssica Duarte de Souza  
Joana Alvares  
Juliana Cristina dos Santos Duarte (Kylian Duarte)  
Kézia Keulen Rodrigues Barbosa  
Luan Anderson Dalmas  
Mariana Amaral da Silva  
Mariana da Silva Souza  
Marilia Salete Tavares  
Neusa Schnorrenberger  
Raquel Pereira Quadrado  
Rosângela Angelin  
Sandra Adelina Giacomini  
Tais Eduarda Marciel dos Santos Ferreira**

## APRESENTAÇÃO

A compreensão da identidade de gênero e suas interseções com a sociedade tornou-se um dos temas mais relevantes e desafiadores do século XXI. Vivemos em um mundo que, historicamente, construiu e consolidou estruturas normativas rígidas, moldando não apenas a maneira como os indivíduos se percebem, mas também as expectativas que a sociedade impõe sobre eles. Essas normas, frequentemente baseadas em concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, estabelecem limites que impactam diretamente o desenvolvimento pessoal, profissional e social de milhões de pessoas. Em muitos casos, tais fronteiras funcionam como barreiras invisíveis que restringem possibilidades, perpetuam desigualdades e reforçam sistemas excludentes.

Diante desse cenário, torna-se imperativo refletir sobre os mecanismos que sustentam essas imposições, bem como sobre as estratégias necessárias para desconstruí-las. A identidade de gênero é uma construção complexa, que transcende a mera dicotomia entre masculino e feminino. Influenciada por fatores biológicos, psicológicos, culturais e sociais, a percepção que cada indivíduo tem de si mesmo e a forma como expressa sua identidade são resultado de interações dinâmicas e multifacetadas. No entanto, apesar do avanço dos debates sobre diversidade e inclusão, ainda há resistência significativa à aceitação de perspectivas que desafiem o status quo. O medo do desconhecido, somado ao apego a tradições enraizadas, muitas vezes resulta em preconceito, discriminação e marginalização daqueles que não se enquadram nos modelos convencionais.

A quebra dessas barreiras não é apenas um exercício intelectual ou um conceito abstrato. Ela se concretiza na vivência cotidiana de incontáveis pessoas que, em diferentes contextos sociais e culturais, desafiam normas preestabelecidas e reivindicam seu direito à autenticidade. Esse processo de transformação individual e coletiva exige coragem, resiliência e, acima de tudo, conhecimento. O desconhecimento sobre a diversidade de gênero alimenta estereótipos e perpetua a exclusão, ao passo que a informação e o diálogo são ferramentas poderosas para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

É nesse contexto que *Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação* se apresenta como um convite à reflexão crítica e à ampliação de horizontes. A proposta desta obra é explorar as múltiplas dimensões da identidade de gênero, abordando suas implicações no âmbito social, profissional, familiar e legislativo. A partir de uma

abordagem interdisciplinar, são analisadas as narrativas que sustentam tanto a discriminação quanto a resistência, os desafios e as conquistas daqueles que ousam romper com os limites impostos, bem como os impactos dessas transformações na sociedade como um todo.

Para além de uma discussão teórica, este livro busca dar voz às experiências individuais e coletivas, oferecendo um panorama amplo sobre a diversidade de gênero e os caminhos para uma convivência mais inclusiva. É fundamental compreender que a aceitação da diversidade não deve ser encarada como uma concessão, mas como um imperativo ético e humanitário. Em um mundo cada vez mais interconectado, onde as lutas por direitos e reconhecimento ganham força e visibilidade, ignorar ou minimizar essa questão não é mais uma opção viável. A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática passa, necessariamente, pelo respeito à pluralidade de identidades e pelo combate às desigualdades que historicamente marcaram determinados grupos.

Assim, que esta leitura sirva como um instrumento de aprendizado e transformação. Que cada página desperte questionamentos, incentive o pensamento crítico e, sobretudo, inspire mudanças concretas. Afinal, quebrar barreiras não é apenas um ato de resistência contra as imposições normativas; é, acima de tudo, um compromisso com a liberdade, a dignidade e a possibilidade de um futuro em que cada indivíduo possa existir plenamente, sem medo, sem repressão, sem limitações impostas por padrões alheios à sua própria essência.

Esperamos que esta obra seja, portanto, um farol para aqueles que buscam compreender e construir um mundo onde a diversidade não seja vista como ameaça, mas como um dos pilares fundamentais da humanidade.

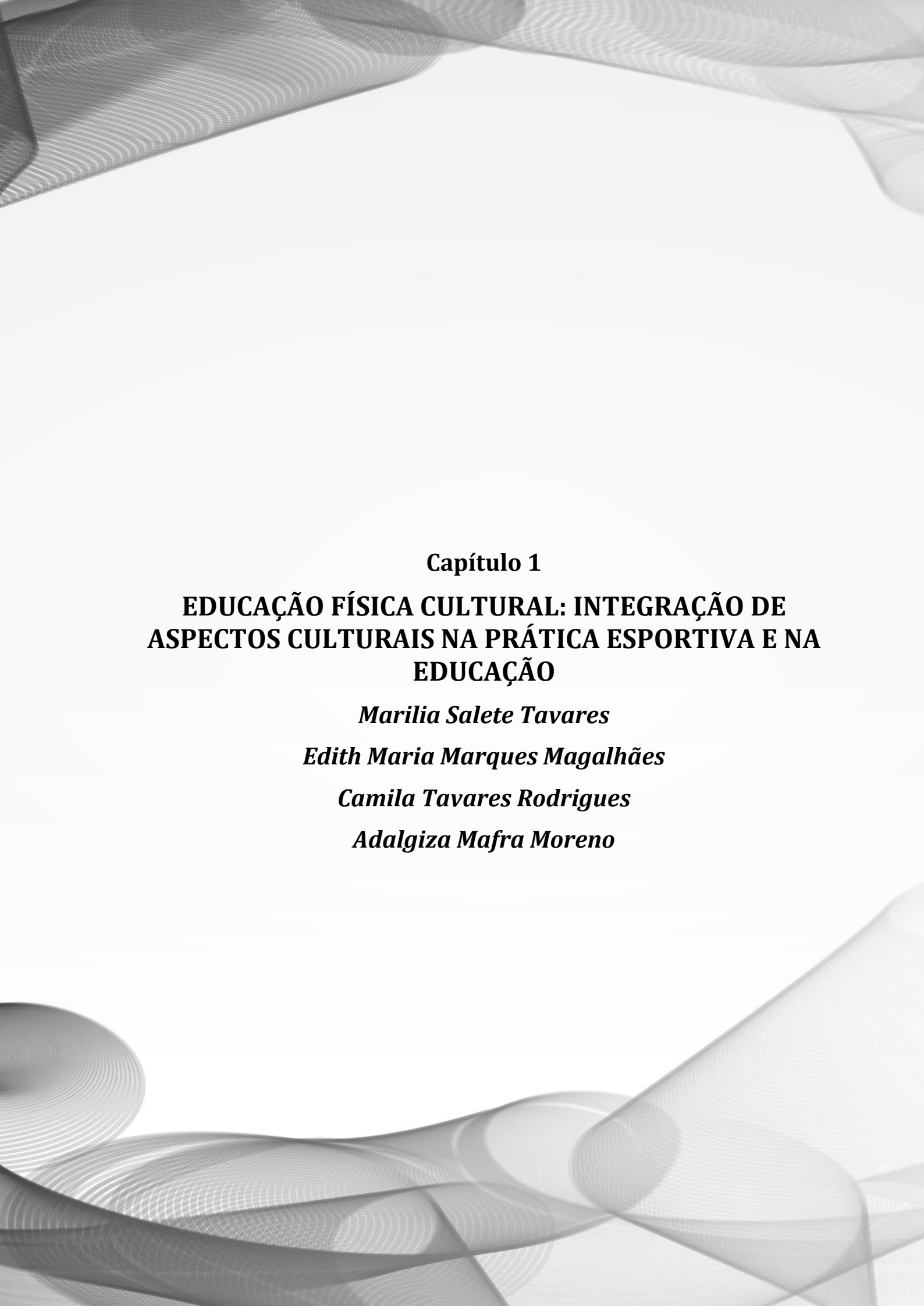
*Boa leitura!*

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| Capítulo 1<br><b>EDUCAÇÃO FÍSICA CULTURAL: INTEGRAÇÃO DE ASPECTOS CULTURAIS NA PRÁTICA ESPORTIVA E NA EDUCAÇÃO</b><br><i>Marília Salete Tavares; Edith Maria Marques Magalhães; Camila Tavares Rodrigues; Adalgiza Mafra Moreno</i>                    | <b>10</b>  |
| Capítulo 2<br><b>O USO DA LINGUAGEM COMO DEMARCAÇÃO IDENTITÁRIA DO PÚBLICO LGBTQIAPN+: UMA ABORDAGEM ENVOLVENDO DIREITOS HUMANOS</b><br><i>Erik Luís Sott de Santis; Fagner Fernandes Stasiaki; Rosângela Angelin; Ivann Carlos Lago; Edemar Rotta</i> | <b>19</b>  |
| Capítulo 3<br><b>A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE FEMININA A PARTIR DO CONTO 'MARIA'</b><br><i>Tais Eduarda Marciel dos Santos Ferreira; Hiata Anderson da Silva Monteiro; Ivanalda Dantas de Nobrega Di Lorenzo</i>           | <b>32</b>  |
| Capítulo 4<br><b>UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DO MICROEMPREENDEDORISMO FEMININO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA</b><br><i>Kézia Keulen Rodrigues Barbosa; Aldaires Aires da Silva Lima; Mariana da Silva Souza</i>                           | <b>47</b>  |
| Capítulo 5<br><b>FEMINISMO NO BRASIL: RELAÇÃO ENTRE A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO E GRUPOS FEMININOS COMUNISTAS (1945 A 1960)</b><br><i>Jéssica Duarte de Souza</i>   | <b>59</b>  |
| Capítulo 6<br><b>A NOVA ROUPAGEM DO TRABALHO ESCRAVO POR MEIO DA TERCEIRIZAÇÃO (LEI Nº.13.429/2017): CASOS NA COLHEITA DE UVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b><br><i>Neusa Schnorrenberger; Fagner Fernandes Stasiaki; Erik Luís Sott de Santis</i> | <b>73</b>  |
| Capítulo 7<br><b>FEMINISMO DECOLONIAL: UMA ANÁLISE DA ARTE PERFORMÁTICA DE ANA MENDIETA A PARTIR DO PENSAMENTO DE GLORIA ANZALDÚA E FRANÇOISE VERGÈS</b><br><i>Daniele Neves do Nascimento</i>   | <b>90</b>  |
| Capítulo 8<br><b>DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE MULHERES ADULTAS E NA TERCEIRA IDADE</b><br><i>Juliana Cristina dos Santos Duarte (Kylian Duarte)</i>  | <b>104</b> |
| Capítulo 9<br><b>GORDOFOBIA MÉDICA: O DISCURSO DA SAÚDE E SEUS EFEITOS NA SOCIEDADE A PARTIR DA ANÁLISE EM UM CANAL DO YOUTUBE</b><br><i>Mariana Amaral da Silva; Raquel Pereira Quadrado</i>  | <b>116</b> |



|  |            |
|--|------------|
| Capítulo 10  |            |
| <b>DA LITERATURA À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: LEITURA DO CONTO 'MARIA' E A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ANTIRRACISTA E FEMINISTA NO ENSINO MÉDIO</b> | <b>132</b> |
| <i>Fátima Ingrid Bezerra Bonfim</i>  |            |
| <hr/>  |            |
| Capítulo 11  |            |
| <b>POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ E PROFISSIONAIS DA SAÚDE: CAPACITAÇÃO E RELATO DE EXPERIÊNCIA</b>  | <b>143</b> |
| <i>Joana Alvares; Sandra Adelina Giacomini; Luan Anderson Dalmas; Igor Bidigaray; Eduarda Bassolli; Anna Júlia de Rossi</i>                      |            |
| <hr/>  |            |
| Capítulo 12  |            |
| <b>TECENDO CAMINHOS: ESCOLA, INCLUSÃO E GÊNERO</b>   | <b>159</b> |
| <i>Ana Beatriz Medeiros Ferreira</i>   |            |
| <hr/>  |            |
| <b>AUTORES</b>   | <b>169</b> |



**Capítulo 1**

**EDUCAÇÃO FÍSICA CULTURAL: INTEGRAÇÃO DE  
ASPECTOS CULTURAIS NA PRÁTICA ESPORTIVA E NA  
EDUCAÇÃO**

*Marilia Salete Tavares*

*Edith Maria Marques Magalhães*

*Camila Tavares Rodrigues*

*Adalgiza Mafra Moreno*

# EDUCAÇÃO FÍSICA CULTURAL: INTEGRAÇÃO DE ASPECTOS CULTURAIS NA PRÁTICA ESPORTIVA E NA EDUCAÇÃO

## ***Marilia Salete Tavares***

Mestra em Ciências da Atividade Física  
Universidade Salgado de Oliveira  
Universidade Iguazu  
E-mail: mariliasaete@gmail.com

## ***Edith Maria Marques Magalhães***

Dra. em Educação  
Universidade Iguazu  
E-mail: edithmagalhaes20@gmail.com.br

## ***Camila Tavares Rodrigues***

Mestra em Educação  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
E-mail: mila-tr@hotmail.com

## ***Adalgiza Mafra Moreno***

Dra. em Ciências Cardiovasculares  
Universidade Salgado de Oliveira  
Universidade Iguazu  
E-mail: adalgizamoreno@hotmail.com

## **RESUMO**

Este estudo busca analisar e discutir a abordagem da educação física cultural, que vai além da perspectiva tradicional da atividade física, integrando elementos culturais, sociais e históricos na prática esportiva e na educação física em geral. Metodologia: Este trabalho baseia-se em

uma revisão de literatura integrativa, explorando estudos e conceitos relevantes sobre educação física cultural e sua importância na promoção da diversidade e inclusão no contexto educacional. Na discussão sobre cultura, muitas vezes se negligencia a dimensão física, associando-a predominantemente a expressões artísticas eruditas. Contudo, existe uma lacuna ao não conectar história, cultura e prática de atividades físicas. O Artigo 26 da Lei nº 9.394, leis de diretrizes e bases da educação enfatiza a relevância do estudo do mundo físico e natural, bem como da história e cultura afro-brasileira e indígena, visando promover o entendimento do patrimônio cultural e artístico. A promoção da interculturalidade implica na inclusão de conteúdos e práticas que abordem a diversidade cultural nos currículos escolares, bem como em ações educativas que promovam a diversidade, inclusão e representatividade em todas as áreas da educação. A educação física cultural redefine a perspectiva tradicional da atividade física, integrando elementos sociais e históricos na prática esportiva e na educação física em geral. Isso implica que os alunos aprendam não apenas a executar atividades físicas, mas também adquiram conhecimento sobre os benefícios associados a essas práticas culturais. Dessa forma, promove-se um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo, enriquecido pela diversidade de perspectivas, visando superar visões monoculturais e eurocêntricas. Conclusão: O currículo cultural, ao incorporar a cultura local na prática da educação, desempenha um papel fundamental na formação de sujeitos solidários, promovendo inclusão e diversidade no contexto educacional. Esta abordagem não apenas enriquece a experiência educacional dos alunos, mas também contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação física cultural. Diversidade cultural. Inclusão.

#### **ABSTRACT**

This study aims to analyze and discuss the approach of cultural physical education, which goes beyond the traditional perspective of physical activity, integrating cultural, social, and historical elements into sports practice and physical education in general. Methodology: This work is based on an integrative literature review, exploring relevant studies and concepts about cultural physical education and its importance in promoting diversity and inclusion in the educational context. In the discussion about culture, the physical dimension is often neglected, predominantly associating it with scholarly artistic expressions. However, there is a gap in not connecting history, culture, and physical activity practice. Article 26 of Law No. 9,394, the Guidelines and Bases of National Education, emphasizes the relevance of studying the physical and natural world, as well as Afro-Brazilian and Indigenous history and culture, aiming to promote an understanding of cultural and artistic heritage. Promoting interculturality involves including content and practices that address cultural diversity in school curricula, as well as educational actions that promote diversity, inclusion, and representation in all areas of education. Cultural physical education redefines the traditional perspective of physical activity, integrating social and

historical elements into sports practice and physical education in general. This means that students not only learn to perform physical activities but also gain knowledge about the benefits associated with these cultural practices. Thus, a more inclusive and equitable educational environment is promoted, enriched by diverse perspectives, aiming to overcome monocultural and Eurocentric views. Conclusion: The cultural curriculum, by incorporating local culture into educational practice, plays a fundamental role in forming supportive individuals, promoting inclusion and diversity in the educational context. This approach not only enriches students' educational experience but also contributes to the development of a more inclusive society.

**Keywords:** Cultural physical education, Cultural diversity, Inclusion. *íngua Inglesa. Mesma formatação do Resumo em Língua Portuguesa.*

## **INTRODUÇÃO**

A educação física é definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, como parte integrante do currículo escolar, compreendendo um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos relacionados à prática corporal, ao movimento humano, à saúde, ao esporte e ao lazer, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo-social e motor dos estudantes (Brasil, 1996).

A educação física tradicional muitas vezes implica em currículos, ensinamentos e valores que refletem predominantemente a perspectiva de uma cultura dominante, frequentemente de origem europeia. Segundo De Lima e Neira (2019), o currículo tradicional reflete princípios e valores que resultam da escolha dos conteúdos, enfatizando a rigidez na construção textual que ocorre quando se elabora um currículo sem espaço para intercâmbio e debate.

Observa-se que esse modelo de currículo não está agradando os alunos, visto que muitos deixam de assistir às aulas por se sentirem desmotivados, alegando que as atividades são sempre repetitivas e que o conteúdo apresentado é o que menos gostam nas aulas. Essa desmotivação é atribuída à falta de diversidade nas atividades propostas e à ausência de uma abordagem inclusiva que contemple diferentes culturas e interesses dos estudantes, o que acaba por comprometer a eficácia do ensino e o engajamento dos estudantes nas aulas de educação física (Dos Santos Ferreira, Graebner e Matias, 2014; Souza e Telles, 2021).

O currículo cultural, em vez de camuflar os conflitos identitários para que não sejam vistos, promove o confronto, abrindo espaços para que os estudantes exponham e reflitam sobre seus sentimentos e impressões pessoais que emergem nos momentos de discordância permitindo que diferentes identidades e contextos culturais sejam reconhecidos, valorizados e integrados no ambiente educacional. Com essa mudança, os alunos passam a se reconhecer no ambiente educacional, experimentando uma variedade de vivências que proporcionaram maior representatividade e identificação com as atividades corporais abordadas (De Souza, Neira e Telles, 2023).

A cultura popular está intrinsecamente ligada à prática de atividades como capoeira, samba e dança. No entanto, raramente se estabelece a conexão entre a história, a cultura e a prática de atividades físicas. Essa conexão implica que os alunos não apenas aprendam a executar tais atividades, como dançar o Carimbó ou jogar queimada, mas também adquiram conhecimento sobre suas origens históricas e os benefícios associados a essas práticas, evitando estereótipos e proporcionando um ambiente em que todos se sintam valorizados e representados (De Souza, Neira e Telles, 2023).

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa adotou uma metodologia de revisão integrativa da literatura com o objetivo de investigar o papel da educação física cultural na promoção da diversidade, inclusão e representatividade na educação. Para tanto, realizou-se uma análise reflexiva de pesquisas em diversas bases de dados eletrônicas sobre o tema em questão. A partir da leitura dos estudos selecionados, procedeu-se a uma análise interpretativa do papel da educação física cultural na integração dos elementos culturais, sociais e históricos na prática esportiva e na educação física em geral.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O Artigo 26 da LDB destaca a importância do estudo do mundo físico e natural, realidade social e política, incluindo história e cultura afro-brasileira e indígena, visando promover o entendimento do patrimônio cultural e artístico e contribuir para aumentar a visibilidade da cultura a expressões artísticas como literatura e música populares, e para a difusão de ideias que possam ser benéficas para a sociedade. Em seu Inciso V, o mesmo

Artigo destaca os conteúdos curriculares do Ensino Fundamental, os quais incluem o estudo da língua portuguesa e da matemática, comuns a todo o ensino fundamental, bem como o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, promovendo o entendimento do valor do patrimônio cultural e artístico.

É evidente que os princípios ético-políticos que norteiam o currículo cultural têm impacto significativo na percepção dos estudantes sobre as práticas corporais, mesmo que o termo "intercultural" não seja mencionado diretamente na LDB, os princípios presentes na lei enfatizam a importância da interculturalidade na educação brasileira, promovendo o respeito e a valorização das diferentes culturas presentes na sociedade (Brasil,1996).

Os currículos de Educação Física tradicional, frequentemente se baseiam em conhecimentos estabelecidos que enfatizam a formação de habilidades técnicas, relegando as práticas corporais a um papel meramente funcional. A concepção restrita de cultura, historicamente limita a cultura a expressões artísticas como literatura e música, negligenciando a dimensão física das práticas culturais (De Souza, Neira e Telles, 2023).

Em contrapartida, o currículo cultural propõe romper com a rigidez dos documentos oficiais e promover um diálogo mais amplo entre os educadores e a comunidade escolar, incluindo estudantes, pais, funcionários e a comunidade em geral, com o objetivo de desenvolver novas possibilidades pedagógicas, que sustentem uma educação comprometida com uma política cultural democrática, integrando de forma significativa a dimensão física na compreensão cultural da comunidade (Alviano, Neira e Vargas, 2022).

Isso pode ser alcançado através de atividades pedagógicas como visitas a locais de prática, palestras com especialistas, aulas demonstrativas com praticantes locais, análise de materiais audiovisuais e textuais, além de pesquisas orientadas. Tais abordagens não só enriquecem a aprendizagem dos estudantes, mas também promovem uma compreensão mais integrada das práticas corporais dentro de um contexto cultural e histórico mais amplo (De Souza, Neira e Telles, 2023).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A promoção da interculturalidade pode ocorrer por meio da inclusão de conteúdos da cultura popular e práticas que abordem a diversidade cultural nos currículos escolares,

assim como pela promoção de ações educativas que incentivem o diálogo intercultural, promovendo a diversidade e o respeito às diferenças, a inclusão e a representatividade em todas as áreas da educação, contribuindo positivamente para a formação de sujeitos solidários (Souza e Telles, 2021).

De Souza, Neira e Telles (2023) discutem o papel da Educação Física Cultural no currículo escolar, analisando a possibilidade das vivências das ginásticas, dos jogos, das brincadeiras, das lutas, das danças da cultura local facilitarem a adesão do aluno na medida em que aumentam as chances de uma possível identificação. Segundo os autores, um educador empenhado em utilizar a Educação Física Cultural no currículo, não apenas vai ampliar a variedade de tópicos apresentados, como também deverá, ao abordar as práticas corporais, buscar analisar e questionar os elementos sociais que as influenciam, como gênero, etnia, classe, religião, orientação sexual, e outros fatores distintivos. Além disso, a insistência em manter uma estrutura curricular inflexível impede a inovação pedagógica e a adaptação às necessidades e expectativas dos alunos (De Souza, Neira e Telles, 2023).

Por outro lado, a definição da educação física cultural é a abordagem pedagógica que vai além da visão tradicional da atividade física, buscando integrar elementos culturais, sociais e históricos na prática esportiva e na educação física em geral, visando superar visões monoculturais e eurocêtricas. Ela integra-se a outras disciplinas, buscando conexões com áreas como história, sociologia e antropologia, incluindo currículos, métodos de ensino, materiais didáticos e avaliações, enriquecendo o entendimento dos alunos sobre o papel do esporte na sociedade (Darido, 2012).

Nesse contexto, o professor deve considerar as várias complexidades que envolvem os seres humanos, levando em conta não apenas suas ações isoladas, mas também suas experiências de vida. Dessa forma, é possível expandir as oportunidades de aprendizado, pois tudo que está presente na cultura deve ser passível de análise, incorporando nas aulas novos conteúdos centrados na cultura dos discentes, como exemplo: lutas (incluindo capoeira), danças, práticas circenses, atividades físicas alternativas e exercícios de aventura ao repertório da disciplina escolar. Suas decisões, abordagens pedagógicas e escolhas de temas devem buscar promover a participação de todos os alunos, independente de suas habilidades físicas, culturais ou sociais. Incentivando práticas que respeitem a diversidade e combatam qualquer forma de discriminação (Darido, 2012; Santos Júnior e Neira, 2020).



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Física Cultural surge como uma importante abordagem pedagógica para transformar o ensino tradicional da disciplina, incorporando uma variedade de práticas corporais que refletem a diversidade cultural e histórica dos alunos, contrapondo-se à rigidez dos currículos convencionais, que frequentemente negligenciam as manifestações culturais populares.

Além de ampliar o repertório de práticas corporais, a Educação Física Cultural busca fomentar um diálogo intercultural que promova o respeito às diferentes culturas presentes na sociedade. Esta metodologia promove não apenas a aprendizagem das atividades físicas, como a capoeira e danças regionais, mas também o entendimento de suas origens e significados históricos.

Integrar esses elementos não só enriquece o ambiente educacional, mas também fortalece a identidade dos estudantes, para a formação de uma consciência crítica entre os alunos, que passam a compreender não apenas as habilidades técnicas das atividades físicas, mas também as influências sociais, históricas e políticas que moldam essas práticas, permitindo que se reconheçam e se valorizem dentro do contexto escolar.

Ao adotar uma abordagem inclusiva e representativa, os educadores não apenas melhoram o engajamento dos estudantes nas aulas, mas também contribuem para um ambiente escolar mais acolhedor e igualitário, onde todos têm espaço para se expressar e participar.

Nesse contexto, a implementação da Educação Física Cultural não se limita apenas às atividades dentro da sala de aula, mas também se estende para além dos muros da escola, através de visitas a locais históricos e culturais, palestras com especialistas e interação com praticantes locais. Essas práticas pedagógicas não só enriquecem o processo de aprendizagem, proporcionando uma compreensão mais profunda das práticas corporais no contexto cultural, mas também fortalecem os laços entre a escola e a comunidade.

## **REFERÊNCIAS**

ALVIANO JR, Wilson; NEIRA, Marcos Garcia; VARGAS, Cláudio Pellini. Práticas curriculares da educação física e ação didática docente: um olhar dos estudos culturais. *Humanidades & Inovação*, v. 9, n. 14, p. 111-121, 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DE LIMA, M. E.; NEIRA, M. G. Formação e atuação no currículo cultural da Educação Física: fios que se entrelaçam. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 208–221, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14i1.10888. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10888>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DOS SANTOS FERREIRA, Mayara Luana; GRAEBNER, Luciane; MATIAS, Thiago Sousa. Percepção de alunos sobre as aulas de educação física no ensino médio. *Pensar a prática*, v. 17, n. 3, 2014.

DARIDO, Suraya Cristina. Educação física na escola: conteúdos, suas dimensões e significados. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 16, p. 51-75, 2012.

SANTOS JÚNIOR, F. N. & NEIRA, M. G. (2020) Olhares sobre a proposta de reorganização do currículo do ensino médio na rede estadual paulista. *Revista Internacional de Formação de Professores*.

DE SOUZA, A. C. C.; NEIRA, M. G.; TELLES, S. D. C. C. Educação Física Cultural: o currículo em ação pela ótica docente. *Movimento*, p. e29039-e29039, 2023.

SOUZA, Anna Carolina Carvalho; TELLES, Silvio de Cassio Costa. A percepção de professores de Educação Física sobre uma escrita curricular culturalmente orientada. *Research, Society and Development*, v. 10, p. 1, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18288>



**Capítulo 2**

**O USO DA LINGUAGEM COMO DEMARCAÇÃO  
IDENTITÁRIA DO PÚBLICO LGBTQIAPN+: UMA  
ABORDAGEM ENVOLVENDO DIREITOS HUMANOS**

*Erik Luís Sott de Santis*

*Fagner Fernandes Stasiaki*

*Rosângela Angelin*

*Ivann Carlos Lago*

*Edemar Rotta*

**O USO DA LINGUAGEM COMO DEMARCAÇÃO IDENTITÁRIA DO  
PÚBLICO LGBTQIAPN+: UMA ABORDAGEM ENVOLVENDO  
DIREITOS HUMANOS**

***Erik Luís Sott de Santis***

*Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas – UFFS, campus Cerro Largo, com bolsa CAPES. E-mail: [erik.santis@estudante.uffs.edu.br](mailto:erik.santis@estudante.uffs.edu.br)*

***Fagner Fernandes Stasiaki***

*Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas – UFFS, campus Cerro Largo, com bolsa CNPq. E-mail: [fagner.stasiaki@estudante.uffs.edu.br](mailto:fagner.stasiaki@estudante.uffs.edu.br)*

***Rosângela Angelin***

*Pós-Doutora pelas Faculdades EST (São Leopoldo/RS). Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck. Docente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo. Vice-líder do Núcleo de Pesquisa de Gênero - Faculdades EST.*

***Ivann Carlos Lago***

*Doutor em Sociologia Política. Professor do quadro permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: [ivann@uffs.edu.br](mailto:ivann@uffs.edu.br)*

***Edemar Rotta***

*Doutor em Serviço Social. Professor do quadro permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: [erotta@uffs.edu.br](mailto:erotta@uffs.edu.br)*

## **RESUMO**

Atualmente, as discussões sobre gênero “neutro” e linguagem “neutra”, tem ganhado visibilidade e gerado polêmicas por afastar-se das identidades reconhecidas como binárias. Logo, tem-se observado um embate entre a “norma padrão” da linguagem e as novas formas de utilizar e ressignificar o sistema linguístico. A luta por uma linguagem inclusiva para o movimento LGBTQIAPN+<sup>1</sup> se faz necessária, pois a censura dessa linguagem é um apagamento social e identitário, de modo que invisibiliza as pessoas não binárias, afastando-as de uma comunicação inclusiva e humanizadora. Metodologicamente, esse estudo opera-se nas premissas da dialética, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, observando livros, teses, dissertações e artigos científicos, buscando assim, analisar os avanços, os desafios e as limitações na luta por reconhecimento de identidade não-binária, através do uso da linguagem como demarcação identitária do público LGBTQIAPN+. A luta por uma linguagem inclusiva é necessária, pois a censura dessa linguagem afeta os direitos humanos como o direito à igualdade e à liberdade. Essa nova linguagem surge como necessidade de um grupo marginalizado pelos processos históricos. Com isso, entende-se que, somente haverá uma mudança no sistema linguístico, quando uma grande massa expressiva de falantes, utilizarem-se desses termos.

**Palavras-chave:** Direitos humanos. Gênero Neutro. Inclusão. Identidade não binária.

## **ABSTRACT**

Currently, discussions about "neutral" gender and "neutral" language have gained visibility and generated controversy for moving away from identities recognized as binary. Therefore, a clash has been observed between the "standard norm" of language and the new ways of using and resignifying the linguistic system. The fight for inclusive language for the LGBTQIAPN+ movement is necessary, since the censorship of this language is a social and identity erasure, so it makes non-binary people invisible, distancing them from inclusive and humanizing communication. Methodologically, this study operates on the premises of dialectics, through bibliographic and documentary research, observing books, theses, dissertations and scientific articles, thus seeking to analyze the advances, challenges and limitations in the struggle for the recognition of non-binary identity, through the use of language as an identity demarcation of the LGBTQIAPN+ public. The fight for inclusive language is necessary, since the censorship of this language affects human rights such as the right to equality and freedom. This new language arises as a need of a group marginalized by historical processes. With this, it is understood that there will only be a change in the linguistic system when a large expressive mass of speakers use these terms.

**Keywords:** Human rights. Gender neutral. Inclusion. Non-binary identity..

---

<sup>1</sup> LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pansexuais/ Poli, Não-binária e mais.

## **INTRODUÇÃO**

A discussão do gênero neutro e linguagem neutra tem ganhado visibilidade e gerado polêmicas por se afastar das identidades reconhecidas como binárias (homem e mulher). Diante do tema, percebe-se um embate entre a “norma padrão” da linguagem e as novas formas de utilizar e ressignificar o sistema linguístico. Nota-se que a linguagem também é um jogo político e ideológico do qual possui materialidades machistas e sexistas em seus meandros. Assim, a luta da linguagem é uma luta de poder, uma vez que, através dela, nos constituímos enquanto seres pensantes, reflexivos, críticos e nos localizamos no mundo. Isto é, ela se faz presente na construção das identidades.

Com isso, a luta por uma linguagem inclusiva para o movimento LGBTQIAPN+<sup>2</sup> se faz necessária, pois a censura dessa linguagem é um apagamento social e identitário, de modo que invisibiliza as pessoas não binárias, afastando-as de uma comunicação inclusiva e humanizadora. Além disso, a discussão das questões sociolinguísticas ajuda a buscar espaços no discurso e na sociedade, pois, se comunicar é um direito imprescindível.

Nesse sentido, a pesquisa, por meio de uma abordagem dialética e bibliográfica busca, analisar alguns aspectos da língua portuguesa que podem auxiliar no entendimento do sistema linguístico e dos avanços no campo da linguagem sobre o gênero neutro, bem como, os desafios e limitações na luta por reconhecimento de identidade não binária, através do uso da linguagem como demarcação identitária do público LGBTQIAPN+.

Por fim, a pesquisa encontra-se distribuída em três seções: a primeira recorre sobre aspectos gerais que contribuíram para o interesse pela linguagem não sexista e linguagem de gênero no Brasil. Na seção seguinte apresenta-se como a língua é sistematizada no português brasileiro, visando demonstrar como opera o sexismo linguístico e o surgimento do gênero neutro como oposição a lógica dominante. Por fim, a última seção, busca aprimorar a discussão do gênero neutro e ressaltar o embate ideológico na materialização de uma linguagem inclusiva de gênero.

---

<sup>2</sup> LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pansexuais/ Poli, Não-binária e mais.

## **ASPECTOS HISTÓRICOS E GERAIS SOBRE A LINGUAGEM**

Para pensar a linguagem é de fundamental importância partir de algum lugar, o “lugar de fala”, o que não costuma ser nada fácil. A linguagem é inerente a condição humana e por isso, a qual diferencia-as pessoas dos outros animais, pois esse ponto entre a lógica e a linguagem é que nos constitui como seres pensantes. Ela é algo que perpassa as construções das identidades ao longo da história. A linguagem sempre esteve presente e é por meio dela que se pode fazer ciência. A partir disso, a presente seção, busca trazer, de forma sucinta, um breve contexto histórico sobre a linguagem na sociedade.

De acordo com estudos de Saussure, em sua obra póstuma, “Curso de Linguística Geral”, a “[...] linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (Saussure, 2006, p.16). Por isso, as pessoas utilizam a linguagem de modos diferentes num mesmo sistema linguístico, a partir do qual expressam valores sociais. Também, pode-se dizer que a linguagem é multiforme e mutável, porém, ela ganha força através de convenções sociais, ou seja, ninguém muda a linguagem sozinho, pois é necessário que uma massa de falantes apoie essa mutação.

Ao observar a história da linguagem, é possível perceber que as primeiras gramáticas e regras estabelecidas foram criadas por homens e para homens. As mulheres, por exemplo, não tinham o direito de estudar; desde muito novas estavam suscetíveis ao patriarcado e as regras impostas ao sexo feminino. Segundo Sá, na Inglaterra, em meados do século XVI, foi adotada a gramática de William Lily como norma nacional, da qual já apresentava a hierarquização dos gêneros (Sá, 2022). Em vista disso, observa-se que o sexismo linguístico também está associado a uma sociedade preconceituosa, reiterando que a linguagem não é inerente a vida social, pois pulsa fora e dentro da língua.

Com isso, apresenta-se exemplos expostos por Possenti (2022, p.21), que demonstram a sexualização e a subalternização dos termos linguísticos no que diz respeito as mulheres. Em uma perspectiva sociolinguística observe as significações atreladas ao feminino e ao masculino: “cão = o melhor amigo do homem, cadela = puta; vagabundo = desocupado, vagabunda = puta; o galinha = o “bonzão”, aquele que traça todas, a galinha = puta.”. Nesse pequeno recorte de léxico, já se pode notar a violência contra as mulheres no campo da linguagem. A luta das feministas sufragistas era constante, pois a língua inglesa, assim como a língua portuguesa, era “neutralizada” usando o masculino como parâmetro da linguagem.

Os movimentos sociais foram e continuam sendo muito importantes para que as parcelas vulnerabilizadas da sociedade em direitos possam lutar pelas suas identidades. Por conseguinte, uma língua construída por homens brancos e cis, necessita de um olhar crítico para identificar nela os resquícios de uma sociedade antiquada, machista, sexista e homofóbica. À vista disso:

Existe um uso sexista da língua na expressão oral e escrita (nas conversações informais e nos documentos oficiais) que transmite e reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre os sexos em cada sociedade e que é utilizado em todos os âmbitos. Dentro deles queremos destacar o administrativo, uma vez que não é uma prática habitual contemplar e incluir em seus documentos um uso adequado da linguagem. Basta ler alguns documentos ou escutar as mensagens telefônicas das repartições públicas para poder detectar que se continua usando o masculino como linguagem universal e neutra. Nega-se a feminização da língua e ao fazê-lo estão tornando invisíveis as mulheres e rechaçando as mudanças sociais e culturais que estão correndo na sociedade (Toledo, 2014, s.p).

O movimento feminista, assim como, o movimento negro, contribuíram para o debate referente a linguagem. No Brasil, o interesse pela pesquisa sobre o uso da linguagem não sexista e a questão da linguagem neutra se intensificou, por meio do uso da palavra “presidenta,” em 2010, quando Dilma Rousseff foi eleita e reivindicou que a chamassem de “presidenta”. Nesse contexto, o uso da palavra “presidenta” provocou grande discussão e estranheza nos meios sociais, pois não se enquadrava no masculino genérico e “neutro”. Essa discussão gerou revolta por meio de alguns segmentos da sociedade, da qual alegavam que Dilma queria aniquilar com a língua portuguesa, e que ela estaria se pronunciando erroneamente perante o povo (Falar Presidenta..., 2014, s.p).

Porém, o que de fato era novo para o povo Brasileiro era uma mulher ocupar o maior cargo executivo do país, pois o termo “presidenta” já aparecia registrado no Dicionário de Língua Portuguesa, desde 1899. Por conseguinte, um dos maiores nomes da literatura brasileira, Machado de Assis, já colocava em uso o termo em seu livro Memórias Póstumas de Brás Cubas - observe o excerto: “Na verdade, um presidente, uma presidenta, um secretário, era resolver as coisas de um modo administrativo” (Assis, 1994, s.p).

Por fim, é notório que se necessita lutar pelo direito de se comunicar de maneira mais simétrica em todos os âmbitos da sociedade. Uma vez que a linguagem é uma ferramenta de poder indissociável na construção e manutenção das identidades. Existem pessoas para além das barreiras de gênero e da lógica heteronormativa universal, outros



modos de se expressar são importantes para construir um mundo com mais humanidade, desconstruindo assim, a lógica masculina dominante. A partir do exposto, na sequência a pesquisa ocupa-se com o estudo do sistema binário no que se refere ao gênero neutro e a linguagem sexista.

## **SISTEMA BINÁRIO: GÊNERO NEUTRO E LINGUAGEM SEXISTA**

Como já foi mencionado na seção anterior, a língua portuguesa possui marcações de gênero, das quais expressam valores sociais. Para os gramáticos, a marcação de gênero gramatical está associada aos artigos “o” (masculino) e “a” (feminino). Além dos artigos o/a, entende-se que os artigos acompanhados de substantivos do mesmo gênero, por exemplo, estabelecem a concordância gramatical, como em: o livro, a livraria, o aluno e a aluna. Entretanto, essa regra não se aplica em todos os casos da língua. Analisa-se em:

- (6) Uma cerveja seria ótimo.  
proferida em um contexto como “com um calor desses, uma cerveja seria ótimo”. A Sequência (6) pode ser interpretada como ‘tomar uma cerveja seria ótimo’, na qual alguns elementos estariam elípticos. Mas se tais elementos forem recuperados (*tomar* uma cerveja...), vê-se logo que não são nomes masculinos. Apesar disso, qualquer falante do português concordará que são estranhas sequências como
- (7) \* Uma cerveja seria ótima.
- (8) Tomar uma cerveja seria ótima. (Possenti, 2022, p.26).

Esse exemplo, evidencia que a questão da linguagem é muito complexa, de modo que, nessa frase, as palavras são todas femininas, mas não possui uma concordância linear feminina. Ou seja, se contrapõe como a questão tradicional da concordância gramatical que visa a oposição de masculino *versus* feminino. O que de fato acontece no português brasileiro é a marca de gênero *versus* ausência de marca de gênero (Possenti, 2022).

Sendo assim, utilizar o feminino como marca de gênero é em oposição, assumir que, a ausência de marca de gênero é masculina. Dessa maneira, a não marcação linguística é estabelecida pelo “masculino genérico”, como por exemplo, o vocábulo “professores”, que abrangeria homens e mulheres; mas quando se diz “professoras” há uma especificidade (marca de gênero), na qual abarca somente o público feminino. Por conseguinte, nota-se que mesmo com a tentativa de “neutralização” ao utilizar termos como *todos*, *presidente*, *professores* (masculino genérico), é difícil, nesses casos, a

dissociação ao gênero masculino, visto que, estão de algum modo conotando “traços de masculinidade” (Moura; Mader, 2022).

Portanto, a utilização do “masculino genérico” na forma universal e neutra, não abrange a todos, todas e *todes*, pois, apenas reproduz a lógica dominante e masculina. Há outras formas do uso da linguagem que comprovam o sexismo que nela se apresenta, principalmente, quando mulheres ocupam cargos de poder e de prestígio social. Quando mulheres estão em *status* de visibilidade e relevância se dirigem a elas com reversão de gênero, por exemplo, “Ela calou minha boca [...] ela (Anitta, a cantora) é um empresário foda (22-12-2020).” (Moura; Mader, 2022, p.50).

Observa-se que a frase, acima, está se referindo a uma mulher na qual é competente no que faz, mas mesmo ela sendo competente, o sentido apreciativo do seu trabalho está atribuído a uma reversão de gênero (no masculino). Entretanto, essa reversão de gênero não ocorre quando se elogia um homem por ocupar um lugar de *status*. Logo, se identifica que as funções de poder estão dadas pelas formas masculinas da língua, o que resulta em um espaço desigual para a figura feminina, bem como, para a população LGBTQIAPN+.

Segundo Sá, entre os anos 2011 e 2020, as discussões sobre a linguagem neutra geraram muito estudo e algumas materializações pouco duradouras, mas importantes para a mutabilidade da língua. Nesse período surgiram três modos mais expressivos do gênero neutro representados por: *todxs*, *tod@s* e *todes*. O primeiro surge com o *xis* (*x*), fazendo referência ao sentido matemático da incógnita, teve abrangência entre os falantes, embora algumas limitações como a dificuldade de leitura e sonoridade desagradável, apresentando-se assim, dificuldades na compreensão lexical para as pessoas com deficiência visual (Sa, 2022).

Logo em seguida, passou a utilizar a arroba (@) como marca de neutralidade, o que não foi muito expressivo quanto o primeiro. Por se tratar de um símbolo (@) e não de uma letra seria mais demorada a escrita e muitas pessoas acabavam lendo de forma binária (feminina), em razão de ser semelhante a letra “a” (Sa, 2022). Após 2020 a crescente do uso da forma neutra *todes* teve a maior expressividade, se materializando em carta de boas-vindas aos universitários, em movimentos sociais, em conversas informais e em livros feministas sobre o poder da linguagem.

Dado o exposto, pode-se constatar que o sistema da linguagem na língua portuguesa ocorria por meio do modo binário (masculino/feminino), prevalecendo o

prestígio a figura masculina, o que comprova o sexismo linguístico. Nesse sentido, é de suma relevância a luta por demarcações no âmbito linguístico, para reverter a lógica machista recorrente contra as mulheres e a população LGBTQIAPN+. As mudanças sociolinguísticas como a materialidade expressa por *todes* auxiliam as pessoas não binárias e a população LGBTQIAPN+ ao pertencimento identitário no sistema linguístico.

### **IDEOLÓGICO SÃO *ES* OUTRES: DIREITO À LINGUAGEM “NEUTRA”**

Ao decorrer da seção anterior pode-se observar o sexismo na linguagem e a crescente do uso da linguagem neutra. Na atualidade, a linguagem neutra está sendo materializada de duas formas: a primeira como oposição ao masculino e ao feminino, por exemplo, “Bom dia a todos, todas e todes” e, a segunda, “Bom dia a todes” como uma forma de neutralização de gênero (Cavalcante, 2022, p. 74). Desse modo, observa-se comentários irônicos como: “Vamos tomar um cerveje”, ou a palavra “pente”, que termina em “e”. Nesse contexto, ressalta-se que é equivocado pensar que todas as palavras que terminam em “e” são neutras, pois, a linguagem neutra se aplica apenas a traços mais humanos; desse modo, ela não está associada a objetos ou animais (Cavalcante, 2022).

Entende-se assim, que a linguagem neutra, para ser uma demarcação de identidade não-binária, precisa operar como representatividade linguística para os LGBTQIAPN+. Elas devem ser utilizadas como oposição ao sistema binário e não como neutralização genérica. De acordo com Freitag (2022, p. 74), “se *todes* é a forma para quem não quer ser identificado pelo gênero, ela é também uma forma de igualdade. Mas neutralizar o gênero para quem quer se identificar por seu gênero, trocando *todos* por *todes*, é trocar uma hegemonia por outra.”.

Para uma demarcação identitária do uso linguístico de *todes*, é de fundamental importância entender que, sua neutralização oprime os demais segmentos tais como mulheres, homens e outras identidades e descaracteriza o próprio movimento não binário. Isto é, essa demarcação identitária deve ser usada como oposição ao binário e não como neutralização. Portanto, a luta pelo direito de existir linguisticamente através do *todes* necessita ser inclusiva e igualitária.

Em março de 2022 na cidade de Belo Horizonte (MG), o professor de artes Willian Quintal da escola Santo Agostinho, teria concluído a sua aula pedido para a turma acessarem seus vídeos no *youtube*, como uma forma de complementar o que tinham

estudado em aula. Em um dos vídeos, o professor cumprimenta seus telespectadores da seguinte forma: “Sejam bem vindes!”. Diante disso, os pais, mães e/ou responsáveis das pessoas integrantes da turma, ao tomarem conhecimento sobre esse fato, enviaram diversas reclamações para a direção do colégio Santo Agostinho. Veja um dos e-mails enviados à direção:

Boa tarde [...] Tudo bem? Não gostamos da linguagem usada pelo professor William, **somos católicos numa escola católica**. Gostaria que vocês conversem [sic] com o professora [sic] e **evitem esse tipo de abordagem às crianças, ainda em construção da sua personalidade (Professor é demitido..., 2022, s.p)**.

Logo, os embates ideológicos por meio da linguagem são constantes e, de certa maneira, o que é contra hegemônico incomoda, em especial, os detentores do poder (homens cis e brancos). Os movimentos de diversos segmentos sociais como o movimento de mulheres, negros, indígenas e LGBTQIAPN+, ainda são estigmatizados, pois são reflexos de uma de uma sociedade com heranças históricas e culturais.

Observa-se que, a lógica de “caça às bruxas” ocorrida na idade média contra as mulheres, obteve uma nova roupagem. Ainda que esses mecanismos de opressão tenham se adaptado no decorrer dos tempos, permanecem perseguindo e oprimindo os mesmos segmentos. A escola católica, por exemplo, demitiu o professor Willian Quintal por abordar uma linguagem não binária, um ato discriminatório motivado pela homofobia (Professor é demitido..., 2022, s.p)

Por conseguinte, esse não é um caso isolado sobre a punição de quem utiliza ou apresenta a linguagem neutra para os alunos. Em São Paulo, no colégio Dante Alighieri, também ocorreu um fato parecido, após uma professora de história exibir um vídeo de Arqueologia e Antropologia ambiental no qual aparecia o termo “Evolução para todes”. Em consequência disso, a escola posicionou-se contra a atitude da professora, alegando que o material complementar exposto não estava de acordo com a linguagem padrão utilizada institucionalmente pela escola (Colégio Dante Alighieri, 2023, s.p).

Recentemente, dia 24 de setembro de 2023, no Colégio Salvatouriano Imaculada Conceição, na cidade de Videira-SC, devido ao uso da linguagem neutra, registrou-se a demissão de uma professora que, ensinava a turma a fazer análises da língua de forma inclusiva, a “demissão foi motivada após um dos alunos filmar a profissional explicando o uso de “todes”, dizendo que é necessário olhar para a pessoa não binária [...]” (Lopes, 2023, s.p).

Percebe-se que, a linguagem ainda é um mecanismo de manutenção do poder. Ribeiro menciona que, Lelia González, critica a hierarquização dos saberes, porque “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco” (Ribeiro, 2019, p.24). Nesse sentido, Alcoff (2016), traz uma crítica à imposição de uma epistemologia universal, o qual desconsidera os diversos saberes, tais como: das parteiras, dos povos originários, a prática médica dos povos colonizados e até mesmo os relatos de experiências em primeira pessoa e assim, constitui-se como legítima e com autoridade uma “epistemologia mestre”, e a partir da sua “verdade” qualifica-se no direito de julgar o conhecimento de diversas locações culturais e sociais.

Nesse sentido, o direito a linguagem, aos novos saberes não podem ser negados e discriminados. Com isso, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), vinculada ao Ministério Público Federal (MPF) (Linguagem Neutra..., 2022, s.p), repudiam em documento a discriminação do uso da linguagem inclusiva, pois está nega-se a igualdade, a liberdade de expressão em meio a linguagem, bem como, a censura no ensino e na pesquisa, conforme se estudou até aqui.

Com isso, os cenários educacionais supramencionados estão comprometidos, pois banalizam qualquer tipo de reflexão e discussão que envolva a população LGBTQIAPN+ e a linguagem neutra. Nesse sentido, o direito a pluralidade de saberes e práticas pedagógicas inclusivas são sucateadas, entregando a sociedade jovens preconceituosos e proliferadores de violência contra as minorias sociais e raciais.

Por fim, a luta por espaços, tanto no campo da linguagem como na sociedade, são direitos humanos que não podem ser negados aos indivíduos. Esses direitos de minorias, devem manter-se em constante vigília para proporcionar uma educação inclusiva, para de fato garantir um lugar na linguagem que contemple suas especificidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa, que buscou analisar avanços, desafios e limitações na luta por reconhecimento de identidade não binária, através do uso da linguagem como demarcação identitária do público LGBTQIAPN+, demonstrou que o funcionamento da língua portuguesa, pode trazer importantes pontos de reflexão, pois ainda, opera-se de modo discriminatório, se utilizando do “masculino genérico” de maneira universal no

sistema linguístico. Nesse sentido, as oposições linguísticas como a linguagem neutra, vem ganhando intensidade na internet, nas universidades, mas principalmente dentro dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+ que, reivindicam uma demarcação política e não-binária contrapondo, assim, a hegemonia linguística.

Embora a luta pela igualdade linguística e social seja desigual, não se pode negar que a crescente do uso do *todes* possui expressividade na atualidade. Esse movimento da linguagem neutra se apresenta, primordialmente, fora da língua. Ele surge como necessidade de um grupo marginalizado pelos processos históricos. Desse modo, entende-se que, somente haverá uma mudança no sistema linguístico, quando uma grande massa expressiva de falantes, utilizarem-se desses termos.

Por fim, entende-se que a língua é diacrônica, portanto, mutável ao longo do tempo, suscetível a mudanças sociais. Ou seja, a luta pelo movimento da linguagem neutra é de extrema importância para a construção de novas identidades, e pelo direito a pluralidade de saberes e práticas pedagógicas inclusivas que possam trazer outras perspectivas para uma sociedade mais plural, menos violenta e mais democrática. Por isso, é fundamental que todos, todas e *todes* pensem sobre a importância dessa linguagem, para uma conversação igualitária e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e estado**, v. 31, p. 129-143, 2016. Disponível em: [scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?format=pdf&lang=pt) Acesso em: 5 jan. 2025

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

CAVALCANTE, Silvia. A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência. In: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; OTHERO, Gabriel De Ávila (Orgs.). **Linguagem “Neutra”**: Língua e Gênero em Debate. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2022.

COLÉGIO DANTE ALIGHIERI adverte professora que usou linguagem neutra em aula. **Revista Oeste**, São Paulo, 25. Mar. 2023. Disponível em: <https://revistaoeste.com/brasil/colégio-dante-alighieri-adverte-professora-que-usou-linguagem-neutra-em-aula/>. Acesso em 15 jan. 2025.

FALAR “PRESIDENTA” é tão correto quanto falar presidente. **Carta Capital**. São Paulo, 29. nov. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/falar-201ca->

[presidenta201d-e-tao-correto-quanto-201ca-presidente201d-3220/](#). Acesso em: 10 jan. 2025.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Conflito de regras e dominância de gênero. In: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; OTHERO, Gabriel De Ávila (Orgs.). **Linguagem “Neutra”**: Língua e Gênero em Debate. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2022.

LINGUAGEM NEUTRA é fator de inclusão social e não pode sofrer censura. **Brasil de fato**. 02. Mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/02/linguagem-neutra-e-fator-de-inclusao-social-e-nao-pode-sofrer-censura>. Acesso em: 8 jan. 2025.

LOPES, Leiliane. Professora é demitida do colégio por ensinar linguagem neutra. **Pleno News**, 24. Mar. 2023. Disponível em: <https://pleno.news/brasil/cidades/professora-e-demitida-de-colegio-por-ensinar-linguagem-neutra.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PROFESSOR É DEMITIDO após usar linguagem neutra: “motivação homofóbica” **Forum**. São Paulo, 16. Mar. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/lgbt/2022/3/16/professor-demitido-apos-usar-linguagem-neutra-motivao-homofobo>. Acesso em 10 jan. 2025.

MOURA, Heronides; MÄDER, Guilherme R.C. Revisão de gênero gramatical no português brasileiro. In: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; OTHERO, Gabriel de Ávila. (Orgs.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022.

POSSENTI, Sirio. (2018). O gênero e o gênero. In: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; OTHERO, Gabriel de Ávila. (Orgs.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

SA, Aurora viana de. **Análise semiótica do discurso sobre a linguagem neutra**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, São Paulo, Universidade Mackenzie. 2022.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. BALLY, Charles; ALBERT, Sechehayep. (Orgs.). São Paulo: Cultrix, 2006

TOLEDO, Leslie Campaner de. *et al.* **Manual para o uso não sexista da linguagem**. 2014. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod\\_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf). Acesso em: 03 jan. 2025.



**Capítulo 3**

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS DIREITOS HUMANOS:  
UMA ANÁLISE FEMININA A PARTIR DO CONTO 'MARIA'**

*Tais Eduarda Marciel dos Santos Ferreira*

*Hiatanderson da Silva Monteiro*

*Ivanalda Dantas de Nobrega Di Lorenzo*



# **A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE FEMININA A PARTIR DO CONTO 'MARIA'**

## ***Tais Eduarda Marciel dos Santos Ferreira***

*Mestranda em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania, Graduada em História pela Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira (2016). Especialista em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade do Sertão do Pajeú (2020), especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade Metropolitana de São Paulo (2021), E-mail: taissantossantos99@gmail.com.*

## ***Hiatanderson da Silva Monteiro***

*Mestrando em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas(UFPB). Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário (UNIALPHAVILLE). Graduado pelo Curso de Direito (UNIPÊ). Graduado em Licenciatura em Computação (UEPB), E-mail:hiatanderson.uepb@outlook.com;*

## ***Ivanalda Dantas de Nobrega Di Lorenzo***

*Professor Orientador: Doutora em Educação na Linha de Educação Popular (2009) pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Mestre em Geografia pela UFPB (2007), Graduada em Ciências Contábeis pela UFPB (1997), Graduada em Bel. Geografia pela UFPB (2002) e Graduada em Licenciatura em Geografia pela UFPB (2003), E-mail: ivanalda.dantas@professor.ufcg.edu.br*

## **RESUMO**

Este estudo objetiva discutir sobre a violência doméstica à luz dos direitos humanos para uma maior compreensão que atravessa corpos e subjetividades femininas a partir da leitura do conto intitulado “Maria” presente no livro Olhos D’água da escritora brasileira, Conceição Evaristo (2020). Nesse contexto, a presente pesquisa norteia-se por meio dos seguintes questionamentos: Quais as causas da violência doméstica e os seus respectivos impactos na vida das mulheres? A metodologia

deste trabalho será de natureza qualitativa de caráter bibliográfico, realizados a partir de livros e artigos tendo como base de dados o Scielo. Tendo como base teórica os respectivos autores(as): (Girard, 2008), (Scott, 1995), (Robles, 2019), (Greenblatt, 2018), (Perrot, 2019) e (Priore, 2020). Desse modo, o artigo será destrinchado por meio de dois tópicos, no primeiro será desenvolvido o contexto histórico que permeia a existência da violência doméstica para uma maior compreensão e desconstrução da sua naturalização, e na segunda seção discutiremos sobre os danos deixados na vida das mulheres e quais possíveis caminhos de enfrentamento a violência.

**Palavras-chave:** Mulher. Violência doméstica. Maria. Políticas Públicas.

#### **ABSTRACT**

This study aims to discuss domestic violence in light of human rights to achieve a deeper understanding that traverses female bodies and subjectivities, based on the analysis of the short story "Maria," found in the book *Olhos D'água* by Brazilian writer Conceição Evaristo (2020). In this context, the research is guided by the following questions: What are the causes of domestic violence, and what are its respective impacts on women's lives? The methodology of this work will be qualitative, bibliographical in nature, conducted through books and articles using Scielo as the database. The theoretical foundation will rely on the following authors: Girard (2008), Scott (1995), Robles (2019), Greenblatt (2018), Perrot (2019), and Priore (2020). Thus, the article will be structured into two sections. The first will address the historical context surrounding the existence of domestic violence to foster a greater understanding and deconstruction of its normalization. The second section will discuss the damages inflicted on women's lives and explore possible ways to confront and combat violence.

**Keywords:** Woman. Domestic violence. Maria. Public Policies.

## **INTRODUÇÃO**

O estudo aqui desenvolvido objetiva compreender e discutir a violência doméstica à luz dos direitos humanos para uma maior compreensão que atravessa corpos e subjetividades femininas por meio da leitura e interpretação do conto intitulado "Maria" presente no livro "Olhos D'água", da escritora brasileira, Conceição Evaristo (2023). Abrindo ainda, uma discussão, como leque de possibilidade para a desconstrução de gênero em respeito ao direito do outro/ outra, em poder performar outras formas de existência.

Assim, a violência em sentido amplo, entre tantas definições pode ser compreendida como um fenômeno inerente à própria condição humana. Para Fromm

(1981) a história da humanidade é permeada cotidianamente pela violência. Ou melhor dizendo, em concordância com o teórico Girad (2008) a violência é intestina. Em diálogo com o pensamento de Adorno (1988) nos mais diversos contextos nos quais estamos inseridos a violência ressoa cotidianamente, o seu fenômeno é parte inerente da própria vida. E embora se pense e fale sobre violência, mesmo sendo compreendida de forma negativa, a mesma é cotidianamente naturalizada dentro dos construtos sociais. Operando dessa forma nas perspectivas de Foucault (1987) como mecanismo de dominação e controle sobre o outro. Esse outro, está relacionado com aqueles que automaticamente são excluídos pela sociedade, que de alguma maneira fogem das normas vigentes estabelecidas, como no caso das mulheres, que são tratadas e vistas como seres inferiores aos homens, o homem é o poder em toda e qualquer situação. A mulher é sempre aquela que inevitavelmente está à margem.

Nesse sentido, o machismo é tão arraigado socialmente que é quase impossível que uma mulher já não tenha sido vítima de algum tipo de violência em decorrência de sua condição de gênero que perpetua desigualdades entre homens e mulheres. Nesta direção (Miskolci, 2012, p.31) sinaliza que gênero “está relacionado a normas e convenções culturais que variam no tempo e de sociedade para sociedade”. A utilização mais recente do termo “gênero” parece ter surgido entre as feministas norte-americanas com o intuito de "rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual", [...] (Scott, 1995, p. 72). Assim, fica evidente que a maneira como entendemos gênero é uma construção social em que as relações sociais padronizam esses papéis dicotômicos entre masculino e feminino ao longo da história. Vale ressaltar, que tal visão, está vinculada às desigualdades entre homens e mulheres, advindo de características biológicas que reproduzem um lugar específico ao afirmar o que é feminino e o que é masculino no construto societário (Louro, 2003).

Dessa maneira, gênero pode ser compreendido como um fator constituinte na construção dos indivíduos bem como a classe social, a etnia, a nacionalidade e as identidades sexuais, sendo importante perceber que essas identidades não são permanentes e muito menos dadas, são transformadas na medida em que as diferentes práticas societárias imbuídas de discursos, símbolos e representações atravessam as subjetividades e modificam a forma de ser e estar no mundo. Sendo, portanto, múltiplas (Louro, *op.cit.*).

Com isso, salientou que as normas sociais determinantes não demarca apenas a condição das mulheres, mas a tudo que foge do padrão da “Cisnormatividade”<sup>3</sup>, entendendo ser necessário problematizarmos e desconstruirmos tão questão, compreendo que pensarmos nas possibilidades que nos atravessam para estar nesse mundo nos permite dialogarmos com a teoria Queer, que tem um papel importantíssimo no que tange o debate de gênero para além das mulheres e a sua “recusa dos valores morais e violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo” (Miskolci, 2012, p. 25).

Diante do contexto exposto, a presente pesquisa parte das seguintes interpelações, quais as causas da violência doméstica e seus impactos na vida das mulheres (Cis). Metodologicamente o trabalho é de natureza qualitativa. “Levando em consideração que o trabalho pretende analisar um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” [...] (Minayo, 2007, p. 22). Tendo a pesquisa um caráter bibliográfico, realizado a partir de livros e artigos, por meio de dados do Scielo. A pesquisa bibliográfica é definida por Vanti (2002) como um conjunto de métodos de pesquisa que nos possibilita mapear, pesquisar, construir dados a partir de variáveis informações obtidas por meio de diversos tipos de documentos.

Nossa base teórica está vinculada aos respectivos autores (as): (Girard, 2008), (Scott, 1995), Robles, 2019),(Greenblatt, 2018), (Perrot, 2019) e (Priore, 2020). Desse modo, o presente trabalho foi dividido em duas sessões, na primeira discutiremos o contexto histórico que permeia a existência da violência doméstica na tentativa de compreendermos e problematizarmos o seu fenômeno. Já na segunda e última sessão, discutiremos a respeito dos danos deixados em detrimento do fenômeno da violência e os possíveis caminhos de enfrentamento.

---

<sup>3</sup> Está correlacionada a ideia de que aqueles que nascem biologicamente falando com o falo, cresceram para ser homens. Já as mulheres, que possuem vagina, crescerão para serem fêmeas. Ou seja, somos enquadrados e fixados em um lugar específico, negando, portanto, outras possibilidades de existência (Bauer, 2009, p. 356 apud Bonassi, 2017).

### 1.1 “Que coisa! Faca a leser corta até a vida!”<sup>4</sup>

Ao pensar sobre a história da humanidade, automaticamente a história de Eva e Adão representa o ápice da condição feminina, ambos atuam como espelhos que retratam a jornada duradoura, original, inesgotável da capacidade humana de contar histórias. A longa jornada dos nossos medos e desejos (Greenblatt, 2018). Sendo representados por Eva e Adão que nitidamente representam tanto a vida como a morte. Eva é a representação de cada mulher, que repete os ciclos da queda do paraíso, sendo portanto culpada, castigada e dominada para que seja possível o restabelecimento da ordem (Robles, 2019). Tal ordem é meramente masculina, é o homem que detém o poder (Bozon, 2004).

Sendo assim, as mulheres precisam se redimir da culpa de Eva que também é nossa por tentar e colocar Adão na perdição. Portanto, as mulheres são sacrificadas, vigiadas, enquadradas e controladas cotidianamente pela culpa, pelo pecado e pela proibição. Utilizadas automaticamente como bodes expiatórios pelo macho como mecanismo de sacrifício, o sacrifício é vida, sendo necessário canalizar por meio do bode expiatório, neste caso as mulheres, suas inúmeras violências para o possível restabelecimento da ordem (Girard). Assim, [...] “Seu vasto alcance parece ser parte de sua intenção” (Greenblatt, 2018, p. 16). Um mito que sempre nos lembra de onde somos, de onde viemos, por que amamos e por que sofremos, nos impondo culpa, angústias e medo por toda a trajetória entre o início e o fim da nossa jornada.

Com isso, evidenciamos que tanto as narrativas mitológicas como os dogmas jurídicos, como no caso da história da humanidade permeada pela interpelação da história sendo narrada e reproduzida através de Eva e Adão, que as mulheres foram fixadas na obscuridade e confinadas a um silêncio contínuo (Perrot, 2019). Ainda de acordo com a autora, em decorrência das narrativas que nos atravessam, o padrão dos relatos construídos e perpetuados sempre referenciam os homens tanto em espaços privados como em espaços públicos. Já a figura das mulheres é predominante vinculada a suas devoções à igreja, ao marido, aos filhos e ao seu lar. Legitimando com isso o controle da boa ordem social que é legitimado pela sua obediência (Priore, 2020). Que sobre as perspectivas de Bourdieu (2012) se configura pela dominação masculina, onde o autor

---

<sup>4</sup> A inspiração do título da sessão 1.1 deste artigo, foi a partir de uma fala da personagem Maria no livro *Olhos D, água* (Evaristo, 2020, p. 40).

também afirma que essa dominação é um construto cultural e social enraizado e internalizado por homens e mulheres como uma prática normal e legítima.

A partir dos anos 1980, o fenômeno da violência até então compreendido como algo natural e banalizado das relações entre indivíduos e pertencente ao âmbito privado tomou notoriedade pública devido às constantes violências acometidas com as mulheres (Passintao, 2020).

Por muito tempo o privado legitimou e banalizou a gravidade das inúmeras violências que permeavam o privado das mulheres, ilustrada por narrativas que nos atravessam cotidianamente de que em briga de marido e mulher não se mete a colher (Saffioti, 1999a).

No Brasil, uma das primeiras, e principais, pesquisas que denunciaram a gravidade das violências sofridas pelas mulheres revelou que 43% delas já haviam sofrido algum tipo de violência sexista, sendo em 70% dos casos perpetradas por parceiros ou ex-parceiros conjugais (Fundação Perseu Abramo, 2001 apud Guimarães; Pedroza, 2015).

Para Duarte (2010) entendemos a violência como um fenômeno complexo e multifacetado. Podendo ser analisada e problematizada diante dos fatores sociais, históricos, culturais e subjetivos no qual está inserida. Sendo ainda, a violência associada ao excesso da ação, quando se compreende um excesso de limite, estabelecido tanto pelo cultural, social, histórico como pelo subjetivo (Guimarães; Pedroza, 2015). Sendo fundamentada, podemos dizer como excesso pela afirmação daquele que detém o poder, o macho (Bozon, 2004) sobre o outro, sendo esse outro a mulher, vista como inferior, aquela que não se enquadra nas normas estabelecidas pela sociedade (Duarte, 2010).

Dessa maneira, as mulheres experimentam vários tipos de violência, agressões, ou abusos de ordem verbal, física e sexual, e que pode ser cometidas por parceiros, ex parceiros, familiares, amigos, conhecidos, estranhos, ou por instituições públicas e até mesmo pelo Estado (Schraiber *et al.*, 2005).

Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. Tudo foi tão rápido, tão breve, por que estão fazendo isso com ela? O homem havia segregado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas a laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado. Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho (Evaristo, 2014 p. 42).

Como podemos observar na passagem acima, a figura de Maria atravessa o dia a dia de muitas mulheres que são invisibilizadas e silenciadas pelas violências diárias que estão entrelaçadas não mais apenas somente no âmbito privado mais também com o público, por meio da sociedade, família e tantas outras instituições que as sufocam e oprimem. Dessa forma, é perceptível na passagem acima que para além do sofrimento físico, a violência e suas múltiplas facetas causam profundos impactos na vida das mulheres. Sobretudo das mulheres pretas, que são atravessadas pelo recorte de gênero, raça e classe. Que nos faz compreender que a nossa formação sócio-histórica, configura se pelas dinâmicas que nos remota ao período da escravidão. Onde os sujeitos pretos e pretas foram enviados de inúmeras violências e violações dos seus direitos, sendo estes açoitados, estuprados, torturados e invisibilizados (Theodoro, 2022). Uma invisibilidade presa às linhas tênues do período colonial ( Kilomba, 2022). Com isso, podemos dizer que o racismo estrutural, é um fator determinante da perpetuação e da constante prática do ciclo da violência.

Assim, a história de Maria, é reflexo de tantas outras histórias, refletindo uma verossimilhança<sup>5</sup> com as inúmeras realidades que ecoam na experiência do vivido de tantas outras mulheres onde o relato individual torna-se registro de uma memória coletiva, principalmente no contexto de minorias, tendo em comum a busca pelo retrato de uma realidade que, embora individual, ilustra experiências que são compartilhadas. Nitidamente, “não lemos ou vemos as coisas de forma isolada: há, no espaço e no tempo da história, o mundo, nós e os outros” (Passos, 2008, p. 240 -242). Sendo portanto, a violência um exemplo claro desse registro individual que ilustra experiências compartilhadas, na visão de (Schaiber *et al.*, 2005) a violência é compreendida como atos dirigidos à mulher e que resulta na agressão física ou sua ameaça, a abusos, maus-tratos psicológicos e assédios sexuais. Se tratando da violência doméstica, a autora nos diz que a mesma se reverbera em atos praticados por um membro familiar ou indivíduo que more ou já tenha morado na residência.

Neste sentido, retomando o exemplo da ação individual e coletiva sobre violência/

---

<sup>5</sup> De acordo com Cândido (1988) ao referir-se à verossimilhança, o personagem é interpretado por ele como um ser fictício e passa a existir como verdade existencial. Ou seja, é prudente dizer que o romance tem suas bases firmadas em certo tipo de relação entre o ser real e o ser fictício. Ainda, na vida, estabelecemos uma interpretação de cada pessoa, a fim de podermos conferir certa unidade à sua diversificação essencial, à sucessão dos seus modos-de-ser. No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável, que é a lógica da personagem. A nossa interpretação dos seres vivos é mais fluida, variando de acordo com o tempo ou as condições da conduta (Cândido, *op. cit.* p. 7).

doméstica, pela pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em 2022, aproximadamente 18,6 milhões de mulheres foram vítimas de violência física, sexual ou psicológica, o que equivale a 28,9% da população feminina. Ainda que diga respeito às individualidades, cada número escancara questões sociais relativas à desigualdade de gênero: “Quando lemos a respeito de vidas perdidas com frequência nos são dados números, mas essas histórias se repetem todos os dias, e a repetição parece interminável” (Bluter, 2015, p. 27).

O que nos evidencia a necessidade de construirmos narrativas possíveis para o enfrentamento das múltiplas violências, neste caso descrito em correlação de possibilidades de enfrentamento inerente a violência doméstica como forma de retratar e denunciar o seu fenômeno pela invisibilidade e indizibilidade históricas, a que as mulheres (Cis) são submetidas. Pois, se pensarmos no lugar ocupado pela mulher ao longo do tempo, em uma sociedade machista, conservadora e autoritária, observa-se que sua inserção na sociedade e na família ainda ocorre de forma subordinada e violenta.

## 1.2 Danos e enfrentamento: Construindo novas possibilidades

As mulheres experimentam não só um tipo de violência, mas vários, como agressões ou abusos de ordem verbal, física e sexual, e que podem ser cometidos por parceiros ou ex-parceiros, familiares, amigos, conhecidos ou estranhos, e até por instituições públicas ou pelo Estado (Schaiber *et al.*, 2005, p. 14).

Apesar da existência da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 – que implicou historicamente e diretamente em processos múltiplos, culturais e políticos, além de buscar promover a educação dos direitos humanos e a certificação da proteção da dignidade humana (Zenaide, 2019), a inferioridade, discursos de ódio e a intensificação da violência ainda é uma questão marcante em nossa sociedade, principalmente com populações que se encontram em vulnerabilidade, como as mulheres, principalmente as que são atravessadas pelos demarcadores de raça, classe e gênero como evidenciei na sessão anterior. Questão também presente no conto *Maria*, da escritora Evaristo (2020). Contextualizando o conto, o mesmo narra a história de Maria, que permeou por ambientes de violência e opressão. Além de que, a personagem é uma mulher preta, pobre e submetida ao machismo estrutural, sua história reflete a condição de submissão e violência contínua, onde encontra-se aprisionada em situações que ferem os direitos



humanos.<sup>6</sup>

Portanto, ela se encontra aprisionada em uma situação em que seus direitos humanos são sistematicamente violados no privado e no público como podemos ver na casa os restos [...]” (Evaristo, 2020, p. 39). Onde é possível interpretarmos esses restos como metáfora em relação à marginalização, a invisibilidade e a violência que a sociedade atribui às mulheres, principalmente as mulheres pretas. Essa violência simbólica<sup>7</sup> é reforçada pelo racismo estrutural que relega Maria e tantas outras mulheres às margens social, como diria Bauman (2005) os restos são contidos em depósitos de lixo, pois não possuem nenhuma utilidade, sendo, portanto, vidas sem significados, sendo com isso, desumanizadas e anuladas socialmente.

O trecho também, nos remete a violência de gênero enfrentada pela personagem Maria em reflexo de tantas outras mulheres para além da ficção, onde frequentemente as mulheres têm seus direitos negligenciados e são obrigadas a silenciar e obedecerem em detrimento daquilo que lhe é ditado, como o tal ato de levar os “restos” para casa.

E pensando em uma perspectiva em que os direitos humanos, especificamente neste caso, os direitos das mulheres possam ser vistos como algo sério e também assegurados é necessário não só que existam políticas públicas, mas que elas possam ser efetivadas. Nesse construto, a existência da lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), tem sido importantíssima para os direitos das mulheres vítimas de violência, diante das relações desiguais tecidas pela condição de gênero. Mas, além disso, a lei também abre leques de possibilidades de olharmos também para aqueles que não se encaixam dentro das normas de gênero, a exemplo das pessoas Queer<sup>8</sup>, diante disso, a Lei permite pensar nas inúmeras possibilidades de existência (Lisboa; Zucco, 2022). Pois, tanto a normatização e efetivação de leis, bem como outras políticas públicas torna-se um caminho possível em detrimento ao enfrentamento do fenômeno da violência, para que de alguma forma, essas manifestações de resistência e luta possam contribuir para a

---

<sup>6</sup> Em relação aos Direitos Humanos, todo e qualquer indivíduo deve ter seus direitos assegurados, a exemplo do direito à vida, à educação, à liberdade, à segurança, entre outros. Pois estes e tantos outros são direitos fundamentais (2023).

<sup>7</sup> Para Bourdieu (2012) a violência simbólica está presente naquilo que compreendemos como masculino e feminino por meio de estruturas sociais baseadas na divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e também societária, construída historicamente e perpassada como “natural” através das diversas instituições que nos regem.

<sup>8</sup> A terminologia queer em inglês é literalmente um xingamento. Por trás dessa ideia, há uma associação com aqueles que são rejeitados, abjetos e passíveis de contaminação, no entanto é necessário mantê-los distantes para evitar tão contágio [...] (Miskolci, 2012).

diminuição do quadro. No tocante, às políticas é uma ferramenta poderosa. Com isso, para tal questão problematizada, pelas perspectivas do Ministério das mulheres (2023), existem muitas ferramentas que podem salvar vidas, a vida das mulheres, a exemplo do canal 180 que atende mulheres em situação de violência, o pacto nacional de prevenção aos feminicídios que objetiva a prevenção da violência, as delegacias especializadas para atendimento específico às vítimas, entre outros.

Portanto, fica evidente que mesmo muitas vezes as políticas públicas não funcionando como deveriam, não dá para negar a sua eminente importância na luta diária contra as inúmeras violências acometidas com as mulheres, é notório que o fomento das mesmas não apenas vista como algo paliativo, mas sendo pensada e aplicada como instrumento de transformação, auxilia construindo possibilidades de podermos estar em um país onde as mulheres possam viver com respeito, liberdade e dignidade (Gregori, 2019).

Além das políticas públicas é importante também pensarmos e refletirmos na necessidade de investirmos em uma educação em e para os direitos humanos. Acredito que a educação seja o melhor caminho para desconstruirmos e reconstruirmos possibilidades de enfrentamento e de mudança dentro dos construtos sociais que nos forjam como maneiras únicas e determinantes de sermos. Assim, como nos sinaliza Freire (1991) quando nos permitimos aprender e reaprender, também somos capazes de ensinar. E além disso, nos permitimos construir uma consciência crítica na defesa e promoção dos direitos humanos, sobretudo em relação aos direitos das mulheres.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As mulheres são diariamente violentadas tanto no espaço privado como no espaço público, como evidenciamos nas discussões tecidas no decorrer deste trabalho. E diante de tão gritante cenário evidenciamos a necessidade e importância de políticas públicas que possam de fato funcionar. Mas, além do fortalecimento das políticas públicas e de leis que objetivam assegurar os nossos direitos, como no próprio caso da lei, Maria da penha (Lei nº 11.340/2006), é pertinente, refletirmos e problematizarmos que as mudanças em relação ao fenômeno da violência encontra-se preso também as teias de mudanças a partir da ação efetiva do estado, frente a violência e violações dos direitos das mulheres.

Além disso, retomo também a importância de pensarmos no papel da educação como ferramenta de transformação dos enquadramentos e das reproduções que nos atravessam enquanto indivíduo. A educação em/para os direitos humanos no Brasil está vinculada aos princípios estabelecidos na constituição de 1988, que reconhece a dignidade da pessoa humana e busca promover o respeito, a igualdade de direitos e a promoção da justiça social. Assim, compreendemos que a educação desempenha um papel inquestionável como processo de efetivação de uma educação transformadora, sendo possível dessa forma, que os indivíduos se percebam interagindo “no mundo e com o mundo” (Rocha, 2015, p. 132).

Portanto, não podemos deixar de acreditar em uma virada de chave, em um país onde de fato nós mulheres podemos existir com respeito, dignidade e igualdade. E que dentro de tantos caminhos possíveis que possamos continuar acreditando no poder transformador da educação, principalmente em uma educação que repense sua prática e seja pensada e atue como uma educação voltada também para a construção dos direitos humanos como processo contínuo das relações sociais.

## **REFERÊNCIAS**

ADORNO, S. (1988). **Os aprendizes do poder**. (O bacharelismo liberal na política brasileira). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei Nº.11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 76p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 19 jan. 2024.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Dominação masculina**. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CÂNDIDO, Antônio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida. **A personagem de ficção**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

DUARTE, André. **Vidas em Risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. 2010, GRUPO GEN/FORENSE UNIVERSITÁRIA. Disponível em: [https://www.academia.edu/41684060/Vidas\\_em\\_Risco\\_cr%C3%ADtica\\_do\\_presente\\_em\\_Heidegger\\_Arendt\\_e\\_Foucault](https://www.academia.edu/41684060/Vidas_em_Risco_cr%C3%ADtica_do_presente_em_Heidegger_Arendt_e_Foucault). Acesso em: 18 jan. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Editora: Pallas, Rio de Janeiro, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1o semestre de 2022**. ISBN: 978-65-89596-21-9 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninasmulheres-2022-1sem.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FROMM, Erich. **O coração do homem**: seu gênio para o bem e para o Mal. Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, 1981.

FOUCAUT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Ed. Paz e Terra S. A, 2008.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. (2015). **Violência contra a mulher**: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266.

GREENBLATT, Stephen. **Ascensão e queda de Adão e Eva**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

GREGORI, J. **Políticas públicas para as mulheres, diversidades e direitos humanos no Brasil**: Trajetória de conquistas e desafios. In: CALAÇA, S.M; PEQUENO, M. P.; TAVARES, A. M.; ZENAIDE, M. N. T. (org.). *Direitos Humanos, políticas públicas e educação em e para os direitos humanos*. João Pessoa: CCTA, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LISBOA, T. K; ZUCCO, L, P. Os 15 anos da Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BzPqkz9dj8zs9V39X8djsvK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jan.2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 6 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2012.

MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F; GOMES, R. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. **2023 marca retomada das políticas para mulheres no Brasil**. Atualizado em 20/01/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/janeiro/2023-marca-retomada-das-politicas-para-mulheres-no-brasil>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> . Acesso em: 20 jan. 2024.

PASINATO, Wânia. **Introdução**. In: PORTELLA, Ana Paula. Como morre uma mulher? Recife: Ed. UFPE, 2020.

PASSOS, Luiz Augusto. **Leitura de mundo**. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (Orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 240-242.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

ROCHA, P. A. **Memórias das experiências de educação em direitos humanos**: Refletindo sobre sua importância. In: ARAÚJO, K; GAMA, A. P. C. S. C. (Org.). Práticas, reflexões e memórias em direitos humanos. João Pessoa: CDU, 2015.

ROBLES, Martha. **Mulheres, o feminismo através dos tempos**: mitos e deusas. Trad.: William Lagos; Debora Dura Vieira. São Paulo: Ed. Aleph, 2019.

SCHRAIBER, L. B. (*et al*). **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, 20(2), 1995. 71-99. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257862/000037108.pdf?sequ>. Acesso em: 19 jan. 2024.

SAFFIOTI, H. (1999a). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em Perspectiva - **Revista da Fundação Seade**, 13(4), 82-91.

THEODORO, Mário. **Sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ ago. 2002.

ZENAIDE, M. N. T; RABAY, G. **A construção da agenda dos direitos humanos como política pública no Brasil**. In: CALAÇA, S.M; PEQUENO, M. P.; TAVARES, A. M.; ZENAIDE, M. N.T. (org.). Direitos Humanos, políticas públicas e educação em e para os direitos humanos. João Pessoa: CCTA, 2019.



**Capítulo 4**

**UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DO  
MICROEMPREENDEDORISMO FEMININO NO  
MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RORAIMA**

*Kézia Keulen Rodrigues Barbosa*

*Aldaires Aires da Silva Lima*

*Mariana da Silva Souza*

# UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DO MICROEMPREENDEDORISMO FEMININO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA- RORAIMA

***Kézia Keulen Rodrigues Barbosa***

*Estudante do curso Técnico em Design Gráfico subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)/Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), [keziakeulen@gmail.com](mailto:keziakeulen@gmail.com);*

***Aldaires Aires da Silva Lima***

*Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), [aldaires.lima@ifrr.edu.br](mailto:aldaires.lima@ifrr.edu.br);*

***Mariana da Silva Souza***

*Mestranda do Programa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)/Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), [mariana.souza@ifrr.edu.br](mailto:mariana.souza@ifrr.edu.br).*

## **RESUMO**

Com o avanço dos direitos femininos, a mulher ganhou destaque em diversos segmentos do ambiente profissional, inclusive no empreendedorismo. Onde antes era um setor dominado por homens, hoje a realidade é diferente, uma vez que os números de mulheres empreendedoras já se equiparam ao dos homens (Sousa et al., 2016). A presença feminina no empreendedorismo aumentou significativamente nos últimos anos e isso se deu em razão de diversas condições, como aumento da escolaridade das mulheres, às mudanças culturais, à redução no número de filhos, entre outros fatores (Poletini, 2022). Através de um questionário aplicado nos meses de agosto e setembro de 2023, foi possível identificar, além dos fatores motivadores para o empreendedorismo no município de Boa Vista, Roraima, o perfil das mulheres empreendedoras, o setor econômico de maior



representatividade e os principais desafios enfrentados. De acordo com os dados coletados, observamos que as microempreendedoras que responderam ao questionário são mulheres na faixa etária de 36-45 anos, com ensino superior completo, casadas e sem filhos que estão atuando no empreendedorismo de 1 a 3 anos. A maioria das entrevistadas (59%) comercializavam produtos de moda e vestuário, seguido de artesanato e produtos personalizados (14%). Antes de começarem a empreender, pouco mais da metade das entrevistadas, trabalhavam como funcionárias de carteira assinada (CLT) e 23% responderam que não tinham nenhuma ocupação antes de empreender. As principais motivações para empreender citadas pelas participantes foram, a busca pela independência financeira e a necessidade de sobrevivência. Além disso, as entrevistadas disseram que com o empreendedorismo tiveram mais tempo com os filhos. A falta de recursos financeiros para investir, dificuldades na divulgação dos produtos e a ausência de mais eventos para expor os produtos, foram alguns dos desafios mencionados pelas microempreendedoras. Esses desafios enfrentados mostram a necessidade de incentivos financeiros através de políticas públicas que fortaleçam o empreendedorismo feminino e atenuem os desafios enfrentados pelas empreendedoras.

**Palavras-chave:** Gênero. Igualdade. Mulheres. Empreendedorismo. Representatividade.

#### **ABSTRACT**

With the advancement of women's rights, women have gained prominence in various segments of the professional environment, including entrepreneurship. Where it was once a male-dominated sector, today the reality is different since the number of women entrepreneurs is now equal that of men (Sousa et al., 2016). The presence of women in entrepreneurship has increased significantly in recent years due to various factors such as the rise in women's education levels, cultural changes, reduction in the number of children, among other reasons (Polettini, 2022). Through a questionnaire conducted in August and September 2023, it was possible to identify not only the motivating factors for entrepreneurship in the municipality of Boa Vista, Roraima, but also the profile of women entrepreneurs, the most representative economic sector, and the main challenges faced. According to the data collected, it was observed that the interviewed microentrepreneurs are women aged 36-45 years, with higher education degrees, married and without children who have been engaged in entrepreneurship for 1 to 3 years. The majority of respondents (59%) sold fashion and clothing products, followed by handicrafts and personalized products (14%). Before starting their venture, most of the respondents worked as employees with formal contracts (CLT), and 23% reported having no occupation prior to entrepreneurship. The main motivations for entrepreneurship cited by participants were the pursuit of financial independence and the necessity for survival. Furthermore, the respondents stated that entrepreneurship allowed them to spend more time with their children. The lack of financial resources to invest,

difficulties in promoting their products and the absence of more events to showcase their products were some of the challenges mentioned by the microentrepreneurs. These challenges highlight the necessity for financial incentives through public policies to strengthen women's entrepreneurship and mitigate the difficulties faced by female entrepreneurs.

**Keywords:** Gender. Equality. Women. Entrepreneurship. Representation.

## **INTRODUÇÃO**

Ao longo dos anos as mulheres foram se inserindo no empreendedorismo. Onde antes era um setor dominado por homens, hoje a realidade é diferente, uma vez que os números de mulheres empreendedoras já se equiparam aos dos homens. Esse aumento se deu em razão de diversas condições, como aumento da escolaridade das mulheres, das mudanças culturais, da redução no número de filhos, entre outros fatores. Sousa *et al.* (2016, p. 2), apontam que esse aumento “decorre uma junção de fatores que perpassa inicialmente da luta por sua emancipação, seguindo pelo nível de formação que tem possibilitado maior independência social e econômica”.

Não podemos negar que cada vez mais a mulher vem se inserindo no mercado de trabalho e, segundo Franco (2014), esse movimento revela uma tendência de equilíbrio no espaço empresarial entre homens e mulheres. Para a autora, como resultado da maior inserção das mulheres no mundo dos negócios, ocorreu uma melhora na economia do Brasil e na saúde financeira de muitas empresas.

Porém, mesmo inseridas no mercado, as mulheres ainda têm a responsabilidade pelas atividades domésticas, pelos cuidados com a família, entre outros deveres que, historicamente, lhes foram impostos pelo papel social. Ademais, mesmo com o crescimento do empreendedorismo feminino, as mulheres ainda são tratadas com inferioridade e têm salários e cargos menores quando comparadas aos homens, mesmo com nível de escolaridade superior. Além de serem subjugadas e sofrerem preconceito.

Dessa forma, com o crescente número de empreendedoras no Brasil, faz-se necessário conhecer acerca da atuação das mulheres no mundo do trabalho, em razão da relevância econômica e social, uma vez que o empreendedorismo feminino gera emprego, renda, fortalece o poder de compra e contribui com a melhoria da qualidade de vida da sociedade, entre outros fatores. Ademais, justifica-se também pela necessidade de dar

mais visibilidade à representatividade da mulher no empreendedorismo do município de Boa Vista-Roraima, além de identificar as dificuldades enfrentadas por elas para gerirem seus próprios negócios. Assim é possível fornecer dados que contribuam para o planejamento de políticas públicas que fortaleçam o empreendedorismo feminino e atenuem os desafios enfrentados pelas empreendedoras na capital roraimense.

Sendo assim, este estudo se propôs identificar os principais fatores motivadores para o empreendedorismo feminino no município de Boa Vista-RR, através de pesquisa realizada com empreendedoras atendidas pelo Programa Empreendedorismo Feminino do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)-Roraima.

De acordo com os dados coletados, observou-se que as empreendedoras entrevistadas são mulheres na faixa etária de 36-45 anos, com ensino superior completo, casadas e com pelo menos um filho e que estão atuando no empreendedorismo há pelo menos 3 anos. As principais motivações para empreender citadas pelas participantes foram a busca pela independência financeira e a necessidade de sobrevivência. Além disso, as entrevistadas disseram que com o empreendedorismo tiveram mais tempo com os filhos.

A falta de recursos financeiros para investir, dificuldades na divulgação dos produtos e a ausência de mais eventos para expor os produtos, foram alguns dos desafios mencionados pelas microempreendedoras. Esses desafios enfrentados mostram a necessidade de incentivos financeiros através de políticas públicas que fortaleçam o empreendedorismo feminino e atenuem os desafios enfrentados pelas empreendedoras.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Embora tenha adquirido mais notoriedade nas últimas décadas, o termo empreendedorismo não é recente. Segundo Poletini (2022), na França entre os séculos XVII e XVIII surgiram os termos “empreender” e “empreendedorismo”. A autora destaca que os termos eram usados para “qualificar aquelas pessoas irreverentes e com atitudes precursoras que estimulavam o desenvolvimento econômico” (POLETTINI, 2022, p. 52). De acordo com Cavalcante (2018), o conceito de empreendedorismo é diferente de autor para autor, no entanto, todos defendem que empreender requer inovação, dedicação e motivação, entre outras características, sendo assim possível reconhecer um empreendedor a partir das características de seu comportamento.

Ainda em relação ao termo empreendedorismo, Oliveira et al. (2022, p. 31) descrevendo o termo, relata que “a palavra que possui origem francesa vem do termo “*entrepreneur*” que significa “aquele que assume riscos” ou “aquele que entra em brigas”. O conceito geral do termo indica que o empreendedor não deve se desvencilhar de grandes desafios”.

O fato é que empreender requer enfrentar diversos desafios. Para Poletini (2022), nos diversos conceitos usados para o termo empreendedorismo não há distinção de gênero, já que se trata de características que podem ser encontradas em qualquer indivíduo, independente do gênero. No entanto, empreender para mulheres requer enfrentar desafios ainda maiores, como tripla jornada de trabalho, conflito entre trabalho e família, falta de acesso a recursos financeiros, discriminação de gênero e preconceito, entre outros.

Ao longo dos anos as mulheres foram se inserindo no empreendedorismo. Onde antes era um setor dominado por homens, hoje a realidade é diferente, uma vez que os números de mulheres empreendedoras já se equiparam ao dos homens. Mesmo que, historicamente, as mulheres fossem tidas como destinadas para atividades domésticas e familiares, como cuidar da casa e dos filhos, ao longo dos tempos houve uma mudança no comportamento desse grupo (POLETTINI, 2022). Segundo Poletini (2022), com a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, as mulheres começaram a se inserir no mercado de trabalho, a ocupar outros espaços que outrora eram exclusivos dos homens. Outro evento que estimulou a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi a 1ª e 2ª Guerra Mundial, ocorridas entre 1914-1918 e 1939-1945. Poletini (2022) destaca que, com o advento da guerra, devido à ausência ou morte dos homens nos conflitos, houve a necessidade de contratação de mulheres, inclusive em funções que eram exclusivas da figura masculina. Para a autora, esse período é considerado muito importante, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento dos movimentos feministas de luta por igualdade de direitos e oportunidades.

A presença feminina no empreendedorismo aumentou significativamente nos últimos anos e isso se deu em razão de diversas condições, como aumento da escolaridade das mulheres, às mudanças culturais, à redução no número de filhos, entre outros fatores. Sousa et al. (2016, p. 2), aponta que esse aumento “decorre uma junção de fatores que perpassa inicialmente da luta por sua emancipação, seguindo pelo nível de formação que tem possibilitado maior independência social e econômica”.

No Brasil, de acordo com o GEM (2020, p. 41), apesar de apresentarem taxas de empreendedorismo total menores do que as dos homens, o empreendedorismo feminino, no país em 2019, foi de 25,8 milhões, muito próxima dos 28,7 milhões de homens (GEM, 2020, p. 41). Ainda segundo o GEM (2020, p. 40) “em 2019, no Brasil, praticamente não existiu diferença entre homens e mulheres no estágio de empreendedorismo inicial”. GEM (2020) destaca ainda que essa tem sido a realidade no Brasil ao longo dos últimos anos, em que há proporções semelhantes de empreendedores iniciais entre homens e mulheres. No entanto, no estágio estabelecido, essa proporção fica mais desigual, uma vez que o número de homens à frente de negócios já consolidados é bem maior do que o das mulheres - a taxa dos empreendedores estabelecidos do sexo masculino foi de 18,4%, enquanto a do feminino foi de 13,9%, com uma diferença de 4,5 pontos percentuais. Segundo Brasil (2019), os déficits de conhecimento formal não explicam essa defasagem, uma vez que a média do nível de escolaridade das mulheres na população é de um ano superior à média dos homens.

Gotardo e Corcetti (2014) em um estudo com mulheres empreendedoras da cidade de Guarapari-Es no ano de 2012 descrevem que entre os principais fatores motivadores para empreender, estava o desejo de realização, o desejo de ser independente. A necessidade foi outro fator motivador indicado pelas mulheres entrevistadas. Segundo as autoras, “os empreendedores por necessidade são aqueles que iniciam um empreendimento autônomo por não possuírem melhores opções de trabalho, abrindo um negócio a fim de gerar renda para si e suas famílias” (GOTARDO e CORCETTI, 2014, p. 8).

De acordo com o GEM (2020, p. 44), há um crescimento cada vez maior do número de brasileiros com mais de 55 anos iniciando um negócio e uma hipótese apontada para o crescimento desse número, seja a necessidade de complementação de renda, devido ao baixo valor das aposentadorias, ou pela consciência dos obstáculos para obtenção de uma colocação no mercado de trabalho.

Araújo et al. (2018) numa análise socioeconômica das mulheres empreendedoras da Vila Ângelo Calmon de Sá no município de Mossoró-RN, apontam que a maioria das mulheres pesquisadas começaram a empreender devido ao desemprego. As experiências anteriores e a identificação de oportunidades também foram apontadas como fatores motivadores para empreender. Para Sousa et al. (2016), muitas mulheres aproveitam a oportunidade para empreender associando a um *hobbie*, o que torna a gestão do negócio mais sustentável.

Segundo GEM (2019, p. 11), no Brasil:

O aumento significativo na taxa de empreendedores iniciais se deve exclusivamente ao importante aumento na taxa empreendedores nascentes, de 6,4 pontos percentuais em relação a 2018. Explicações para tal crescimento podem ser buscadas no momento social e econômico do país, no qual se observa, por um lado, a retomada da economia e do otimismo no meio empresarial e financeiro e, por outro, a tímida redução nas taxas de desemprego, mantendo ainda muitas incertezas sobre as opções de ocupação e de obtenção de renda para a população.

Não podemos negar que cada vez mais a mulher vem se inserindo no mercado de trabalho e segundo Franco (2014), esse movimento revela uma tendência de equilíbrio no espaço empresarial entre homens e mulheres. Para a autora, como resultado da maior inserção das mulheres no mundo dos negócios, ocorreu uma melhora na economia do Brasil e na saúde financeira de muitas empresas.

## **METODOLOGIA**

A técnica de investigação para coleta dos dados foi um questionário autoaplicável disponibilizado via *Microsoft Forms*. Para alcançarmos os objetivos propostos nesta pesquisa, foi realizada uma análise documental de artigos publicados envolvendo a temática pesquisada, de dados disponibilizados pelo SEBRAE-RR e da análise do questionário. Realizou-se um levantamento junto ao SEBRAE-RR a fim de identificar o quantitativo de mulheres empreendedoras atendidas pelo Programa Empreendedorismo Feminino da instituição, público-alvo desta pesquisa, e foi alcançada uma amostragem de cerca de 28%.

O projeto de pesquisa foi submetido à análise do Comitê de Ética e logo após a emissão do parecer, o SEBRAE-RR mediou o contato com as participantes, via *email*, para assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aplicação do questionário.

## **ANÁLISE DE DADOS**

De acordo com os dados coletados, observamos que a maioria das empreendedoras atendidas pelo Programa Empreendedorismo Feminino do SEBRAE-RR, são mulheres com ensino superior completo (59%), casadas (57%), com pelo menos um

filho e que estão atuando no empreendedorismo há pelo menos 3 anos (35%), estando a maioria na faixa etária de 36-45 anos.

Quando perguntou-se qual a principal motivação para empreender, as participantes destacaram motivos como “ter renda própria e tornar-se independente financeiramente”.

“Ter renda própria” (Entrevistada 7)

“Ter minha independência financeira” (Entrevistada 15)

“Tornar independente financeiramente” (Entrevistada 16)

“Ter tempo de qualidade” (Entrevistada 24)

“Acompanhar meus filhos de perto” (Entrevistada 2)

“Depois de 22 anos me tornei mãe novamente. Minha motivação foi poder ficar mais perto do meu filho” (Entrevistada 21).

“Estar perto dos meus filhos e gerar renda para família” (Entrevistada 32).

Observamos que, dentre as principais motivações para empreender, destacam-se ter mais tempo com a família e ter independência financeira. Essa perspectiva é respaldada por Moreira (2018) que observou que a flexibilidade de horários proporcionada às mulheres por terem seus próprios negócios, possibilitou que as empreendedoras dedicassem mais tempo aos seus filhos.

Além de ter tempo para a família, há mais tempo para se capacitarem, bem como a possibilidade de independência financeira, esses são fatores que têm atraído cada vez mais as mulheres para o empreendedorismo. No entanto, essa não é uma realidade para todas as mulheres, já que muitas começam a empreender por necessidade, como apontam Araújo *et al.* (2018). Segundo os autores, a maioria das mulheres pesquisadas começaram a empreender devido ao desemprego. As experiências anteriores e a identificação de oportunidades também foram apontadas como fatores motivadores para empreender (Araújo *et al.*, 2018). Para Sousa *et al.* (2016), muitas mulheres aproveitam a oportunidade para empreender associando a um *hobbie*, o que torna a gestão do negócio mais sustentável.

Também foi perguntado às participantes sobre os desafios enfrentados enquanto empreendedoras. Segundo as mulheres pesquisadas, as maiores dificuldades estão relacionadas à escassez de investimento financeiro. Silva, Mainardes e Lasso (2016) discutindo os obstáculos enfrentados pelas empresárias pesquisadas em seu estudo, também encontraram resultados semelhantes. Os autores apontam que, entre outros

desafios, está a dificuldade de obtenção de empréstimo em bancos. Os autores também destacam obstáculos como

[...] falta de reconhecimento do negócio no mercado, ampliar os negócios, separação da sociedade, concorrência forte, organizar questões administrativas, planejamento do tempo, divulgação do empreendimento, captação de clientes, encontrar fornecedores, alta carga tributária, medo de o negócio não dar certo e falta de apoio por parte da família (Silva; Mainardes e Lasso, 2016, p. 161).

Segundo Natividade (2009), é importante criar ambientes favoráveis que auxiliem os empreendedores a dar continuidade às suas atividades e chegar ao sucesso através de políticas públicas e viabilização de microcrédito. Segundo Silva e Santos (2018), em um estudo com empreendedoras na microrregião de Patos de Minas-MG, a falta de estabilidade e a preocupação em conseguir manter o negócio em meio à falta de incentivo está entre a série de obstáculos enfrentados pelas mulheres ao abrir seu próprio negócio. Essa visão está alinhada com os desafios identificados durante a pesquisa, em que as mulheres empreendedoras destacaram as dificuldades relacionadas à escassez de investimento financeiro.

Oliveira, Paiva e Ramos (2022, p. 38) em um estudo com as empresárias da capital do estado da Paraíba, salientam que “[...] empreender sendo mulher atribui desafios relacionados à dupla jornada de trabalho, dualidade nas decisões pautadas entre razão e emoção, resistência em assumir riscos, preconceito ligado ao gênero e insegurança emocional e física”.

Durante a pesquisa, as empreendedoras também relataram sobre a valorização do empreendedorismo feminino no município de Boa Vista-RR. Embora a maioria tenha avaliado positivamente a valorização do empreendedorismo feminino no município, é evidente que na percepção dessas mulheres, precisam de mais apoio, destacando também que o empreendedorismo feminino é bem menos reconhecido em comparação ao empreendedorismo masculino, conforme destacado por elas

“Vem crescendo, mas ainda encontramos barreiras que não vemos para o público masculino” (Entrevistada 6).

“Existem várias pessoas que trabalham para o crescimento feminino, mas, tem muito caminho a percorrer e conquistar” (Entrevistada 14).

“Tem crescido bastante em vários níveis, porém necessitamos de mais apoio” (Entrevistada 20).

“Bem valorizada, porém pode melhorar “ (Entrevistada 23).



Quanto aos desafios enfrentados por essas mulheres ao conciliar suas atividades profissionais com as responsabilidades domésticas e familiares, elas ressaltam que a principal dificuldade está na organização das tarefas diárias e na busca por uma gestão mais eficiente de tempo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para mulheres, empreender requer enfrentar diversos desafios, como tripla jornada de trabalho, conflito entre trabalho e família, falta de acesso a recursos financeiros, discriminação de gênero, preconceito, entre outros.

Evidencia-se que a principal motivação para ingressar no empreendedorismo é a busca pela autonomia financeira, tempo com a família e a necessidade de garantir a própria sobrevivência. Dessa forma, com base nos dados, percebe-se que o fato de terem filhos não afetou na vida profissional das empreendedoras pesquisadas, uma vez que a necessidade de terem mais tempo com a família/filhos foi um dos principais motivadores para empreenderem.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, I. T. de; MIRANDA, A. L. B. B.; FREIRE, B. G. de O.; SILVA, A. W. P. da; RIBEIRO, A. W. de A. **Empreendedorismo feminino: o contexto social e perfil empreendedor de mulheres no nordeste brasileiro**. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 3, n. 6, p. 108-127, nov-dez, 2018. Disponível em: <http://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/197/182>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL, C. I. **Mulheres aumentam escolaridade em relação aos homens, mostra pesquisa**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/mulheres-aumentam-escolaridade-em-relacao-aos-homens-mostra-pesquisa> . Acesso em: 10 abr. 2023.

CAVALCANTE, J. S. **Empreendedorismo feminino: um estudo sobre o perfil das mulheres empreendedoras informais no município de Solânea-PB**. 2018. Monografia (Administração)- Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Bananeiras, Paraíba, 2018.

FRANCO, M. M. S. **Empreendedorismo Feminino: Características Empreendedoras das Mulheres na Gestão das Micro e Pequenas Empresas**. In: VIII Encontro de

Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE), Goiânia, 2014. Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/333.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo 2019**. Curitiba: IBQP, 2020. Disponível em: <https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil: 2019**. Curitiba: IBQP, 2020. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GOTARDO, R. B.; CORCETTI. **Empreendedorismo Feminino: Estudo das Mulheres Empreendedoras da Cidade De Guarapari-Es**. In: VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE), Goiânia, 2014. Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/64-2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MOREIRA, T. M. **Empreendedorismo feminino, maternidade e conflito trabalho-família**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) - Centro de Ciências Sociais, Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

NATIVIDADE, D. R. **Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise**. Revista da Administração Pública, v.43, n.1, 2009.

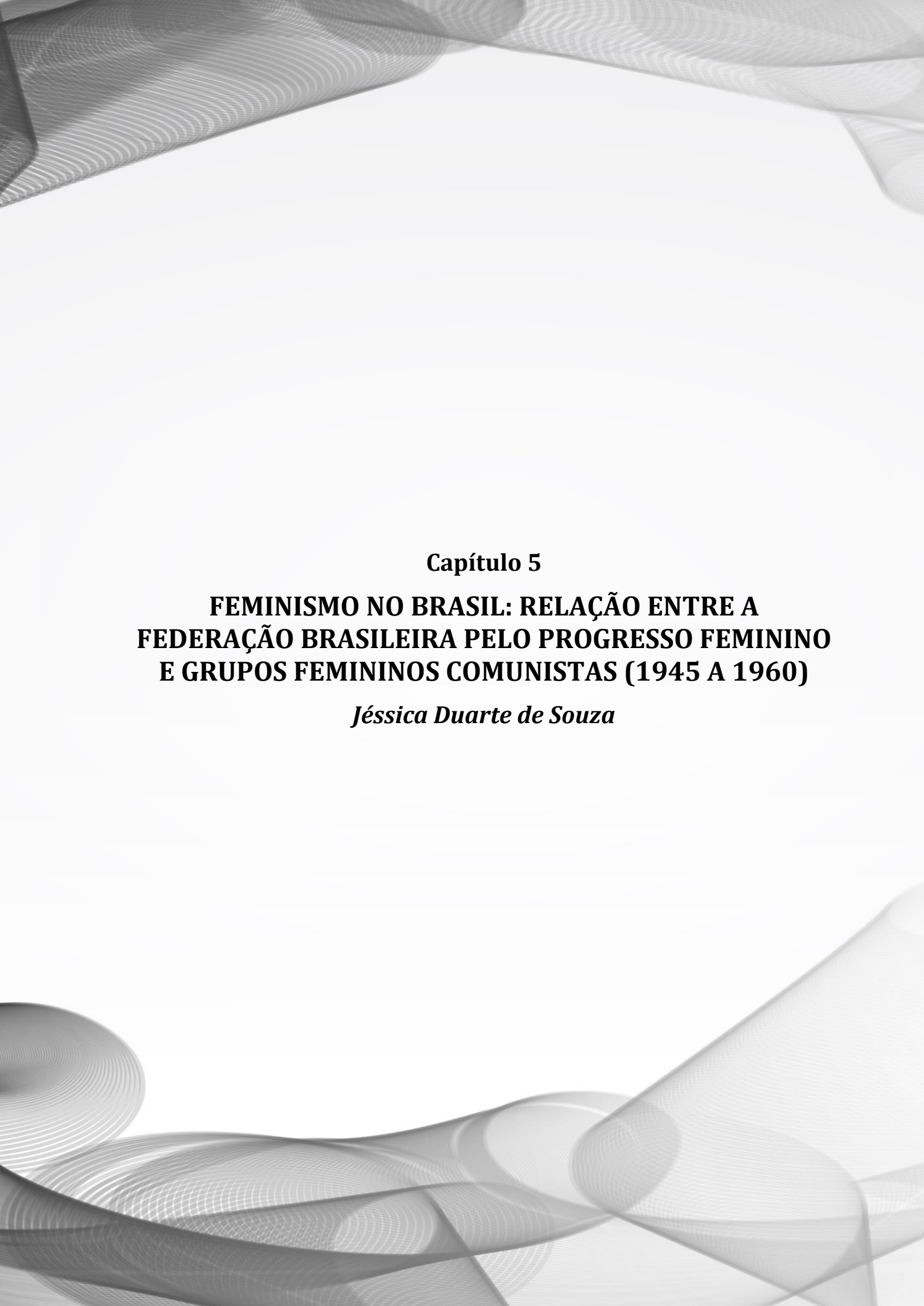
OLIVEIRA, B. A. de; PAIVA, V. V. de; RAMOS, A. C. S. Empreendedorismo feminino: os desafios enfrentados e as estratégias adotadas por empreendedoras no município de João Pessoa – PB. **CGE**: Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan. - abr. 2022.

POLETTINI, M. R. N. F. **Empreendedorismo Feminino: conquistas e desafios**. Revista Científica UCE, v. 1, ano 1, 2022. Disponível em: <https://revistauce.emnuvens.com.br/revista/article/view/8/6>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SILVA, D. I. dos S.; SANTOS, P. J. dos. Mulheres e o empreendedorismo feminino na microrregião de Patos de Minas-MG. **CGE**, v.6, n.2, Mai-Ago 2018, p. 22-37.

SILVA, M. S. da; MAINARDES, E. W.; LASSO, S. V. **Características do Empreendedorismo Feminino no Brasil**. Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, a. XIII, v. 13, n. 2, p. 150-167, 2º sem. 2016.

SOUSA, A. M. R.; LIMA, A. O.; BARROS, C. S.; BEZERRA, E. P. **Empreendedorismo Feminino – análise dos desafios no gerenciamento de pequenos negócios**. In: IX Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE), Passo Fundo, 2016. Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/429-1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.



**Capítulo 5**

**FEMINISMO NO BRASIL: RELAÇÃO ENTRE A  
FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO  
E GRUPOS FEMININOS COMUNISTAS (1945 A 1960)**

*Jéssica Duarte de Souza*

**FEMINISMO NO BRASIL: RELAÇÃO ENTRE A FEDERAÇÃO BRASILEIRA  
PELO PROGRESSO FEMININO E GRUPOS FEMININOS COMUNISTAS  
(1945 A 1960)**

***Jéssica Duarte de Souza***<sup>9</sup>

*Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Santa  
Catarina, jds.duartejessica@gmail.com*

**RESUMO**

Este trabalho estuda a atuação política e social da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e das organizações femininas vinculadas ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Enquanto a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino é constantemente associada ao pioneirismo do feminismo brasileiro e identificada como hegemônica do feminismo organizado por muitas décadas, as entidades femininas vinculadas ao Partido Comunista do Brasil, não apenas se afastavam, mas se colocavam contra ao feminismo e ao seu projeto político. Por sua vez, essas organizações são constantemente identificadas como representantes da classe trabalhadora. O objetivo aqui é relacionar essas histórias, percebendo as disputas em torno da representação das mulheres e seus projetos de emancipação. Argumenta-se que, mesmo com as diferenças, é possível compreender os dois grupos (feministas e comunistas) como figuras relevantes na construção do feminismo nacional. Apesar das diferenças ideológicas e estratégicas entre essas entidades, ambas contribuíram para a inserção das mulheres nas discussões políticas e na formulação de direitos sociais, mesmo também carregando elementos contraditórios em suas histórias. O recorte temporal se justifica pelo intenso debate acerca da cidadania e direitos na sociedade brasileira pós Estado Novo e Segunda Guerra Mundial e pela pouca investigação acerca da atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino nesse período.

**Palavras-chave:** Feminismo. Comunismo. Mundos do trabalho.

**ABSTRACT**

This study examines the political and social activities of the Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) and women's organizations linked to the Brazilian Communist Party (PCB). While the FBPF is often

---

<sup>9</sup> Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

associated with the pioneering efforts of Brazilian feminism and regarded as hegemonic within organized feminism for many decades, the women's entities linked to the PCB not only distanced themselves from feminism but actively opposed its political agenda. These organizations, in turn, are frequently identified as representatives of the working class. The aim here is to relate these histories, analyzing the disputes surrounding women's representation and their emancipation projects. It is argued that, despite their differences, both groups (feminists and communists) can be understood as significant actors in the development of national feminism. Despite the ideological and strategic differences between these entities, both contributed to integrating women into political discussions and the formulation of social rights, while also carrying contradictory elements in their histories. The chosen timeframe is justified by the intense debates on citizenship and rights in Brazilian society following the Estado Novo regime and World War II, as well as the limited research on the FBPF's activities during this period.

**Keywords:** Feminism. Communism. World of labor.

## **INTRODUÇÃO**

Após o Estado Novo, regime autoritário liderado por Getúlio Vargas que chegou ao fim em 1945, o Brasil entrou em um período democrático, que seria interrompido novamente em 1964 com o golpe cívico-militar. Tratava-se de uma democracia limitada, marcada por resquícios de autoritarismo, perseguições a grupos partidários e movimentos da classe trabalhadora e populares, além da ausência de equiparação de direitos. Apesar desse contexto, houve avanços sociais e ampliação da participação popular na política. Essa expansão ocorreu de muitas formas: com o voto, os movimentos grevistas, a emergência de organizações de bairros e de partidos políticos classistas, que começaram a surgir nos grandes centros urbanos e gradualmente se espalharam por todo o território brasileiro. Esse cenário também esteve ligado aos embates partidários e seus protagonistas, que buscavam conquistar e disputar o eleitorado.

Com intensas mobilizações e organizações coletivas que extrapolaram o ambiente de trabalho, a vida cotidiana invadia as ruas. A condição de cidadania, de trabalhador(a) e morador(a) estava diretamente ligada à saúde pública, transporte, escolas, custo de vida, entre outras pautas do dia a dia das pessoas (DUARTE, 2018). Pautas e demandas do cotidiano da classe trabalhadora foram impulsionadoras de organização de trabalhadores e trabalhadoras, as “determinações domésticas passaram a invadir o espaço público” (THOMPSON, 2001).

Neste trabalho, estudo a atuação política e social da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e das organizações femininas vinculadas ao Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>10</sup>. Enquanto a FBPF é constantemente associada ao pioneirismo do feminismo brasileiro e identificada como hegemônica do feminismo organizado por muitas décadas, as entidades femininas vinculadas ao PCB, não apenas se afastavam, mas se colocavam contra ao feminismo e ao seu projeto político. Por sua vez, essas organizações são constantemente identificadas como representantes da classe trabalhadora. O objetivo aqui é relacionar essas histórias, percebendo as disputas em torno da representação das mulheres, seus projetos de emancipação e como essas diferentes entidades lidaram com as pautas das trabalhadoras urbanas brasileiras.

Cabe, antes de entrarmos nesses debates, delimitar minha compreensão sobre o movimento feminista. Entendo que o feminismo é um movimento político, e como tal, é permeado por disputas. A noção de feminismo pode ser delimitada para além das teorias sociológicas e filosóficas que pensam o movimento. Podemos considerar sua construção a partir da própria experiência histórica das lutas travadas pelas mulheres, inclusive em organizações com a presença masculina, como os sindicatos e partidos, nas lutas por moradia, terra e contra o custo de vida, desde que seja caracterizada pelo sonho de emancipação das mulheres (FRACCARO, 2018, p. 16). Portanto, parto do princípio que não é necessário um grupo se autodeclarar feminista para que tenha prática feminista e contribuir para os debates e construção histórica do movimento feminista brasileiro.

### **Entre disputas e cooperação**

Fundada em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) é considerada um dos marcos do feminismo brasileiro. A entidade se apresentava como uma organização sem ligação partidária que tinha como objetivo promover a ampliação dos direitos civis e políticos das mulheres<sup>11</sup>. Isso ocorria sob uma perspectiva reformista que a própria Bertha Lutz, fundadora da entidade, defendia (MOURELL *et al.*, 2009). A maior campanha da FBPF foi a luta pelo sufrágio feminino.

---

<sup>10</sup> Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 (2024).

<sup>11</sup> Apesar de se colocarem apartidária e sem interesse político, suas dirigentes estavam bastante envolvidas no debate político institucional e tinham concepções ideológicas bem definidas. Para saber mais sobre a atuação política de Bertha Lutz no período compreendido por este trabalho, ver: ROTH, C.; DUBOIS, E. *Feminism, Frogs and Fascism: The Transnational Activism of Brazil's Bertha Lutz* *Gender & History*. *Gender & History*. [s.i], v. 32, n. 1, 2020, p. 208-226.

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em 1894, na cidade de São Paulo. Filha do cientista de origem suíço-brasileira Adolfo Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler, Bertha estudou na Inglaterra, onde teve a oportunidade de acompanhar de perto o movimento sufragista local. Após concluir sua formação em biologia pela Sorbonne, em Paris, Lutz retornou ao Brasil e, em 1919, tornou-se a segunda mulher a integrar o serviço público brasileiro, assumindo o cargo de secretária no Museu Nacional do Rio de Janeiro (ROTH; DUBOIS, 2020).

Com proeminência no cenário nacional e internacional, sua atuação estava voltada ao sufrágio e a emancipação das mulheres. Contudo, a FBPF também encampou campanhas relacionadas à condição de vida das mulheres trabalhadoras. Principalmente a partir da década de 1930, bandeiras como o “trabalho igual, salário igual” e as condições de trabalho das mulheres passaram a figurar nas pautas da entidade. Um dos impulsionadores desse movimento foi a cobrança do debate social vindo de associações de mulheres trabalhadoras, em sua maior parte relacionadas aos setores comunistas (FRACCARO, 2018).

Liderada por mulheres intelectuais de classe média, a FBPF utilizava o prestígio social e as conexões de suas dirigentes e sócias mais ativas com figuras políticas e econômicas influentes do país como estratégia para promover suas ações e objetivos. Entre os mecanismos dessas estratégias estavam as intensas trocas de cartas com autoridades nacionais, internacionais e esposas dessas autoridades, a publicação de boletins e propaganda em jornais e rádios e a organização e participação em eventos. A forma de atuar da FBPF era totalmente dentro das vias institucionais e legais, sem questionar o *status quo*, e muitas vezes uma atuação conservadora, com uma forte personificação do poder em Bertha Lutz. Um dos exemplos do conservadorismo da entidade é seu estatuto de 1922, que afirmava que “a todas as sócias da Federação Brasileira assiste a faculdade de comparecer às convenções bienais e de exercer todos os direitos exceto o do voto” (MOURELLE *et al.*, 2009, p. 3.). Apenas as dirigentes votavam para decidir a composição da diretoria. Chama bastante atenção que a maior pauta da entidade não era exercida no seu interior: o voto. Contudo, à medida que percebemos a concepção de voto do maior expoente da FBPF, Bertha Lutz, compreendemos que não está necessariamente associada à democracia e a maior participação da população nas decisões dos rumos do país.

A FBPF atuou de 1922 a 1986, com auge nas décadas de 1920 e 1930. É também este o período que mais sabemos sobre a atuação da entidade, a partir da década de 1940 em diante há poucas produções analíticas sobre a FBPF. Provavelmente um dos motivos para essa queda é o declínio da entidade em comparação com as duas décadas anteriores. Contudo, apesar de ter perdido a hegemonia dos debates sobre a emancipação das mulheres no Brasil, a FBPF e principalmente sua fundadora, Bertha Lutz, estavam longes de serem inexpressivas.

A FBPF e Bertha Lutz mantiveram boas relações com Getúlio Vargas mesmo durante o período autoritário do Estado Novo (1937-1945). Em abril de 1944 Vargas nomeou Bertha Lutz como conselheira da delegação brasileira na Conferência Internacional do Trabalho (OIT), na Filadélfia<sup>12</sup> (ROTH; DUBOIS, 2020, p. 211). Porém, o fim da guerra e a pressão por maior democratização resultaram na queda do Estado Novo em 1945 e na convocação de eleições livres, marcando o início de uma nova fase política com a redemocratização do país. Este período foi caracterizado pelo fortalecimento de novos partidos políticos e pela ampliação dos direitos civis, o que refletiu um desejo crescente de participação democrática e de representação política na sociedade brasileira. A nova conjuntura do país foi um terreno fértil para novas representações políticas e maior participação popular, nesse sentido, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi um impulsionador relevante desse formato político nessa transição.

Em meados de 1945 surgia a União Democrática Feminina de Salvador, no estado da Bahia (BA). Vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), mas não restrita à sigla partidária, a entidade tinha como programa de realizações ampliar a participação das mulheres nos quadros políticos do país, aumentar os níveis de escolarização das mulheres, lutar pela ampliação da assistência social (em especial as de suporte à infância e maternidade), fomentar a emancipação econômica feminina e fiscalizar leis trabalhistas que assegurassem os direitos das mulheres, como a lei de “trabalho igual, salário igual” (ALVES, 2020, p. 96). O programa ambicioso era compartilhado por outras Uniões Femininas (UFs) que nasciam no território nacional.

---

<sup>12</sup> Essa não foi a última vez em que Bertha Lutz representou o Brasil internacionalmente enquanto o país estava sob regime autoritário. Em 1975, em plena ditadura militar, Lutz era uma das delegadas brasileiras na I Conferência Internacional da Mulher da Organização das Nações Unidas (ONU) (ROTH; DUBOIS, 2020, p. 208).



Constituídas a partir de 1945, as UFs atuavam em diferentes municípios brasileiros<sup>13</sup> organizando ações e debates em duas frentes. A primeira refere-se às reivindicações que incidiam diretamente no cotidiano dessas mulheres, como o custo de vida, desabastecimento dos gêneros alimentícios, transporte público, serviços de saúde, moradia, creches, entre outras; a segunda promovia o acesso à educação e cultura por meio de cursos profissionalizantes, de alfabetização e aprofundamento escolar, com criação de bibliotecas e ofertas de sessões de cinema e teatro. Mesmo as entidades menores, que não conseguiram criar um leque maior de possibilidades nessas frentes, investiram em ao menos um tipo de curso e alguma forma de fomento cultural (SOARES, 2021, p. 268). Certas de que apenas a emancipação econômica proporcionaria uma inserção mais igualitária à vida pública e mais dignidade, elas defendiam ser necessário “fazer tudo para dar também oportunidade aos onze milhões de mulheres de mais de dez anos cujas atividades se cifram ao próprio lar”<sup>14</sup>.

Articulando-se de formas variadas, além de debater acerca dos problemas, havia propostas de ações. Alguns exemplos dessas propostas são: cooperativas de consumo e de distribuição de alimentos às prefeituras – visando sanar o desabastecimento de gêneros alimentícios, mobilização para atendimento médico, abaixo-assinados para a criação de creches nos bairros e locais de trabalho e assim por diante (SOARES, 2021, p. 272). As associadas se articulavam para a criação e implementação dessas atividades, sendo as demandas e as próprias soluções pautadas por elas. As organizações não apenas identificavam os problemas, mas havia uma formulação coletiva da demanda, que passava pela construção da noção de direitos, “pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais” (SOUZA-LOBO, 2021, p. 221).

As UFs foram criadas na esteira de outras organizações coletivas fomentadas pelo PCB, a exemplo dos Comitês Populares Democráticos. Fundados antes das UFs e também atuando em diferentes cidades e estados brasileiros, os comitês foram inovadores tanto pela forma como se organizaram e sistematizaram as pautas cotidianas dos bairros e seus problemas, quanto porque trouxeram para o debate público sujeitos que não costumavam fazer parte de organizações e reivindicações coletivas (DUARTE 2018), *modus operandi*

---

<sup>13</sup> Sabe-se da existência de Uniões Femininas em bairros no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul e Bahia (SOARES, 2021, p. 265).

<sup>14</sup> Esta frase alude aos dados do censo de 1940, em que a maioria das mulheres brasileiras tinham como atividade as tarefas na esfera doméstica. APERJ, Notação 00412, União Feminina de Botafogo. Apud SOARES, 2021, p. 269.

semelhantes às UFs. Muitos desses comitês fundaram seções femininas, costumeiramente responsáveis por atividades recreativas e trabalhos educacionais, como alfabetização e cursos para os moradores e moradoras dos bairros. Contudo, ainda há poucos estudos sobre as “alas femininas” dos Comitês (ALVES, 2020, p. 94).

Além do contexto nacional, as Uniões Femininas e os Comitês Populares Democráticos também são frutos da política de união nacional lançada pelo PCB desde 1943 contra o nazifascismo. Atuando na legalidade, o PCB adotou uma postura pacífica e democrática e buscava participar da primeira eleição após o Estado Novo. Com o foco na atuação nos ambientes de moradia e trabalho da população, incentivaram a participação política da classe trabalhadora a partir de organismos criados no âmbito das bases desses espaços e abertos a quem quisesse participar, sem necessidade de filiação com o partido (NEGRO; SILVA, 2003). À medida que a repressão aumentou e com a cassação da sigla em 1947, a política de união nacional chegou ao fim, mas as entidades femininas que possuíam ligação com o partido permaneceram atuantes ao longo da década de 1950.

Muito habilmente, essas organizações locais conseguiram se inserir nas periferias e bairros brasileiros. Os próprios moradores e moradoras pautavam as demandas e faziam parte efetiva do desenvolvimento desses espaços, inclusive influenciando o surgimento de novas organizações em outros bairros e municípios. Dentro do PCB havia uma preocupação de integrar as trabalhadoras e trabalhadores à participação política. Com isso, o partido acabou atendendo as necessidades do momento, em que a penetração no cotidiano das pessoas era uma forma eficiente de suprir as necessidades da nova configuração da política brasileira, em que a classe popular precisava ser ouvida e, para além disso, fazer parte da construção das políticas públicas. Essas ações o auxiliaram no sucesso dos pleitos em 1945 e 1947 (NEGRO; SILVA, 2003). Cabe salientar que não se trata de perceber o partido como o responsável pela intensa mobilização nas periferias e pelas pautas cotidianas que atravessaram o período, mas de reconhecer sua participação na criação de locais de sistematização dessas demandas e com alcance e atuação para além da sigla partidária (DUARTE; FONTES, 2004).

Nesse sentido, as Uniões Femininas obtiveram sucesso. Mais longevas que os comitês e também menos estudadas, essas entidades atuaram de 1945 a 1964. De perfil heterogêneo, sua composição ia muito além das comunistas, congregava operárias,

intelectuais, donas de casas, camponesas e integrantes de outros partidos<sup>15</sup> (ALVES, 2020, p. 96). O êxito das suas atividades foi um dos indutores para a criação de entidades de mulheres em âmbito nacional, como o periódico *O Momento Feminino*, em 1947, e o Instituto Feminino do Serviço Construtivo (IFSC), em 1946, que dá espaço à Federação de Mulheres do Brasil, em 1949. Em graus diferentes de ligação com o PCB, esses espaços possuíam ligação entre si e conectavam as lutas locais às nacionais e globais, tendo a Federação Democrática Internacional das Mulheres como principal aglutinador no âmbito internacional.

À frente da FBPF como orientadora da entidade, Bertha Lutz entendia a mudança de conjuntura e a perda de hegemonia da FBPF para os grupos comunistas. Em relatório produzido em 1944, entre os assuntos que elencou como urgente de serem tratados pela FBPF, estavam: “um plano de ação em relação aos graves problemas da atualidade brasileira” e “coordenação do esforço associativo feminino em geral”. Sobre o primeiro ponto, diz que “há muitos problemas novos no ambiente brasileiro”, cita algumas associações e os problemas específicos em que estão se debruçando e finaliza afirmando que “a Federação terá que delimitar um problema se quiser sobreviver com utilidade. Terá que se concentrar na solução do mesmo”<sup>16</sup>. Sobre o segundo ponto:

Devemos cogitar este ano, ou em 1945, de coordenar as associações femininas em órgão eficiente de atuação da mulher. Não deve ser uma ligação muito firme, mas antes um instrumento plástico de congregação. O melhor seriam reuniões periódicas para tratar de problemas, deixando que cada uma tenha a oportunidade de dizer dos seus esforços e de tratar dos problemas vitais.<sup>17</sup>

No ano seguinte, em 1945, Lutz manifesta preocupação com os rumos da FBPF:

É de não estar a Federação bastante consciente das grandes transformações que se operam na estrutura da vida humana, nesta época de comunicações rápidas e de aniquilamento das distâncias e diferenças pelas aplicações da ciência. Verifiquei, com surpresa, que os elementos

---

<sup>15</sup> Em relação as figuras de destaque na política nacional, havia alguns nomes da União Democrática Nacional (UDN), como Nuta Bartlet James e Lygia Maria de Lessa Bastos; Sagramor de Scuvero do Partido Republicano (PR) e Alice Tibiriçá, que não tinha filiação partidária, mas atuava na política pública através do movimento feminista desde a década de 1920. Foi ela também a responsável pela fundação do Instituto Feminino do Serviço Construtivo, em 1946. Essas mulheres estavam presentes em outras organizações femininas de âmbito nacional que surgiram no período (NUNES, 2020).

<sup>16</sup> Arquivo Nacional. BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.SEC, TXT.4, v.2 - relatórios anuais e bienais de atividades desenvolvidas pela federação brasileira pelo progresso feminino – Dossiê, p. 10. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_q0/adm/eor/sec/txt/0004\\_v\\_02/br\\_rjanrio\\_q0\\_adm\\_eor\\_sec\\_txt\\_0004\\_v\\_02\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_q0/adm/eor/sec/txt/0004_v_02/br_rjanrio_q0_adm_eor_sec_txt_0004_v_02_d0001de0001.pdf). Acesso em: 05 mai. 2024.

<sup>17</sup> Idem.

femininos brasileiros mais conscientes da necessidade de modificações, são as senhoras que militam em obras de assistência social. A diretoria da Federação está muito homogênea. Esta homogeneidade é muito útil nos arranjos em prol de reivindicações, mas não reflete a hora presente, nacional ou humana. Aconselho pois que ampliem a Diretoria, chamando outros elementos e que a constituam de modo a refletir diversas correntes. Dada a orientação muito conservadora da Federação e do movimento feminino de outros países, será melhor chamar elementos que alarguem os horizontes, sem criarem incompatibilidades.<sup>18</sup>

Em continuidade a sua fala, Bertha Lutz diz que tomou a liberdade de chamar algumas mulheres para compor o quadro de sócias da FBPF, “sendo merecedoras de toda a nossa confiança, são entretanto opiniões diferentes das da maioria”.<sup>19</sup> Um das mulheres convidadas por Bertha Lutz é Alice Tibiriça, que posteriormente estará entre as militantes mais atuantes do jornal *O Momento Feminino* e uma das responsáveis pela fundação do Instituto Feminino do Serviço Construtivo (IFSC), em 1946, instituições vinculados ao PCB.

Os limites da atuação da Federação eram apontados pelos debates da sociedade, sobretudo pelos setores comunistas. Atentas à equiparação de direitos, as ativistas ligadas ao PCB consideravam a luta feminista inapropriada para a realidade brasileira (ALVES 2017). Em acordo com os ideais e ressalvas do PCB, faziam análises por vezes severas sobre a construção do movimento feminista nacional e a FBPF. No entanto, havia momentos em que as divergências eram minimizadas e atuavam em conjunto em benefício dos direitos das mulheres trabalhadoras. A relação entre as feministas e comunistas se deu entre conflitos e cooperação às políticas e debates sobre a emancipação feminina.

No pós 1945, os embates e colaborações permaneceram. Nesse contexto a FBPF não contava mais com o grande prestígio das décadas de 1920 e 1930. A FBPF e as entidades nascidas neste período, que eram, em sua maioria, encabeçadas por comunistas, disputavam a hegemonia do movimento nacional de articulação das mulheres. O tom pacífico da relação esmoreceu à medida que o clima político do país ficou acirrado com o contexto da Guerra Fria e o anticomunismo, principalmente a partir da cassação do PCB (ALVES, 2020).

---

<sup>18</sup> Arquivo Nacional. BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A945.13 - cartas da federação brasileira pelo progresso feminino... – Dossiê, p. 14. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_q0/adm/cor/a945/0013/br\\_rjanrio\\_q0\\_adm\\_cor\\_a945\\_0013\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_q0/adm/cor/a945/0013/br_rjanrio_q0_adm_cor_a945_0013_d0001de0001.pdf). Acesso em: 10 mai. 2014.

<sup>19</sup> Idem.

O contexto de criação do Instituto Feminino do Serviço Construtivo (IFSC) foi um momento de tentativa de interação entre essas diferentes associações. Fundado em 1946, o IFSC tinha dois propósitos iniciais: ser um ponto de conexão com as UFs e formar uma federação nacional. A entidade era composta por mulheres relacionadas às UFs. Por mais que não fosse vinculada diretamente ao PCB, sua base era formada por muitas comunistas (SOARES, 2021, p. 260). Um ano após sua criação, o IFSC foi convidado a participar da reunião de conselho da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM), ocorrida em 1947, em Praga, na antiga Tchecoslováquia. Antes de aceitar o convite, as mulheres do IFSC sugeriram que as UFs e outras organizações de mulheres em funcionamento naquele período, inclusive a FBPF, debatessem a pertinência, ou não, da participação de uma representante brasileira no evento (ALVES, 2020).

Criada no Congresso Internacional de Mulheres, realizado em 1945, na cidade de Paris, a FDIM tinha por objetivo reunir federações congêneres de diferentes países, alinhando diretrizes e políticas comuns. Era ligada ao movimento comunista internacional, mas se autoproclamava diversa e abria à participação de organizações nacionais sem a vinculação comunista (ALVES, 2020, p. 51). O IFSC, conforme o esperado, se vinculou a FDIM, já a FBPF fez questão de se manter afastada da organização internacional “dada a natureza nitidamente política e comunista”.<sup>20</sup>

Nessa efervescente mobilização de trabalhadores e trabalhadoras ocorreu a Conferência Nacional Feminina (1949). Por meio dessa Conferência, que congregou diversas organizações femininas de lugares distintos do país, nasceu a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Os eixos fundantes da Federação eram a organização das mulheres em prol da luta e conhecimento aos seus direitos, a proteção à infância e à paz mundial, mas, principalmente, mobilizar campanhas contra o custo de vida. Ao final da Conferência, constatou-se que as grandes mazelas das mulheres brasileiras naquele momento eram o custo de vida, a precariedade do transporte coletivo, a ausência de escolas e de atendimento à saúde, a mortalidade infantil, a não regulamentação do trabalho doméstico, a falta de autonomia econômica e as diferenças salariais entre homens e mulheres, referendando a luta por “trabalho igual, salário igual”.

---

<sup>20</sup> Arquivo Nacional. BR RJANRIO Q0.ADM, EVE.CNG, TXT.18 - anais, programa, listagem de países participantes e votos deliberativos... - Dossiê, p. 104. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_q0/adm/eve/cng/txt/0018/br\\_rjanrio\\_q0\\_adm\\_eve\\_cng\\_txt\\_0018\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_q0/adm/eve/cng/txt/0018/br_rjanrio_q0_adm_eve_cng_txt_0018_d0001de0001.pdf). Acesso em: 03 jun. 2024.

Os problemas acerca do custo de vida também eram uma preocupação da FBPF. Nas atas de reuniões da entidade, no ano de 1946, apareceram alguns registros sobre comissões para o estudo e combate à “carestia de vida”. Neste ano, a Federação criou algumas comissões internas para tratar de problemas do cotidiano da população brasileira. Houve a criação de comissões de direitos humanos; educação, visando a criação de escolas primárias e profissionais; saúde, abrangendo a proteção à maternidade e a infância; e por último, economia para o combate ao custo de vida.<sup>21</sup> As comissões sobre o custo de vida e educação apareceram em diversos momentos nos debates da FBPF ao longo daquele ano, conforme consta nos registros das atas.

Longe de ser um problema apenas para o público feminino, o custo de vida impulsionou mobilizações pelo país inteiro, algumas destas bastante estudadas pela historiografia brasileira. Ao analisar as atas da câmara de vereadores de Porto Alegre de 1947 a 1964, Fernando Pureza (2016, P. 123) constatou que o custo de vida foi o único assunto abordado em todo o período pela câmara. Nacionalmente, políticas foram elaboradas na tentativa de solucionar o problema, como a Lei 1.521, de dezembro de 1951, a chamada “lei de economia popular”. A lei criminalizou algumas práticas, como a venda de produtos acima do tabelado e foi uma das apostas de Getúlio Vargas para arrefecer os problemas causados pela carestia. A criação de comissões de preços, que atuavam em todo o território nacional, e o reajuste do salário mínimo em 1954, com João Goulart no Ministério do Trabalho, também foram políticas adotadas por Vargas com o objetivo de sanar o problema (PUREZA, 2016, p. 198).

As intensas mobilizações de 1953, como a Greve dos 300 mil e a passeata da “panela vazia”, tinham no seu cerne reivindicações sobre o custo de vida. Mobilizando trabalhadores e trabalhadoras de setores industriais e sem vínculos empregatícios, conforme apontam Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva (2003), as manifestações públicas contaram com forte presença feminina.

Nesse sentido, as diferentes organizações femininas (e também feministas) atuaram em prol das demandas da classe trabalhadora brasileira no pós-guerra. Evidentemente, há muitas diferenças de forma e conteúdo entre a FBPF e as entidades vinculadas ao comunismo, inclusive, ambas criticavam veementemente o comportamento

---

<sup>21</sup> Arquivo Nacional. BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.SEC, TXT.2, v.5 - livro de atas de reuniões da federação brasileira pelo progresso feminino. - Dossiê, p. 29. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_q0/adm/eor/sec/txt/0002\\_v\\_05/br\\_rjanrio\\_q0\\_adm\\_eor\\_sec\\_txt\\_0002\\_v\\_05\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_q0/adm/eor/sec/txt/0002_v_05/br_rjanrio_q0_adm_eor_sec_txt_0002_v_05_d0001de0001.pdf). Acesso em: 03 jun. 2024.

e concepção ideológica umas das outras. Contudo, mesmo com as disputas e diferenças, é possível contarmos essas histórias traçando mais diálogos e intersecções.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando as nuances e diferenças entre esses grupos de mulheres, argumento que é possível compreender tanto a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) quanto as diferentes instituições lideradas por comunistas como figuras relevantes e centrais na construção do feminismo nacional. Apesar das diferenças ideológicas e estratégicas entre essas entidades, ambas contribuíram para a inserção das mulheres nas discussões políticas e na formulação de direitos sociais, mesmo também carregando elementos contraditórios em suas histórias.

A análise dessas organizações evidencia a complexidade do movimento feminista no Brasil, construído por conflitos e colaborações entre diferentes concepções ideológicas e influenciada pelas dinâmicas sociais e políticas de cada período. Este trabalho é apenas um pequeno recorte de alguns dos grupos que compõem a construção do movimento feminista. Há múltiplos caminhos para se contar essa história: a organização coletiva de mulheres negras, de trabalhadoras fabris e trabalhadoras domésticas são alguns dos exemplos.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, I. DA C. Os movimentos feministas e comunistas no Brasil: história, memória e política. **Tempos Históricos**, v. 21, p. 107-140, 2017.

ALVES, I. DA C. **Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil**. Tese (Doutorado em História) - Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.

DUARTE, A. L. **O Direito à cidade: trabalhadores e cidadãos em São Paulo (1942/1953)**. São Paulo: Alameda, 2018.

DUARTE, A. L.; FONTES, P. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). **Cadernos AEL**. 2004.

FRACCARO, G. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

MOURELLE, R. C. *et al.* A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no

Brasil. [Anais...]. **Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. DE A. N. (Eds.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3p. 181-211.

NUNES, G. M. **Mulheres Comunistas no Brasil**: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965). Tese (Doutorado em História) - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

PUREZA, F. C. **“Isso não vai mudar o preço do feijão”**: as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945 a 1964). Tese (Doutorado em História) - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

ROTH, C.; DUBOIS, E. Feminism, Frogs and Fascism: The Transnational Activism of Brazil's Bertha Lutz. *Gender & History*. [s.i], v. 32, n. 1, 2020, p. 208-226.

SOARES, P. E. FERREIRA. **A questão feminina no PCB (1925-1956)**: as mulheres na cultura política comunista. Tese (Doutorado em História) - Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Expressão Popular, 2021.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.





**Capítulo 6**

**A NOVA ROUPAGEM DO TRABALHO ESCRAVO POR  
MEIO DA TERCEIRIZAÇÃO (LEI Nº.13.429/2017):  
CASOS NA COLHEITA DE UVAS DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL**

*Neusa Schnorrenberger*

*Fagner Fernandes Stasiaki*

*Erik Luís Sott de Santis*

**A NOVA ROUPAGEM DO TRABALHO ESCRAVO POR MEIO DA  
TERCEIRIZAÇÃO (LEI Nº.13.429/2017): CASOS NA COLHEITA DE UVAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

***Neusa Schnorrenberger***

*Doutora em Direitos Especiais pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Direito – URI,  
campus Santo Ângelo/RS. E-mail: [neusaschaadvogada@gmail.com](mailto:neusaschaadvogada@gmail.com).*

***Fagner Fernandes Stasiaki***

*Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação  
stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas – UFFS,  
campus Cerro Largo, com bolsa CNPq. E-mail: [fagner.stasiaki@estudante.uffs.edu.br](mailto:fagner.stasiaki@estudante.uffs.edu.br)*

***Erik Luís Sott de Santis***

*Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação  
stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas – UFFS,  
campus Cerro Largo, com bolsa CAPES. E-mail: [erik.santis@estudante.uffs.edu.br](mailto:erik.santis@estudante.uffs.edu.br)*

**RESUMO**

A partir de uma breve contextualização de aspectos históricos sobre a escravidão no Brasil, a presente pesquisa possui como objetivo investigar a terceirização do trabalho no Brasil, enquanto um novo mecanismo para a manutenção do trabalho análogo a escravidão, discutindo assim, o caso da colheita de uvas no Estado do Rio Grande do Sul. Metodologicamente, esse estudo opera-se nas premissas da dialética, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, observando livros, teses, dissertações e artigos científicos, para identificar alguns aspectos que passam pelo cotidiano da classe trabalhadora, tal como: o aumento na jornada de trabalho, a contratação informal, terceirização e dentre outras, sem observar as garantias e proteções de Dignidade Humana. Além disso, realizar alguns apontamentos sobre a Lei nº. 13.429/2017, legislação que dispõe sobre a atividade fim, ou da terceirização e aplicabilidade ao caso concreto. Concluiu-se, assim, que mesmo mediante os direitos trabalhistas e suas adaptações sofridas em busca de

um trabalho com dignidade, os trabalhos análogos à escravidão, como o caso em estudo, ocorrido no Rio Grande do Sul, em 2023, houve uma precarização dos trabalhadores oriundos da Bahia - sendo a maioria negros<sup>22</sup> - ferindo assim, a legislação trabalhista e consequentemente a Dignidade Humana desses trabalhadores.

**Palavras-chave:** Colheita de uvas. Lei nº. 13.429/2017. Terceirização. Trabalho escravo. Rio Grande do Sul.

#### **ABSTRACT**

From a brief contextualization of the historical aspects of slavery in Brazil, the objective of this research is to investigate the outsourcing of labor in Brazil, as a new mechanism for the maintenance of work analogous to slavery, thus discussing the case of the grape harvest in the State of Rio Grande do Sul. Methodologically, this study operates on the premises of dialectics, through bibliographic and documentary research, observing books, theses, dissertations and scientific articles, to identify some aspects that cross the daily life of the working class, such as: the increase in the working day, informal hiring, outsourcing and others, without observing the guarantees and protections of Human Dignity. Also, take some notes on Law No. 13,429/2017, legislation that provides for the main activity, or outsourcing and applicability to the specific case. It was thus concluded that even through labor rights and their adaptations suffered in the search for decent work, work analogous to slavery, as in the case under study, which occurred in Rio Grande do Sul, in 2023, there was a precariousness of workers in Bahia - most of whom are black - thus harming labor legislation and consequently the Human Dignity of these workers.

**Keywords:** Grape harvest. Law no. 13,429/2017. Outsourcing. Slavery. Rio Grande do Sul.

## **INTRODUÇÃO**

No Brasil, após quase quatrocentos anos de escravidão, os trabalhadores ainda percorrem caminhos obscuros no que se refere a direitos trabalhistas. Após 135 anos da abolição, o trabalho análogo à escravidão bate recordes no Brasil, dado que, somente no ano de 2023, de 1º de janeiro a 14 de junho, o Ministério do Trabalho e Emprego resgatou 1.443 pessoas em situação análoga à escravidão. Ou seja, é quase o dobro dos 771 dos resgates feitos no primeiro semestre de 2022.

Nesse sentido, a presente pesquisa possui como objetivo investigar a terceirização do trabalho no Brasil, enquanto um novo mecanismo para a manutenção do trabalho

---

<sup>22</sup> Informação disponível em: [Escravidados do vinho: 95% dos trabalhadores são negros e 93%, baianos](#)

análogo à escravidão, discutindo assim, em especial, o caso da colheita da uva no Estado do Rio Grande do Sul.

Em termos metodológicos, opera-se nas premissas da dialética, por meio de uma pesquisa teórica bibliográfica no sentido de identificar alguns aspectos que passam pelo cotidiano da classe trabalhadora como o aumento da jornada de trabalho, a contratação informal, terceirização e dentre outras, sem observar as garantias e proteções de Dignidade Humana.

Além disso, realizar alguns apontamentos sobre a Lei nº. 13.429/2017 que, traz contradições em alguns de seus dispositivos. Por fim, o artigo divide-se em três seções: a primeira seção traz um breve histórico de um Brasil escravocrata; a segunda seção versa sobre os direitos trabalhistas e a Lei nº. 13.429/2017; a terceira e última seção discorrerá sobre a nova roupagem da escravidão na colheita das uvas no Estado do Rio Grande do Sul.

## **UM BREVE HISTÓRICO DE UM BRASIL ESCRAVOCRATA**

No Brasil, escravização de pessoas negras perdurou por três séculos, entre 1550 até 1888, sendo este o último país a abolir o sistema escravocrata. Essa seção versará sobre o que foi a escravidão no Brasil, desde a chegada dos portugueses com vistas à exploração dos recursos naturais através da subordinação das populações nativas até a chegada dos africanos trazidos da costa ocidental da África.

Os indígenas encontrados no litoral pela colonização eram principalmente tribos de tronco tupi. No litoral brasileiro somava-se 1 milhão de indígenas, divididos em centenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias. Portugal àquela época teria a mesma população ou um pouco mais (Ribeiro, 2015).

Os povos Tupi davam seus primeiros passos na revolução agrícola, percorrendo um caminho próprio, juntamente com outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição de selvagem para a de mantimentos de suas lavouras. Entre elas estavam a mandioca, o milho, a batata doce, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, pimentas, abacaxi, o mamão, o caju e o pequi. A mandioca era uma das plantas venenosas, a qual precisavam não apenas cultivar, mas

também tratar adequadamente para extrair todo o ácido cianídrico, tornando-a comestível (Ribeiro, 2015).

Os indígenas perceberam a chegada dos colonizadores como um acontecimento espantoso, com a distribuição da vida social dos indígenas, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativeiro, muitos indígenas se deitavam em suas redes e deixavam morrer. Os povos que ainda puderam, fugiram mata adentro, horrorizados com seus destinos que lhes eram oferecidos no convívio com os brancos (Ribeiro, 2015).

Assim, os indígenas foram condenados a uma vida de servidão com a chegada dos colonizadores. É importante dizer que, frente à invasão europeia, os povos que aqui habitavam, defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Mais tarde, africanos foram trazidos da costa Ocidental da África, no entanto a contribuição cultural do negro foi pouco relevante na formação original da cultura brasileira (Ribeiro, 2015).

A maior parte da riqueza produzida, consumida e exportada no Brasil, foi fruto da exploração do trabalho escravo. As mãos escravizadas extraíram ouro e diamante das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau e algodão e outros produtos tropicais de exportação. Também, trabalhavam na agricultura, na criação de gado, na produção de charque e nos serviços domésticos. Nas cidades, eram eles quem se encarregavam do transporte de objetos e pessoas, além da mão-de-obra na construção de casas, pontes, fabricas, estradas e diversos serviços urbanos (Albuquerque, 2006).

À vista disso:

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens, testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho e empregador (Albuquerque, 2006, p. 66-68).

As condições de vida para homens e mulheres que viviam sob o cativeiro eram precárias. Nas grandes lavouras levantavam-se por volta das cinco horas da manhã e reuniam-se no terreiro para receber a ordem do dia, era um trabalho árduo e contínuo, que começava logo ao amanhecer e terminada ao fim da tarde. No início de safras, a carga horária de trabalho aumentava, a labuta era contínua e por vezes se estendia até a noite (Albuquerque, 2006)

Com isso, alimentava-se a ideia (ou a ilusão) de tentativa de fuga, era melhor que, a vida de escravizado trazido de tão longe para cair no inferno da existência mais penosa (Ribeiro, 2015). Para compreender o que significava a liberdade e o recomeço, Albuquerque conta a história de Ramão e Pedro dois libertos que, assim que souberam da notícia da abolição, passaram a arquitetar mudanças de vida roubando duas ovelhas e seguiram para a província de Minas Gerais e por lá se estabeleceram. Localiza-los não foi fácil, mas, Pedro, quando preso em novembro de 1888, havia se casado há um mês e oito dias, disse ter gastado o dinheiro da venda de uma das ovelhas para refazer a vida (Ribeiro, 2015).

Logo, os negros, após a abolição, foram largados à própria sorte, numerosos grupos concentraram-se nas entradas de vilas e cidades, nas condições mais precárias e para escapar dessa liberdade famélica é que começaram a se deixar aliciar para o trabalho sob as condições ditadas pelo latifúndio (Ribeiro, 2015).

Com isso, outros contingentes de trabalhadores e agregados foram expulsos para engrossar a massa da população residual das vilas, constituídas não apenas de negros, mas de pardos, brancos e pobres, todos confundidos como massa de trabalhadores “livres” (Ribeiro, 2015). Por fim, os ex-escravizados ocuparam um lugar secundário na sociedade por conta do racismo e assim foram condenados a viver às margens da sociedade, sem nenhuma ajuda governamental.

Dado o exposto, após quase quatro décadas de escravidão a sociedade começou a pautar a partir de leis que garantiam a dignidade da pessoa humana, tais como os Direitos trabalhistas e a Constituição Federal.

## **DOS DIREITOS TRABALHISTAS**

Para buscar do entendimento do Direito do Trabalho como conteúdo autônomo faz-se mister estudar primeiramente suas origens ao longo da história, referências estas encontradas no autor Amauri Mascaro Nascimento, que analisa o histórico do Direito do Trabalho em sua obra denominada “Iniciação ao Direito do Trabalho”, e nas obras de César Pinto Martins e Mauricio Godinho Delgado. Constante na Bíblia, o trabalho era um castigo. Relata a mesma, que Adão teve de trabalhar para sobreviver por ter comido do fruto proibido (Gênesis, 3). Conforme a doutrina de Sérgio Pinto Martins (2014b), “Trabalho vem do latim *tripalium*, que era uma espécie de instrumento de tortura de três

paus ou uma canga que pesava sobre os animais”. Nascimento (2012), traz uma clara divisão dos períodos na sociedade pré-industrial.

No período da escravidão, ou seja, na sociedade pré-industrial não existia a presença de leis de Direito do Trabalho. Isto devido ao intenso período escravocrata, os trabalhadores eram *res* (coisa), não sendo considerados como sujeitos de direitos e pela sua condição de escravo, não se poderia falar em Direitos Trabalhistas em tal período da história (Nascimento, 2012). Do mesmo modo:

[...] na Grécia, Platão e Aristóteles entendiam que o trabalho tinha sentido pejorativo. Compreendia apenas a força física. A dignidade do homem consistia em participar dos negócios da cidade por meio da palavra. Os escravos faziam o trabalho duro, enquanto os outros podiam ser livres. O trabalho não tinha o significado de realização pessoal (Martins, 2014b, p. 4).

O período feudal também não se diferenciava muito da escravidão. Os vassalos recebiam uma proteção militar e política pelo senhor feudal que era o proprietário das glebas de terra. Os trabalhadores (vassalos) não eram livres, e conforme Nascimento “Eram obrigados a trabalhar nas terras pertencentes aos seus senhores. Camponeses presos às glebas que cultivavam, pesava-lhes a obrigação de entregar parte da produção rural como preço pela fixação na terra e pela defesa que recebiam” (Nascimento, 2012, p. 43) e os nobres do período não trabalhavam.

A segunda divisão feita por Nascimento na sociedade pré-industrial é o período das corporações de ofício na Idade Média, onde as condições ainda não permitiam uma ordem jurídica como surgiria mais tarde. Porém houve uma maior liberdade ao trabalhador. Segundo Nascimento (2012, p. 43, grifo dos autores):

Os mestres eram os proprietários de oficinas, que chegavam a essa condição depois de aprovados, segundo os regulamentos da corporação, na confecção de uma ‘obra mestra’. Equivalem aos empregadores de hoje. Os companheiros eram trabalhadores livres que ganhavam salários de mestres. os aprendizes eram menores que recebiam dos mestres os ensinamentos metódicos de um ofício ou profissão [...]. **As corporações mantinham com os trabalhadores uma relação de tipo bastante autoritário e que se destinava mais à realização dos seus interesses do que à proteção dos trabalhadores.**

Nas corporações de ofício a jornada de trabalho era extremamente intensa e conforme Martins chegando até 18 horas no verão e “[...] a partir do momento em que foi inventado o lampião a gás, em 1792, por William Murdock, o trabalho passou a ser

prestado em média entre 12 e 14 horas por dia. Várias indústrias começaram a trabalhar no período noturno” (Martins, 2014b, p. 5). O mesmo ainda refere, “As corporações de ofício foram suprimidas com a Revolução Francesa, em 1789, por foram consideradas incompatíveis com o ideal de liberdade do homem” (Martins, 2014b, p. 5).

A terceira divisão que Nascimento traz é a locação, que era uma espécie de relação de trabalho, a qual se desdobrava em duas outras. Tem-se assim a *locatio operarum* (locação de serviços) – um contrato onde a pessoa se obrigava a prestar serviços por algum período para outra pessoa frente a um pagamento. E tem-se ainda a *locatio operis faciendi* (locação de empreitada) – um contrato onde a pessoa se obriga a executar uma obra para outra pessoa frente ao pagamento. Portanto para Nascimento (2012, p. 44) “A locação de serviços, é apontada como precedente da relação de emprego moderna, objeto do direito do trabalho”.

Outra divisão importante é a denominada sociedade industrial. Esta fase é o nascedouro do Direito do Trabalho e do trabalho assalariado e o que o caracteriza desta forma são as razões econômicas, políticas e jurídicas. Segundo o autor estudado:

A principal causa econômica foi a Revolução Industrial do século XVII, conjunto de transformações decorrentes da descoberta do vapor como fonte de energia e da sua aplicação nas fábricas e meios de transportes. Com a expansão da indústria e do comércio, houve a substituição do trabalho escravo, servil e corporativo pelo trabalho assalariado em larga escala, do mesmo modo que a manufatura cedeu lugar à fábrica e, mais tarde, à linha de produção (Nascimento, 2012, p. 44).

Para o doutrinador Mauricio Godinho Machado, também a relação de emprego, como um conjunto socioeconômico e jurídico, tem o primórdio de suas teorias no processo de rompimento do sistema de modo produtivo feudal, no decorrer Idade Moderna e para ele o Direito do Trabalho é, pois, produto cultural do século XIX e das transformações-sociais e políticas vivenciadas (Delgado, 2014) Martins (2014b, p. 6) informa que, “A revolução Francesa de 1789 e sua Constituição reconheceram o primeiro dos direitos econômicos e sociais: o direito ao trabalho. Foi imposta ao Estado a obrigação de dar meios ao desempregado de ganhar sua subsistência”.

Um dos principais aspectos políticos é o liberalismo, pois “O liberalismo do século XVIII pregava um Estado alheio à área econômica, que quando muito, seria árbitro nas disputas sociais, consubstanciado na frase clássica *laissez faire, laissez passer, laissez aller*” (Martins, 2014b, p. 6).



No aspecto jurídico foi a reivindicação dos trabalhadores pelo meio de sindicatos, ao passo que o Estado tolera a associação, do qual surgiu o sindicalismo. Também resulta:

[...] o direito de contratação, que se desenvolveu em dois âmbitos: o coletivo, com as convenções coletivas de trabalho, e o individual, com a ideia do contrato de trabalho regido pelo princípio da função social do contrato; e o direito a uma legislação em condições de coibir os abusos do empregador e preservar o princípio da dignidade do homem no trabalho, ao contrário do que ocorria com o proletariado exposto a jornadas diárias excessivas, salários infames, exploração dos menores e mulheres e desproteção total diante de riscos sociais como a doença, o desemprego etc (Nascimento, 2012, p. 44).

E por último tem-se uma ideia de justiça social também como um forte pilar na seara trabalhista. Os pensamentos mais firmemente posicionados na justiça social segundo Nascimento, está na Igreja Católica com sua doutrina social contida nas Encíclicas (*Rerum Novarum* - 1891 e a *Laborem Exercens* - 1981) e as manifestações proferidas internacionalmente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Nascimento, 2012). Delgado (2014, p. 93-94) registra:

[...] momento usualmente considerado relevante pelos autores reside no processo da Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos, como, por exemplo, a formação da OIT (1919) e a promulgação da Constituição Alemã de Weimar (1919). É também desse mesmo período a Constituição Mexicana (1917). As duas Constituições mencionadas foram de fato, pioneiras na inserção em texto constitucional de normas nitidamente trabalhistas ou, pelo menos, pioneiras no processo jurídico fundamental de constitucionalização do Direito do Trabalho, que seria uma das marcas distintivas do século XX.

Assim as primeiras leis trabalhistas em sua forma eram ordinárias e após constitucionais e a sua finalidade foi o de proibir o trabalho em algumas condições, como a exemplo o trabalho de crianças e o das mulheres em ambientes e condições incompatíveis e as primeiras leis trabalhistas da Europa eram emergentes da necessidade de restringir os abusos contra classe proletária. Nasceram deste modo, “Leis previdenciárias e assistência social também foram elaboradas, iniciando a área do direito social hoje denominada **seguridade** ou **segurança social**, abrangendo previdência e assistência social” (Nascimento, 2012, p. 45-46, grifo original). Bem posto ainda pelo referido autor acima, de que no “[...] período contemporâneo, o direito do trabalho, embora mantendo os seus objetivos iniciais de tutela do trabalhador, passou a desempenhar, também, uma função coordenadora dos interesses entre o capital e o trabalho” (Nascimento, 2012, p. 47).

Na sociedade pós-industrial,<sup>23</sup> já houve grandes mudanças, pois, a sociedade de serviços é mais ampla que o setor industrial, há novas profissões que surgem, além de modernos e sofisticados meios de trabalho, enfim uma realidade diferenciada do nascedouro do direito do trabalho. Ademais, sua finalidade é a proteção jurídica dos trabalhadores e diminuição das desigualdades sociais, “Porém, está enfrentando novos dilemas e não são apenas esses seus fins, são também outros” (Nascimento, 2012, p. 47-48).

No Brasil, apenas é possível contabilizar uma pesquisa com consistência sobre uma formação histórica do Direito do Trabalho no país a partir da abolição da escravidão, podendo ser utilizada como um marco inicial (Delgado, 2014) e para o autor mencionado,

não havia, à época, espaço sensível para o trabalho livre, como fórmula de contratação de labor de alguma importância social; para a industrialização, como processo diversificado, com tendência à concentração e centralização, inerentes ao capitalismo; para a formação de grupos proletários, cidades proletárias, regiões proletárias, que viabilizassem a geração de ideologias de ação e organização coletivas, aptas a produzirem regras jurídicas; não havia espaço, em consequência, para a própria sensibilidade do Estado, de absorver clamores vindos do plano térreo da sociedade, gerando regras regulatórias do trabalho humano (Delgado, 2014, p. 107).

As primeiras leis ordinárias aparecem no final de 1800 e o começo de 1900. São leis esparsas versando sobre o trabalho de menores no ano de 1891, a organização dos sindicatos rurais 1903 e urbanos 1907, férias em 1925, sobre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 e decretos sobre as relações de trabalho de cada categoria profissional, em 1931 tem-se uma lei sobre uma nova estrutura sindical, em 1932 regras sobre o trabalho feminino além de convenções coletivas de trabalho, no ano de 1936 têm-se leis sobre o salário-mínimo e em 1939 uma lei que cuida da Justiça do Trabalho (de natureza meramente administrativa) no Brasil (Nascimento, 2012, p. 51-52). Na seara trazida pelo sociólogo Anthony Giddens (2014b), “Para os que associaram a modernidade acima de tudo com o capitalismo ou o industrialismo, o movimento trabalhista é o movimento social por excelência”.

As transformações ocorridas na Europa incentivaram também a partir de 1919 a formação de normas de direito do trabalho no Brasil e havia grande presença de

---

<sup>23</sup> A denominação consta na obra de Alain Touraine em 1969 e utilizada por Domenico de Mais em 1999 e “[...] tem por finalidade assinalar o deslocamento do processo de produção da indústria para outros setores” (Nascimento, 2012, p. 47).

imigrantes no Brasil, o que veio a contribuir para a impulsão dos movimentos operários que buscavam melhores condições salariais e de trabalho, aflorando uma política trabalhista que tem como seu idealizador a figura Getúlio Vargas, no ano de 1930 (Martins, 2014b, p.11)

Em síntese, conforme trazido por Nascimento “[...] todas as Constituições brasileiras, desde a de 1934, passaram a ter normas de direito do trabalho, as Constituições de 1937, 1946, 1967, a Emenda Constitucional de 1969 e a Constituição de 1988” (Nascimento, 2012, p. 51).

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ocorre em 1943, editado pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, objetivando a reunião das leis esparsas existentes no período (Martins, 2014b). Martins e Nascimento defendem que não se trata de um Código Compilado, porque um código deve dispor de um Direito novo, o que não ocorreu com a CLT, posicionamentos que divergem da doutrina de Godinho, o qual defende que “Embora o nome reverenciasse a obra legislativa anterior (consolidação), a CLT, na verdade, também alterou e ampliou a legislação trabalhista existente, assumindo, desse modo, a natureza própria a um código do trabalho” (Martins, 2014b, p. 12).

Já na Constituição Federal de 1988 (CF/88), trouxe os direitos trabalhistas nos artigos 7º a 11, eles estão inclusos no Capítulo II, intitulado “Dos Direitos Sociais”, do Título II “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” (Brasil, 1988), diferentemente das Constituições brasileiras anteriores onde os direitos trabalhistas estavam sempre inseridos em âmbito da ordem econômica e social e para Martins o art. 7º da Constituição vem a ser uma CLT, por haver diversos direitos trabalhistas nele inseridos (Martins, 2014b, p. 12).

Assim resumidamente o art. 7º da CF/88 trata dos direitos individuais e tutelares do trabalho, o art. 8º cuida da matéria de sindicatos e suas relações, o art. 9º vem a tratar das regras sobre a greve, o art. 10 sobre a participação de trabalhadores em colegiados e por fim o art. 11 refere que as empresas com acima do número de 200 empregados deve assegurar a eleição de um trabalhador representante para tratar dos entendimentos com o empregador (Martins, 2014b, p. 12).

No governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva um ex dirigente sindical, eleito em 2003 para assumir a Presidência da República, segundo Nascimento, o governo empenhou-se nas reformas “[...], não só da Previdência Social para reduzir seu custo para o Estado, no sistema tributário, para facilitar a circulação de bens e a melhor distribuição

de riquezas, mas, também, na legislação trabalhista, com destaque para as leis sindicais” (Nascimento, 2012, p. 58).

O período posterior ao Presidente Lula, assumido por Dilma Rousseff, eleita Presidente do país em 2010, fez alterações na Lei do aviso-prévio, assim dando cumprimento a CF/88 ao que tange a proporcionalidade do tempo de serviço de empregado, em mesma empresa, além de ampliar o art. 6º da CLT que trata do trabalho ‘Domicílio’ que passou para trabalho a distância (Brasil, 1943). E na percepção de Nascimento (2012, p. 58) a Presidente, “No início não demonstrou interesse em reforma geral da legislação trabalhista, mantendo a mesma posição do governo anterior, o que se deve à impressão de que toda reforma trabalhista geral pode provocar disputas políticas não desejadas”. Foi o que ocorreu após o chamado *Impeachment* da presidenta ao final de agosto de 2016, quando, após, o vice-presidente Michel Temer, assume o cargo de Presidente da República, e instaura diversas alterações e tentativas de reforma trabalhista e previdenciárias em meio ao caos político e a crise econômica (Fernandes, s.a, s.p).

Após a explanação sobre as origens dos direitos trabalhistas no mundo e no Brasil, perpassando pela origem da CLT, bem como foram abarcados pela Carta Magna de 1988 até os momentos mais recentes no país, adentra-se no próximo item mais especificamente no conteúdo acerca do trabalho em condições análogas à escravidão a partir de um episódio ocorrido no ano de 2023 no estado do Rio Grande do Sul.

### **A NOVA ROUPAGEM DA ESCRAVIDÃO NA COLHEITA DA UVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A LEI BRASILEIRA Nº. 13.429/2017**

Aproximadamente duzentas e dez pessoas foram contratadas para trabalhar na colheita de uva e foram retiradas de um alojamento na cidade gaúcha de Bento Gonçalves/RS, onde eram submetidas a condições de trabalho degradantes e análogo à escravidão. Situação essa, vedada pela Lei e jurisprudência brasileira. O caso tomou repercussões que foram amplamente midiadas nos meios jornalísticos do Brasil (O caso de trabalho... 2023, s.p).

Após três dos trabalhadores, fugirem do alojamento e procurarem a Polícia Rodoviária Federal em Caxias do Sul, denunciando a situação em que ambos e demais trabalhadores se encontravam relataram que eram mantidos e vigiados contra a vontade. Momento esse, em que foram acionados o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),

Ministério Público do Trabalho (MPT) e as polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF) em operação conjunta, averiguando as denúncias realizadas (Made For Minds, 2023).

Segundo as investigações os trabalhadores foram angariados no Estado da Bahia por uma empresa chamada Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde LTDA, prestadora de serviços para as renomadas vinícolas Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton. As vinícolas relataram desconhecimento sobre a situação e condições relatada pelos trabalhadores (Made For Minds, 2023)

Sobre as denúncias, os trabalhadores trouxeram em seus depoimentos:

[...] episódios de violência, tais como surras com cabo de vassoura, mordidas, choques elétricos e ataques com spray de pimenta, além de más condições de trabalho e de alojamento. Eles denunciaram ainda práticas como vales, multas e descontos nos salários (...). Os homens trabalhavam na colheita de uva de domingo a sexta, das 5h às 20h e sem pausas – apesar de serem forçados a assinar no ponto que folgavam também aos domingos. Eles começaram a trabalhar no início de fevereiro, porém, surpreendidos com as péssimas condições de trabalho, tentaram ir embora do Rio Grande do Sul, mas chegaram a ser ameaçados e espancados. Um dos trabalhadores afirmou, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, que o combinado era receber R\$ 4 mil após 45 dias. Porém, eram abatidos do montante descontos que não foram previamente combinados. Assim, ele disse que percebeu que estava sendo explorado. Outro trabalhador relatou que, ao chegar no Rio Grande do Sul, soube que perderia a passagem de volta caso faltasse a um dia de trabalho. Além disso, o alojamento – que deveria estar incluso – seria descontado em folha no final do contrato. Por isso, afirma ele, a situação fazia com que os homens continuassem trabalhando mesmo se estivessem doentes. Os trabalhadores disseram que recebiam comida estragada dos representantes da Fênix, que só podiam comprar produtos em um mercadinho perto do alojamento, com preços superfaturados, e que o valor gasto era descontado do salário. Por isso, os trabalhadores acabavam o mês devendo dinheiro para a empresa, pois o consumo superava o valor do salário. Eles contaram ainda que não podiam sair do local e que, se quisessem, teriam que pagar a suposta "dívida". Além disso, os empregadores ameaçavam seus familiares (Made For Minds, s.p).

Pertinente as responsabilizações pelas violações sofridas pelos trabalhadores, a Lei nº. 13.429/2017, que veio a regular a prestação de serviços a terceiros, estabeleceu no art. 9, “§ 1º É responsabilidade da empresa contratante garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou em local por ela designado” (Brasil, 2017), também recaindo no presente caso sobre as vinícolas.

As vinícolas do Vale dos Vinhedos: Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton contrataram a empresa Fênix, que oferecia a mão de obra para o cultivo das uvas. Entretanto, os proprietários das referidas vinícolas afirmaram desconhecimento em relação as irregularidades encontradas pela força tarefa investigativa. Alegam que atuam em conformidade com as legislações trabalhistas (Made For Minds, 2023).

A empresa responsável pelo fornecimento de alojamento aos trabalhadores era a empresa Fênix. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a referida empresa foi criada em janeiro de 2019. O MTE afirmou que o administrador da Fênix atua na região de Bento Gonçalves/RS há aproximadamente dez anos e contratava pessoas de outros estados brasileiros para trabalhar inclusive em outros setores como na colheita de frutas, em aviários e de carga e descarga. Inclusive, nas empresas ulteriores que estavam constituídas em nome do ora administrador, foram interditadas (Made For Minds, 2023).

As vinícolas tomadoras do serviço oferecida pela empresa Fênix, que se beneficiam desse serviço, também podem incorrer em responsabilização, dentro da chamada responsabilidade subsidiária. Primeiramente, é o empregador que possui a responsabilidade, se essa responsabilidade for inadimplida, ela pode ser aplicada a tomadora de serviço subsidiária, ou seja, as vinícolas (Brasil, 2017).

A legislação competente aponta:

Art. 5º A. Contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços determinados e específicos.

(...)

§ 5º A empresa contratante é subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços, e o recolhimento das contribuições previdenciárias (Brasil, 2017, s.p).

Neste ínterim, a Lei vem e diz ser de responsabilidade da empresa subsidiária fiscalizar a empresa fornecedora de mão de obra, comprovando ser a condição da empresa ilibada. A empresa contratante do serviço terceirizado, no caso em discussão, para o trabalho fim – colheita das uvas, para se eximir da responsabilidade subsidiária, deve comprovar que tomou a precaução de fiscalizar a empresa fornecedora de mão de obra no período pré-contratual e durante a vigência do contrato (Brasil, 2017).

A empresa Fênix fechou um acordo com os trabalhadores ofertando o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por trabalhador para a realização do retorno as suas casas. Ainda, se estabeleceu pelo MPT, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que a empresa precisa comprovar os pagamentos sob pena de ajuizamento de uma ação civil

pública por danos morais coletivos, além da multa que corresponde a 30% do valor devido.

Importa salientar, de acordo com o TAC estabelecido, os valores pagos pela empresa contratante Fênix não apresenta o condão de quitar os contratos de trabalho, ou a renúncia de direitos individuais trabalhistas, que poderão ser plenamente reivindicados pelos trabalhadores.

Na mesma senda, as vinícolas que se beneficiaram do labor dos trabalhadores podem vir a incorrer em outros tipos de sanções, a exemplo da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) informou que suspendeu a participação das vinícolas Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton de suas atividades, como a presença delas em feiras internacionais e eventos promocionais. A entidade, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), suspensões dessa espécie podem vigorar até o final das investigações (Made For Minds, 2023).

Assim, o caso tomou grandes repercussões tanto na mídia, quanto no meio jurídico por ser algo que o homem médio entendia como algo já banido, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, em meio a uma região altamente turística (Scirea, s.a, s.p) e com importantes empresas vinicultoras do mercado nacional e internacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observou-se que, no decorrer da história, a abolição da escravização dos povos originários e africanos não foi o suficiente para que esses pudessem retomar as suas vidas, bem como ascender socialmente. Também, desconsiderou-se que, a maior parte da riqueza produzida, consumida e exportada no Brasil, foi fruto da exploração do trabalho escravo. A partir disso, a escravização de pessoas ainda é uma realidade no Brasil e no mundo, os mecanismos apenas adaptaram-se, o que mudou foi o conceito de escravidão, uma vez que antes, compreendia-se por escravidão a compra e venda da pessoa humana; hoje, esse conceito ampliou-se, significando assim, toda e qualquer forma de aprisionamento, perseguição, prisão, não remuneração e as (não) condições de trabalho.

Nesse sentido, os direitos trabalhistas e as adaptações sofridas com o tempo, foram essenciais para a manutenção de um trabalho com dignidade. No que tange as transformações ocorridas na Europa, foram essenciais para a formação de normas de direito do trabalho no Brasil a partir de 1919. Ainda que houvesse a presença de inúmeros

imigrantes no Brasil, isso acabou contribuindo para a impulsão dos movimentos operários que buscavam melhores condições salariais e de trabalho, aflorando assim, uma política trabalhista que tem como seu idealizador a figura Getúlio Vargas, no ano de 1930.

A Lei Brasileira nº. 13.429/2017, que veio a regularizar a nominada “terceirização” do trabalho, ou seja, as atividades fins, entretanto como no caso ocorrido em Bento Gonçalves/RS em 2023, houve uma precarização dos trabalhadores oriundos da Bahia, que se encontravam em situação análoga a escravidão, ferindo a legislação trabalhista e conseqüentemente a Dignidade Humana desses trabalhadores. Como consequência a empresa terceirizada foi punida e as responsabilidades das vinicultoras envolvidas devidamente apuradas pelos órgãos competentes. Situações de exploração da mão de obra não permissiva pela legislação, não deve ser tolerada mediante a sociedade e as leis.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R de. **O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 1 v.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 05 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm). Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm). Acesso em: 2 jan 2025.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 13 ed. São Paulo: LTr, 2014.

FERNANDES, Cláudio. “Impeachment de Dilma Rousseff”. In: REDE OMNIA [Org.]. **História do mundo**. Disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/impeachment-dilma-rousseff.htm>. Acesso em: 15 jan. 2025.



GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Título original: *The consequences of modernity*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 30 ed. São Paulo: Atlas, 2014b.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 37 ed. São Paulo: LTr, 2012.

O caso de trabalho análogo à escravidão em vinícolas no RS. In: MADE FOR MINDS, **Economia Brasil**. 02.03.2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-se-sabe-sobre-caso-de-trabalho-an%C3%A1logo-%C3%A0-escravid%C3%A3o-no-rs/a-64865707>. Acesso em: 6 jan. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015. 368 p.

SCAMOTO, Leonardo. Ministério diz que 95% dos escravizados do vinho são negros e 93%, baianos. **UOL**. 2023. Disponível em: [Escravizados do vinho: 95% dos trabalhadores são negros e 93%, baianos](#). Acesso em 10 jan. 2025

SCIREA, Bruna. Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves: dicas da região vinícola da Serra Gaúcha. Disponível em: <https://www.melhoresdestinos.com.br/vale-dos-vinhedos-bento-goncalves.html>. Acesso em: 4 jan. 2025.



**Capítulo 7**

**FEMINISMO DECOLONIAL: UMA ANÁLISE DA ARTE  
PERFORMÁTICA DE ANA MENDIETA A PARTIR DO  
PENSAMENTO DE GLORIA ANZALDÚA E FRANÇOISE  
VERGÈS**

*Daniele Neves do Nascimento*

# **FEMINISMO DECOLONIAL: UMA ANÁLISE DA ARTE PERFORMÁTICA DE ANA MENDIETA A PARTIR DO PENSAMENTO DE GLORIA ANZALDÚA E FRANÇOISE VERGÈS**

*Daniele Neves do Nascimento*

*Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Piauí e Mestranda em Filosofia Contemporânea da Universidade Federal do Piauí. E-mail: dani97nneves@gmail.com.*

## **RESUMO**

O trabalho analisa algumas obras da artista, Ana Mendieta, intituladas: sem título-cena de estupro e as da série Silueta, por meio do feminismo decolonial. O objetivo é mostrar a força criadora da arte performática de Ana Mendieta, apoiada no pensamento feminista decolonial de Gloria Anzaldúa e Françoise Vergès. O legado de Ana Mendieta para a história da arte, primordialmente quando se trata da arte contemporânea, merece ser ainda contemplado em pesquisas acadêmicas de cunho feminista e dos estudos de gênero, também no âmbito da filosofia e da estética. Ana Mendieta revolucionou com sua arte visceral a arte performática, o que permite tematizar as suas obras na filosofia da arte, sobretudo para as análises do feminismo decolonial. Dentro deste contexto, é importante ressaltar que a filosofia tradicional, devido à sua herança branca, europeia e colonial, preteriu as contribuições de mulheres, negros e indígenas, algo que esse trabalho visa questionar, valorizando a produção de uma artista cubana, a partir de uma construção teórica centrada em autoras decoloniais. O trabalho será dividido do seguinte modo: na primeira parte apresentará o conceito de feminismo civilizatório de Françoise Vergès; na segunda parte, versará acerca dos conceitos de fronteira e mestiçagem de Gloria Anzaldúa; na terceira parte, abordará o conceito de performance e analisará as obras de Ana Mendieta por meio do pensamento das teóricas.

**Palavras-chave:** Ana Mendieta. Arte Performática. Feminismo Civilizatório. Fronteira. Mestiçagem.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes some of the works by artist Ana Mendieta, entitled: Untitled-Rape Scene and those from the Silueta series, through decolonial feminism. The aim is to show the creative force of Ana Mendieta's performance art, updated in the decolonial feminist thought of Gloria Anzaldúa and Françoise Vergès. Ana Mendieta's legacy for the

history of art, primarily when it comes to contemporary art, deserves to be further contemplated in academic research of a feminist and gender studies nature, also in the field of philosophy and aesthetics. Ana Mendieta revolutionized performance art with her visceral art, which allows her works to be thematized in the philosophy of art, especially for the analyses of decolonial feminism. In this context, it is important to emphasize that traditional philosophy, due to its white, European, and colonial heritage, has neglected the contributions of women, blacks, and indigenous people, something that this work aims to question, valuing the production of a Cuban artist, based on a theoretical construction centered on decolonial authors. The work will be divided as follows: the first part will present Françoise Vergès' concept of civilizing feminism; the second part will discuss Gloria Anzaldúa's concepts of border and miscegenation; the third part will address the concept of performance and analyze Ana Mendieta's works through the thinking of the theorists. **Keywords:** Ana Mendieta. Performing Art. Civilizing Feminism. Border. Miscegenation.

### **Introdução: do feminismo civilizatório à potência do feminismo decolonial**

O trabalho de pesquisa visa investigar a arte performática de Ana Mendieta, por meio do pensamento feminista decolonial das filósofas Gloria Anzaldúa e Françoise Vergès. No percurso da pesquisa nos ocuparemos dos conceitos de feminismo civilizatório da pensadora Françoise Vergès e os conceitos de fronteira e mestiçagem da teórica Gloria Anzaldúa. Se almejamos trabalhar as obras de uma artista performática da América Latina é crucial usarmos como base pensadoras decoloniais e feministas, por isso Vergès e Anzaldúa guiarão a pesquisa para analisarmos as obras de Ana Mendieta.

O pensamento de Françoise Vergès é fundamental para a compreensão das obras de Mendieta, porque ambas são marcadas pela raça e trabalham com a decolonialidade em suas produções. Em suma, mulheres criadoras de subjetividades que encontram na performance e na teoria do conhecimento decolonial a força e potencialidade de suas existências.

Partindo da crítica decolonial para confrontar as dissidências dos feminismos do norte e averiguar as obras da artista Ana Mendieta, usamos a teórica Françoise Vergès, que no seu livro cognominado *Um Feminismo Decolonial*, afirma o que é de interesse do feminismo decolonial e ressalta a relevância da luta antirracista e antipatriarcal, a qual o feminismo em evidência pauta suas trincheiras. De acordo com a teórica Vergès (2020, p. 28), “Eu defendo um feminismo decolonial que tenha por objetivo a destruição do

racismo, do capitalismo e do imperialismo, programa ao qual tentarei dar uma dimensão concreta.” O feminismo decolonial é, nesse sentido, um comprometimento com a luta das mulheres de cor de países subalternos.

Os feminismos de viés decolonial se assentam numa movimentação gigantesca de reapropriação filosófica e científica que reformula a explicação europeia acerca da humanidade. O feminismo decolonial contraria a ideologia e economia eurocêntrica que converteu povos originários, negros, mulheres, asiáticos e africanos em sujeitos insignificantes determinados pela falta de intelectualidade, beleza e espírito. A ideologia eurocêntrica concedeu a justificativa dos princípios de desenvolvimento que, de modo impreciso, afirmam sentenças tais como: vocês comunidades do sul global são selvagens, entretanto têm a possibilidade de alcançar o progresso, contanto que apliquem nossas técnicas, nossos procedimentos para deliberar as adversidades econômicas e sociais. Vocês precisam adotar nossas democracias, o mais completo dos sistemas políticos, porque não são capazes de definir e muito menos desfrutar de uma liberdade pura e concreta, consideração plena pelas leis e uma divisão bem fundamentada de poderes.

A concepção apresentada acima, reproduzida de diferentes modos no processo de dominação de outros povos, condiz com o feminismo civilizatório que acredita possuir o conhecimento capaz de livrar as mulheres do sul global do machismo e conceder a elas a liberdade. O feminismo civilizatório é cúmplice do imperialismo e das políticas neoliberais da sociedade capitalista. De antemão o feminismo decolonial corre em direção oposta, porque é um compromisso com a luta das mulheres negras e indígenas de países do terceiro mundo. Dentro desta perspectiva feminista, o neoliberalismo e o capitalismo são duramente combatidos e criticados. Entender que não é apenas contra o patriarcado que o feminismo decolonial luta, mas também é papel da vertente política em evidência combater o capitalismo e o racismo que silenciam e mutilam de todas as maneiras diversas mulheres de cor no mundo. Nesse sentido:

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma

manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência. (Vergès, 2020, p. 35).

As composições do feminismo decolonial são de suma importância para as ponderações e ações políticas de caráter feminista contra a misoginia ainda presente nos movimentos sociais revolucionários, justamente porque o patriarcado é um sistema que reverbera em diversos contextos das vidas das mulheres e não anula que homens das trincheiras revolucionárias sejam feminicidas, misóginos e assediadores. Também é importante ressaltar que, para o pensamento feminista não exclusivamente a luta contra o patriarcado, que afeta os corpos e existências das mulheres, seja sua única pauta, mas é preciso inserir nessas reflexões os embates contra o capitalismo, o racismo, os atravessamentos produzidos pelas nações imperialistas e os resultados violentos do colonialismo porque inúmeras mulheres negras e indígenas são vítimas destes sistemas coercitivos. Tais opressões da sociedade capitalista, patriarcal e colonial, aqui citadas foram diversas vezes recorrentes na vida da artista Ana Mendieta, por isso, que o estudo de sua obra perpassa tais noções, porque a vida da artista e sua obra são em essência uma resistência à colonialidade, à misoginia e ao racismo.

Françoise Vergès, através de seu pensamento decolonial questiona a noção de feminismo civilizatório, defendido pelo feminismo branco e neoliberal, calcado em uma espécie de supremacismo branco e europeu. Seu pensamento decolonial busca traçar uma nova perspectiva revolucionária para o feminismo, mesmo diante das diferenças entre as mulheres. O feminismo civilizatório germina com a colônia, porque as feministas centradas no contexto europeu formularam uma declaração a respeito do despotismo, se equiparando com as pessoas escravizadas. Segundo Vergès (2020, p. 43), “O feminismo da Europa das Luzes não reconhece as mulheres que participaram da Revolução Haitiana (que será comemorada pelos poetas românticos), nem as mulheres escravizadas que se revoltaram, fugiram, resistiram.” É importante evidenciarmos que o feminismo europeu não passou por uma avaliação sobre o seu surgimento, mesmo desconsiderando a luta e resistências de outras mulheres do sul global e que passaram pela colonização.

Portanto, reformular a história do feminismo a contar do período colonial é tarefa fundamental do feminismo decolonial. O feminismo civilizatório é marcado por uma

colonialidade do saber<sup>24</sup>, que nega as potencialidades epistemológicas de mulheres não-brancas e acredita que estas precisam de uma salvação advinda do continente Europeu, através das feministas brancas que ali residem. A divergência entre o feminismo civilizatório e o feminismo decolonial localiza-se terminantemente nas distinções de visões que ambos denotam acerca da existência social. Em contrapartida, o feminismo civilizatório salvaguarda uma interpelação antidescriminatória, já o feminismo decolonial aventa um posicionamento revolucionário. Em conformidade com Sanchez (2021, p. 5-6):

A abordagem revolucionária, de acordo com a autora, não rejeita a luta por reformas, mas questiona a reivindicação tanto por oportunidades iguais no mercado de trabalho quanto por políticas de microcrédito em uma perspectiva individualista, na chave do “empoderamento”. Esse “objetivo modesto”, nas palavras de Vergès, pretende promover a entrada das mulheres (algumas delas) na ordem liberal, o que tem como consequência (nem sempre intencional) a perpetuação das desigualdades de classe, raça e gênero.

O pensamento feminista de fronteira decolonial ergue possibilidades de sobrevivência para os povos do sul global, substancialmente as mulheres que por muito tempo sofreram com o colonialismo e hoje na contemporaneidade são atingidas em suas mentes e corpos com as técnicas de silenciamento resultantes da colonização através da colonialidade.

Em vez de adotar a estrutura da narrativa colonial que o feminismo civilizatório tanto preza, devemos ser implacáveis na recuperação das histórias de luta de mulheres escravizadas e quilombolas que revelam a existência de um feminismo antirracista e anticolonial a partir do século XVI. Seria possível argumentar que nenhuma dessas mulheres se autodenominava feminista; que as ideias de antirracismo e anticolonialismo vieram muito depois. Mas se Mary Wollstonecraft, filósofa, autora de *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792), e Olympe de Gouges, autora da *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791), abolicionista, que acabou morta na guilhotina em 3 de novembro de 1793 por suas ideias, merecem ser chamadas de feministas, então Sanité Belair, revolucionária e oficial do Exército haitiano, fuzilada em 5 de outubro de 1802 pelo Exército napoleônico responsável por restaurar a escravidão, a rainha Nanny na Jamaica, a quilombola Héva, da ilha da Reunião, ou a mulata Solitude, que participou da insurreição contra as tropas napoleônicas em Guadalupe, também merecem. Reescrever a história das mulheres é seguir o caminho aberto nos Estados Unidos, na

---

<sup>24</sup>A colonialidade do saber foi investigada pelo sociólogo Edgardo Lander. A colonialidade do saber consiste na interpretação da determinação eurocêntrica da razão moderna e sua junção às proporções de soberania e repressão colonial e imperial. Esse conjunto teórico relaciona-se estritamente aos contornos de domínio da razão correlacionadas à geopolítica mundial engendrada pela colonialidade do poder.

América Central e do Sul, na África, na Ásia e no mundo árabe para trazer à luz as contribuições das mulheres indígenas, das mulheres negras, das mulheres colonizadas, dos feminismos antirracistas e anticoloniais. (Vergès, 2020, p. 106-107).

Os saberes ancestrais e estratégias de lutas das mulheres de cor no decorrer do processo histórico anterior à colonização são imensamente importantes para sedimentar uma crítica ferrenha ao feminismo que centra suas pautas e deliberações na europa. Reescrever a história, levar em consideração as práticas epistemológicas e ancestrais dessas mulheres representa um poder decolonial, inclusive nos âmbitos da filosofia e do feminismo que ainda possuem uma enorme influência branca e eurocentrada.

### **A pensadora fronteiriça**

A teoria de Anzaldúa possui uma proximidade visceral com a obra de Ana Mendieta, porque ambas foram marcadas por fronteiras. Na escrita, Anzaldúa encontra seu poder emancipador e Ana Mendieta, na arte performática. É na fronteira, no entrecruzamento à parte das definições que ambas existem, criam e produzem. O pensamento de Anzaldúa tem muito a contribuir com as abordagens pautadas nas obras de arte de Ana Mendieta.

Fronteira e mestiçagem são conceitos cruciais para entendermos Anzaldúa, ambos os conceitos aparecem constantemente em sua escrita. A fronteira geográfica tão cara ao povo chicano e mexicano na escrita de Anzaldúa assume um outro papel, com sua análise metafórica, a pensadora encontra possibilidades emancipatórias e decolonizadoras para o seu povo dentro da fronteira, assim o povo chicano passa ser e existir na fronteira. Em suma, a mestiça vive, cria e existe dentro da fronteira.

[Comecei a pensar: “Sim, sou chicana, mas isso não define quem eu sou. Sim, sou mulher, mas isso também não me define. Sim, sou lésbica, mas isso não define tudo que sou. Sim, venho da classe proletária, mas não sou mais da classe proletária. Sim, venho de uma mestiçagem, mas quais são as partes dessa mestiçagem que se tornam privilegiadas? Só a parte espanhola, não a indígena ou negra.” Comecei a pensar em termos de consciência mestiça. O que acontece com gente como eu que está ali no entre-lugar de todas essas categorias diferentes? O que é que isso faz com nossos conceitos de nacionalismo, de raça, de etnia, e mesmo de gênero? Eu estava tentando articular e criar uma teoria de existência nas fronteiras. [...] Eu precisava, por conta própria, achar algum outro termo que pudesse descrever um nacionalismo mais poroso, aberto a outras categorias de identidade.] (Anzaldúa, 2000).



A consciência da fronteira proporciona a iminência da mestiça, uma entidade feminina que tem o poder de abalar e revolucionar a sociedade contemporânea, ela possui a faculdade de decolonizar sua própria mente e conseqüentemente detém a possibilidade de se afastar das amarras sociais ainda deixadas pela colonização que são manifestadas pela colonialidade. A mestiça concebe uma nova consciência, que é localizada fora dos padrões eurocêntricos, em suma uma consciência decolonial. Para Anzaldúa, o futuro será guiado pela mestiça, pois ela destrói paradigmas e compreende culturas distintas. Conseqüência de inúmeras sistematizações a mestiça encontra estabilidade num sistema de indeterminação em virtude de possuir uma percepção inerente ou migratória, assim dizendo, uma habilidade de transferência em circunstâncias dispares sem contudo se entregar inteiramente a nenhuma. Os espaços divergentes que a mestiça coabita por motivo de sua classe, gênero, raça, cor, entram em conflito acarretando contrariedades e aflição espiritual. Entretanto, a mestiça consegue produzir conexões em meio a diversas culturas, usando a consciência mestiça.

Ainda acerca da fronteira de Anzaldúa, cabe colocar em evidência a seguinte citação que expõe a fronteira metafórica como esse espaço de inclusão que acaba superando a fronteira geográfica que representa dor e sofrimento para muitos mexicanos e chicanos. Anzaldúa com sua escrita transgressora encontrou na fronteira a oportunidade de um pensamento emancipador e decolonial que proporciona novos rumos e novas narrativas para o seu povo. Em suma, a fronteira representa o lócus da força, da transgressão, de revelação e da desintegração, para então, logo em seguida posicionar e incorporar os fragmentos e conceber um novo mundo.

Se aparentemente a fronteira reforçaria a segregação de quem é considerado “o outro”, Anzaldúa, como se fez notar, defende um novo sistema de inclusão e de ruptura de dualismos, constatando que a identidade não existe sem a diferença e a alteridade. A fronteira metafórica é, portanto, um espaço intermédio, de cariz comunitário, de resistência a pressupostos convencionais, que ostenta um carácter de reinvenção eminentemente híbrido, permitindo a emergência de uma nova mestiçagem assente em identidades múltiplas, fora de quaisquer estruturas de poder. (Lobo, 2015, p.101).

A fronteira de Anzaldúa não é por conseguinte uma cortina de ferro que aparta o *eu* do *outro*, entretanto um território que favorece a mestiçagem, simbolizando deste modo a absoluta insubordinação de conceitos inflexíveis de gênero, sexo, cultura e nação. A formulação de Anzaldúa, denominada fronteira, é um espaço de mudança e não

pertencimento, um corpo social amplo, ocupado por sujeitos migratórios, por indivíduos que estão na marginalidade, por grupos que não são tolerados pelo capitalismo, patriarcado e colonialidade, sejam elas do ser, saber, poder e gênero, enfim, é um local habitado por todas as pessoas que não estão introduzidas em classes pré-estabelecidas. Para Anzaldúa a fronteira é o único local do globo terrestre que compreende todas outras localidades no âmbito dela. Todos os indivíduos encontram um lugar na fronteira, sejam refugiados, imigrantes, povos indígenas e queer, situados de ambos os lados da fronteira. Por consequência, a concepção de fronteira que Anzaldúa preconiza, direciona para a hodiernidade, dado que se exhibe como um ambiente coletivo composto por uma diversidade de culturas ou por toda identidade germinada entre nações, mundos ou sociedades.

### **A arte performática e a potência feminista decolonial da obra de Ana Mendieta**

A arte tem a possibilidade de comunicar e principalmente de refletir os dilemas da sua época, a performance, nesse sentido, apesar de ser pouco tematizada pela filosofia na contemporaneidade é, em suma, uma das artes que mais provocam o pensamento, por todos os contextos e implicações que a circundam.

A performance utiliza o corpo como intermédio de uma expressão artística, para respaldar a exposição que visa colocar em evidência. Nesse sentido, é interessante atentarmos à seguinte argumentação de Glusberg, que discute a aderência do corpo-arte e, conseqüentemente, de como isso se dá na arte performática, qual seja, da importância do receptor para a exibição e efetivação do ato artístico:

A relação arte-corpo é, por essência, uma relação de fundamental importância sobre vários pontos de vista. Em primeiro lugar, porque o trabalho do corpo nas performances institui um contato direto entre emissor e receptor sem a intermediação técnica de nenhum equipamento eletrônico moderno exceto pela utilização de som ou vídeo. Por esse motivo, aquela relação mencionada é de enfrentamento, e elimina os significados que cada meio de comunicação agrega por sua conta aos conteúdos que transmite. (Glusberg, 2013, p. 59).

O autor ressalta que as performances não causam fruição para os indivíduos que não tenham proximidade ou contato com a mesma, ou seja, é necessária uma ligação direta com o acontecimento da obra, sem se fazer uma intermediação de outros elementos

que não seja o próprio corpo. Assim, o que o espectador obtém é, de forma mais abrangente, uma experiência com essa manifestação artística.

A obra de Ana Mendieta é vasta e cheia de significados, por ser uma artista latina, passou por inúmeros atravessamentos que marcaram sua existência e conseqüentemente refletiram em suas obras. Na obra *Sem título (cena de estupro)*, *Imagem de Yagul* e *Untitled (from the Silueta Series)* que serão analisadas no presente artigo, observamos as questões de gênero e feministas decoloniais. Tais questões encontradas na obra de Ana Mendieta, também fazem parte do pensamento decolonial de Gloria Anzaldúa e Françoise Vergès. A artista e as teóricas sabem muito bem o poder opressor que a colonialidade possui e foi por meio da performance e da escrita que elas encontraram modos de resistência ao capitalismo patriarcal.

**Figura 1:** Sem título (cena de estupro)



**Fonte :** site da internet <sup>25</sup>

**Figura 2:** Imagem de Yagul



**Fonte:** site da internet <sup>26</sup>

**Figura 3:** Untitled (Silueta Series, México)



**Fonte:** site da internet<sup>27</sup>

Em 1973, após ocorrer um estupro e assassinato de uma estudante da Universidade do Iowa, tal centro universitário era o mesmo que a performer estudava, em decorrência do fato revoltante, a artista realiza uma performance que gera grande polêmica no campus. Nesse contexto de violência brutal contra uma mulher, Ana, uma artista preocupada com o seu tempo e as violências que afligem os corpos femininos, executa a performance *Sem título (cena de estupro)* como forma de protesto contra a violência de gênero. Nessa performance a artista posiciona o seu corpo, eivado de sangue,

<sup>25</sup> Disponível em: <https://images.app.goo.gl/gtSdeNUw7cb3jiFz8>. Acesso em: 22 jul. 2024.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.sfmoma.org/artwork/93.220/>. Acesso em 22 jul. 2024.

<sup>27</sup> Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Ana-Mendieta-Untitled-Silueta-Series-Mexico-1976-color-photograph-dimensions\\_fig4\\_332670158](https://www.researchgate.net/figure/Ana-Mendieta-Untitled-Silueta-Series-Mexico-1976-color-photograph-dimensions_fig4_332670158). Acesso em 22 jul. 2024.

atada a uma mesa. O ato artístico e performático demorou uma hora, na qual a artista ficou na mesma posição durante todo esse tempo. A audiência, no mesmo momento em que se consternava com a obra e presenciava todo o ato político naquele instante, metamorfoseia-se em participante da violação. Continuando com base no corpo feminino e mestiço protagonista do ato artístico, as obras da série *Silueta* foram realizadas entre os anos de 1973 e 1980, a primeira execução aconteceu no México quando Mendieta participou de um programa de intercâmbio sobre estudos arqueológicos financiado pela Universidade do Iowa. A série *Silueta*, um dos conjuntos mais famosos da artista, conta com aproximadamente 200 fotografias e além do México, as compilações também foram apresentadas nos Estados Unidos. A série *Silueta* foi criada por intermédio do contorno do corpo da própria artista, em cada performance a artista exibiu especificidades distintas do contorno do seu corpo. A obra em um contexto geral, é um questionamento a partir do corpo, da sua silhueta de mulher de cor.

O corpo representado nas performances de Ana Mendieta é o corpo da mulher de cor, que foi violentado no período da colonização, que é silenciado pelas feministas europeias e que é oprimido pela colonialidade nos tempos atuais. Anzaldúa tem dois conceitos que cabem muito bem para a análise, o de fronteira e mestiçagem e Vergès o conceito de feminismo civilizatório. Os conceitos de Anzaldúa são encontrados em grande parte na obra *Bordelands /La frontera: a nova mestiça* e a conceituação de Vergès na sua obra *Um feminismo decolonial*. Anzaldúa ressignifica a fronteira geográfica, que passa a ser na sua escrita subversiva um meio de decolonização e emancipação para o povo chicano, agora a mestiçagem é aliada com a mestiça que é uma criatura que vive entre fronteiras e tem uma capacidade autônoma e decolonial, em suma, a mestiça tem domínio de decolonizar a sua própria mente. O feminismo civilizatório é uma crítica de Vergès ao feminismo ocidental, que segundo a teórica é cúmplice do capitalismo e do regime neoliberal. A filósofa acredita em outro tipo de feminismo, que é radical e decolonial, ou seja, que luta contra os domínios do patriarcado, racismo e capitalismo.

O Corpo mestiço de Ana Mendieta presentificado na performance que reivindica por respeito as existências das mulheres, é um corpo que representa a mulher abusada, o corpo que sofre racismo, xenofobia e misoginia, esses são os corpos evidenciados nas performances da artista. As obras de Mendieta sempre provocam reflexões, assim é o ofício da artista da performance, indignar e reflexionar o público.

No capítulo 7 de Bordelands, cognominado *La consciência de la mestiza/Rumo a uma nova consciência*, num determinado trecho, Anzaldúa, relata certa vivência chicana<sup>28</sup> por recurso dessa parcialidade irradia que locuciona mestiçagens diversificadas que não logram ser confinadas por intervenção de um discernimento binário referente ao hábito tradicional e a modernidade, ao âmago e a margem.

Como mestiza, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica, não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a queer em mim existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. Soy un amasamiento, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e lhes dá novos significados. (Anzaldúa, 2019, p. 339-340).

Anzaldúa concebe o termo *mestiça* para designar os indivíduos que estão na fronteira, nas margens sociais e no não-lugar. Resumidamente, a pensadora pensa o termo *mestiça* para amparar os sujeitos que não são contemplados pela história hegemônica, foram apagados, colonizados, são mentes e corpos feridos e marginalizados pela política de estado. É exatamente na fronteira que Anzaldúa concebe sua produção artística e literária, e foi nesse não-lugar que a teórica encontrou a potência da sua existência mestiça, marcada por outras culturas, modos de ser e pensar. Enfim, além de comentar sobre diversas questões, teorizar acerca de diversos assuntos, a pensadora cria conceitos, ou seja, a teoria de Anzaldúa é bastante original e capaz de mostrar a força de um pensamento marginal. Anzaldúa ampara na sua escrita, os indivíduos que não possuem lugar no mundo, os exilados e aqueles que são atravessados por diversas opressões, todavia, quando atuam em conjunto, podem mover estruturas. Ana compactua com essa concepção, porque foi afetada enquanto cubana e mulher de cor, quando se mudou para os EUA, sofrendo racismo e xenofobia. Foi exatamente na fronteira, nas margens da sociedade, que a artista efetuou suas performances. O entre-lugar possibilita que Anzaldúa e Ana criem suas obras artísticas, ambas determinam esse espaço com uma

---

<sup>28</sup>Chicana é uma pessoa de ancestralidade hispânica, mas nascida nos Estados Unidos da América.

outra roupagem, justamente porque a tradição desprezou tal espaço por tanto tempo, que ele se torna um lugar de possibilidades, criações e revoluções.

As contribuições de Vergès, com seu conceito vasto e instigador que basicamente é uma crítica ao feminismo ocidental, contribuem para a análise da obra de Mendieta. O feminismo civilizatório não considera as lutas de mulheres de cor e muito menos reconhece suas revoltas e reivindicações, tal feminismo não acredita no poder emancipador das mulheres do sul global, porque de acordo com as feministas civilizatórias, essas mulheres precisam do seu aval para existirem na luta, pois não tem o conhecimento necessário para alcançarem a libertação das garras do machismo. Segundo Vergès (2020, p. 60) “Ignorando o lugar que mulheres escravas, quilombolas, trabalhadoras engajadas e colonizadas ocuparam nas lutas pela liberdade e igualdade racial, o feminismo branco estabelece o modelo único das lutas das mulheres”. Resumidamente, o feminismo branco é extremamente homogêneo e não abarca as multiplicidades e pluralidades das mulheres de cor do terceiro mundo. Ana Mendieta e Françoise Vergès, provam que estas feministas estão erradas, pois ambas, uma com a teoria feminista decolonial e a outra com sua arte performática constroem possibilidades emancipatórias para as mulheres negras e indígenas.

Procuramos, no decorrer da investigação, mostrar a relevância dos conceitos de fronteira, mestiçagem e feminismo civilizatório, as resistências através do feminismo decolonial e a potência subversiva da arte de Ana Mendieta para as discussões acerca do feminismo na contemporaneidade. Todavia, o debate em questão vai muito além do que foi levantado neste estudo e esperamos que a pesquisa possa gerar outros debates na seara da decolonialidade, filosofia e feminismo.

## **Referências**

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La frontera: la nueva mestiza*. Tradução: Carmen Valle. Madrid: Capitan Swing, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. *Interviews/Entrevistas*. 1 ed. New York: Routledge, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. *A vulva é uma ferida aberta & Outros Ensaio*s. Tradução: Tatiana Nascimento. São Paulo: A Bolha Editora, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. In: Heloísa Buarque de Hollanda; HOLLANDA, H.B (org.). *Pensamento feminista: conceitos*

fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 335-352.

GLUSBERG, Jorge. *A arte da performance*. Tradução: Renato Cohen. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LOBO, P. A. C. *Chicanas em busca de território: a herança de Gloria Anzaldúa*. Orientadora: Teresa F. A. Alves. 2015. 442 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura) – Departamento de Estudos Anglísticos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

MENDIETA, Ana. *Série Silueta*. 1973-1980. Performance.

MENDIETA, Ana. *Cena de estupro*. 1973. Performance.

SANCHEZ, B. R. Pela tomada do radicalismo: a proposta de um feminismo decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 35, p. 1-8, setembro, 2021.

VERGÉS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020, 144 p.



**Capítulo 8**

**DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE  
MULHERES ADULTAS E NA TERCEIRA IDADE**

*Juliana Cristina dos Santos Duarte (Kylian Duarte)*



# DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE MULHERES ADULTAS E NA TERCEIRA IDADE

*Juliana Cristina dos Santos Duarte (Kyllian Duarte)*

*Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. Bolsista FAPESC. Contato:  
julianaduarteciso@gmail.com*

## **RESUMO**

Este artigo é um fragmento do que virá a ser uma tese de doutoramento. A pesquisa geral tem por objetivo discutir o Curso de Vida de mulheres que estão sendo/foram alfabetizadas já na idade adulta e terceira idade. Privilegia-se também o processo de envelhecimento por elas vivenciado. Sendo assim, o objetivo central da pesquisa é analisar o processo de alfabetização e seu impacto nas experiências de envelhecimento de mulheres que foram/estão sendo alfabetizadas na Idade Adulta e Terceira Idade (caracterizada pelos 60 anos completos). A abordagem incide na compreensão das particularidades dos cursos de vida e dos sentidos e significados do aprender a ler e escrever entre mulheres interlocutoras. Este texto é composto por ideias introdutórias que constituem a construção da pesquisa, bem como parte das análises. Entende-se neste sentido que é necessário fomentar discussões a respeito do direito à educação por parte da mulher adulta e idosa, bem como da dinâmica de ambiente pensado especificamente para essas pessoas.

**Palavras-chave:** Mulheres. Envelhecimento. Idade Adulta. Terceira Idade. Alfabetização e Letramento.

## **Introdução**

O Curso da Vida pode ser entendido como o processo que engloba as vivências, o processo de viver. Entende-se que mudanças significativas marcam a passagem, por tais motivos podemos a partir do olhar de nossa sociedade distinguir as etapas da vida. Temos

em etapas definidas, como a infância, adolescência, juventude, fase adulta e velhice a marca de como as condições históricas e sociais influenciam nas trajetórias de vida.

A chegada na fase adulta pode ser entendida como fator que favorece o repensar da vida, proporcionando a possibilidade de reflexão sobre si e suas trajetórias. O que pode levar a busca por sonhos não alcançados anteriormente e também a busca por novas perspectivas. O processo de envelhecimento perpassa todo o curso da vida, mas se destaca na velhice (terceira idade), por ser o momento em que fatores culturais, sociais, biológicos, cronológicos e psicológicos, marcam a chegada na entendida última etapa da vida. Podendo também servir de fomento a busca de vivências ainda não alcançadas.

Por tais motivos, entende-se que ao investigar-se trajetórias de vida de mulheres adultas e idosas que encontraram neste momento da vida a possibilidade de acesso a educação formal pode trazer para discussão a importância e impacto de tal experiência formativa. A partir das sequências de estados e posições ocupadas pelas interlocutoras ao longo do tempo, podemos discutir mudanças significativas que marcam a passagem de uma etapa da vida para outra de mulheres que estiveram fora do ambiente educacional a maior parte da vida. Deste modo, a hipótese geral da investigação é que a vida das mulheres é afetada e alterada pelo ato de estar inserida em contexto educativo (EJA) e de aprender a ler e escrever depois de adulta.

Há no contexto da presente investigação alguns conceitos chaves, como os de gênero e classe. O conceito de gênero sinaliza como as relações sociais operam e depositam em homens e mulheres diferenças que se justificam naturais, ao mesmo tempo que cerceiam os corpos. As autoras Cavalcante e Bernardino (2020), sinalizam o fato de que o gênero deve ser compreendido enquanto um fenômeno social. Isso traz a compreensão de que os fatores que culminam no analfabetismo de mulheres podem distinguir-se dos fatores que delineiam analfabetismo masculino. “[...] as opressões são conectadas para darem subsídios a manutenção da colonialidade do poder que é ligada sobremaneira a concepção de modernidade” (Cavalcante; Bernardino, p. 108, 2020).

Pode-se citar neste contexto o fato de que essas mulheres estão inseridas em sociedade machista onde o masculino é entendido o lugar da ação, da tomada de decisões, da chefia da rede de relações familiares e etc. (Minayo, 2005). Em contrapartida valores direcionados ao feminino são de controle e subjugação, o que pode servir de justificativa para que meninas e mulheres sejam mantidas fora da escola.

Crenshaw (2002), discute que a dimensão de gênero, deve ser pensada juntamente com dinâmicas adicionais, o que possibilitaria um entendimento mais completo da situação. O conceito de classe social destaca que o acesso ou não aos bens produzidos delineiam posições de classe e tais posições proporcionam vivências sociais distintas. “[...] as classes sociais se relacionam por meio do poder que detém sobre as riquezas produzidas” (GROHMANN; FIGARO, 2014, p. 64).

O fato de que todas as mulheres interlocutoras desta pesquisa são trabalhadoras assalariadas afunila a percepção a cerca de quem são as mulheres que chegam a fase adulta sem dominar a leitura e a escrita. De antemão tem-se então, categorias como gênero e classe social afetando tais experiências. Neste sentido, a pesquisa apresentada pensa a mulher na sociedade patriarcal e capitalista. Bem como, as possibilidades de agência vivenciadas.

O objetivo geral da pesquisa é: Investigar os impactos do aprender a ler e escrever na dinâmica de vida de mulheres que foram/estão sendo alfabetizadas já adultas e/ou na terceira idade. Ao analisar-se as experiências de envelhecimento de mulheres que foram/estão sendo alfabetizadas neste momento da vida, busca-se a compreensão do modo como (e se) o aprender a ler e escrever afeta e altera a vida. Possibilitando também a problematização do tipo de envelhecimento vivido que delinea o querer e só conseguir aprender a ler e escrever na terceira idade. Este texto busca pensar como a educação brasileira tem sido pensada quando se trata das mulheres, bem como, fomentar discussão a respeito dos marcadores sociais da diferença que interseccionam-se e configuram vivências de mulheres que chegam a idade adulta e a terceira idade sem que saibam ler e escrever.

### **Pensando sobre o passado da educação brasileira**

Ao refletir sobre as formas como a educação de meninas e mulheres acontece no contexto do nosso país, a decisão foi buscar alguma forma de demonstrar como ela vem sendo pensada. Por esse motivo parto de legislações sobre a educação brasileira, desde o Brasil Colônia, para enfatizar as diferenças entre disciplinas ministradas para meninos e meninas.

No ano de 1827, promulga-se a primeira Lei educacional no Brasil, a Lei Geral de 15 de outubro de 1827. Nesta lei regulamentou-se a educação brasileira com a criação das

escolas de primeira letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos.

Antes de pensarmos propriamente os conteúdos, vale evidenciar que a redação da lei sinaliza a necessidade de que os professores proporcionam a compreensão dos meninos, a grafia da palavra meninos utilizando-se do artigo “o” corrobora com o ideário de que a educação estava sendo pensada para os homens. Corroborando com a liberdade de acesso à leitura, escrita, conhecimentos matemáticos e também religiosos já estabelecidos. A lei apenas formaliza a criação de mais escolas para meninos.

O artigo 11 é que institui as escolas de meninas, “Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento (BRASIL, 1827)”. Diferente do primeiro artigo da lei em que se instituem escolas de primeiras letras em qualquer lugar necessário, há um ponto que demonstra assimetria na proposta de criação das escolas de meninas, pois a criação das mesmas deveria passar pelo julgamento de Presidentes em Conselho. Outra questão importante a ser pensada é o fato de que as disciplinas exclusivas das meninas, voltavam-se para habilidades domésticas, como costura (trabalhos de agulha).

Meio século depois instituiu-se o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que visou reformar o ensino primário estabelecendo as escolas primárias públicas no país, tornando-se obrigatória a frequência de meninos e meninas dos 7 aos 14 anos de idade. O decreto também previa a fundação de jardins de infância, criação de escolas profissionais, de bibliotecas e museus, o texto destaca também a necessidade de criação de um plano de estudos nas escolas normais.

O 4º artigo deste decreto delineia quais disciplinas deveriam ser ensinadas nas escolas de primeiro e segundo grau,

Art. 4º O ensino nas escolas primarias do 1º gráo do municipio da Côrte constará das seguintes disciplinas:

Instrucção moral.

Instrucção religiosa.

Leitura.

Escripta.

Noções de cousas.

Noções essenciaes de grammatica.

Principios elementares de arithmetica.

Systema legal de pesos e medidas.

Noções de historia e geographia do Brazil.

Elementos de desenho linear.

Rudimentos de musica, com exercicio de solfejo e canto.

Gymnastica.

Costura simples (para as meninas).

O ensino nas escolas do 2º grau constará da continuação e desenvolvimento das disciplinas ensinadas nas do 1º grau e mais das seguintes:

Princípios elementares de algebra e geometria.

Noções de physica, chimica e historia natural, com explicação de suas principaes applicações á industria e aos usos da vida.

Noções geraes dos deveres do homem e do cidadão, com explicação succinta da organização politica do Imperio.

Noções de lavoura e horticultura.

Noções de economia social (para os meninos).

Noções de economia domestica (para as meninas).

Pratica manual de officios (para os meninos).

Trabalhos de agulha (para as meninas) (BRASIL, 1879).

Mesmo com a flexibilização de acesso à escola, quando meninas passam a poder compartilhar o espaço educativo com meninos e vice-versa, há ainda diferenças de quais conteúdos deveriam ser ensinados para elas. Já no primeiro Grau, meninas tinham uma disciplina a mais que ensinava sobre costura simples, no segundo Grau disciplinas específicas, sobre economia doméstica e trato com ofícios considerados femininos. Enquanto os meninos estavam aprendendo sobre economia social, as meninas aprendiam a lidar com gastos domésticos.

A manutenção da diferenciação de gênero, quando se trata das disciplinas ministradas no primeiro e segundo graus evidenciam o ideário misógino e machista colonizador. Que reverbera até o momento atual a forma como meninas e mulheres são entendidas socialmente, delegando a elas um “papel” social. Ainda no Brasil Império, a educação formal para meninas começa a ganhar alguma relevância, entretanto não era pensada de forma universal e/ou igualitária. Na educação doméstica predominava uma instrução com o enfoque de preparar esposas e mães. Quando as escolas para meninas surgem elas são privadas, o que dava acesso apenas as meninas pertencentes a famílias abastadas, entretanto, como já citado, mesmo tendo alguns conteúdos curriculares comuns aos que os meninos, aprendiam habilidades consideradas apropriadas para meninas/mulheres.

Por conta dos limites de páginas deste texto, faço um salto para pensarmos o reaparecimento de legislação que pensa especificidades em conteúdos para pessoas do sexo feminino. Em 1946 é decretada a Lei Orgânica do Ensino Primário, em seu artigo 1º destacando-se que as finalidades do ensino primário: a) Proporcionar a iniciação cultural, conduzindo ao conhecimento da vida nacional e ao exercício de virtudes morais e cívicas; b) Oferecer (de modo especial) às crianças de 7 a 12 anos condições equilibradas de formação e desenvolvimento de personalidade; c) Elevar conhecimentos úteis à vida na

família, a defesa da saúde e iniciação no trabalho. Aqui fica explícito o interesse na construção de um ideário de nacionalidade pautado em virtudes e morais cívicas, também um interesse no desenvolvimento da personalidade da criança, bem como a elevação de conhecimentos úteis à vida familiar e no trabalho.

O ensino primário era formado por dois cursos sucessivos, o elementar e o complementar. No elementar que totaliza 4 anos de estudos, as disciplinas a serem estudadas eram: Leitura e linguagem oral e escrita; Iniciação matemática; Geografia e história do Brasil; Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; Desenho e trabalhos manuais; Canto orfeônico. Educação física. Já no complementar, que durava 1 ano, as disciplinas lecionadas eram: Leitura e linguagem oral e escrita; Aritmética e geometria, Geografia e história do Brasil, e noções de geografia geral e história da América; Ciências naturais e higiene; Conhecimentos das atividades econômicas da região; Desenho; Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região; Canto orfeônico e Educação física. Entretanto, a sequência o artigo 8º, que é o que dispõe sobre as disciplinas do ensino complementar, trás em seu texto, "*Parágrafo único. Os alunos do sexo feminino, aprenderão, ainda, noções de economia doméstica e de puericultura*" (1946).

Ao levar em consideração que desde a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 não haviam sido estabelecidas disciplinas diferentes para meninos e meninas, pode-se considerar um retrocesso, no quesito políticas educacionais e equidade de gênero. Cinquenta e cinco anos se passaram, e a regulamentação do ensino primário voltou a direcionar para meninas conteúdos relacionados à vida doméstica e à maternidade.

O que demonstra que, o questionamento sobre a necessidade de uma educação específica para meninas, que se tornarão mulheres, perpassa o ideário nacional, e pode ainda impactar na vida de mulheres atualmente. O tópico a seguir foi pensado para trazer para a discussão um exemplo de como a misoginia e machismo podem impactar as vidas de meninas e mulheres brasileiras. O próximo tópico busca aprofundar um pouco mais essa ideia.

### **Eu, Maria Edelzuíta e a Alfabetização de meninas**

Este tópico delinea discussão a respeito de vivências que antecedem a inserção

de meninas na educação regular. Para isso, peço licença a quem lê este artigo para partir de minha experiência e de Maria Edelzuita.

O portal da Educação do Governo de Pernambuco publicou em agosto de 2023, matéria com o título “Com 94 anos, estudante da EJA em Petrolina supera recorde atual do Guinness Book como a aluna mais idosa do mundo”, que traz em um de seus trechos a informação de que quando criança não pode realizar o sonho de ler e escrever, pois seu pai, lavrador, não permitiu que ela estudasse. Segundo o texto jornalístico, o pai “(...) Achava perigoso que meninas estudassem porque, alfabetizadas, saberiam escrever ‘cartas para os namorados’”. Segue destacando também que a mãe de Maria Edelzuita, dona de casa e letrada, foi quem ensinou as letras, as sílabas e como juntá-las para formar pequenas palavras.

Saber dessa parte da história de dona Maria Edelzuita causou em mim grande impacto, isso porque, desde que nascemos, minha irmã gêmea e eu moramos com nosso pai e mãe no meio rural, quando completamos 5 anos minha mãe disse para meu pai que nós deveríamos ir morar na cidade para que eu e minha irmã estudássemos. A resposta do meu pai, segundo relatos da minha mãe, foi que nós não precisávamos estudar, porque mulheres crescem e se casam, bastaria para nós que nossa mãe nos ensinasse a contar dinheiro e ler algumas palavras para lidar com afazeres domésticos. Minha mãe não aceitou essa proposta e assim nos mudamos para a “cidade” e com 6 anos começamos a estudar.

A história de Maria Edelzuita e a minha se encontram, inclusive quando o relato diz que ela aprendeu as letras, as sílabas e pequenas palavras com a mãe. Foi assim comigo também. Apesar da distância cronológica de nossos nascimentos chegarem a 66 anos, o ideário de nossos pais a respeito da nossa ida à escola foi muito próximo. O pai de Dona Edelzuita não queria que ela escrevesse cartas para os namorados, enquanto o meu acreditava que esse conhecimento também não seria necessário para mim e minha irmã, enquanto foram nossas mães que burlaram isso a seu modo, a mãe de Edelzuita a ensinou sobre letras, sílabas e pequenas palavras, a minha além disso, “bateu o pé” e nos levou para a cidade.

Essas vivências em comum com dona Edelzuita, sinalizaram para mim, que ao adentrar o contexto da sala de aula de alfabetização, e pensar as experiências de mulheres poderia me colocar no lugar já sinalizado por Roberto da Matta (1981), pois eu enquanto pesquisadora compartilho com minhas interlocutoras o mesmo universo das experiências

humanas, universo esse que nos afeta enquanto mulher. Posterior ao entendimento de que compartilho a vivência da alfabetização negada com minhas interlocutoras surge a indagação, como o impedimento aconteceu de forma individual? A alfabetização foi um lugar negado às interlocutoras pelo fato de serem mulheres, assim como para mim e Edelzuita?

O que vivi nos anos 2000 e o que Maria Edelzuita vivenciou no século XX tem raízes históricas, vale lembrar que apenas em 1827 com a criação das escolas de primeiras letras estudantes mulheres puderam legalmente estudar para além do ensino básico. Antes disso, a educação das meninas se dava em contextos domésticos, objetivando as atividades domésticas. A presente pesquisa insere-se em contexto delineado historicamente, onde destinam-se para as mulheres lugares privados e domésticos, tornando o acesso à educação formal dificultoso. A discussão atravessará relatos de evasão escolar, bem como as formas como as mulheres adultas e idosas interlocutoras da pesquisa encontraram para ocupar o ambiente escolar.

A alfabetização de mulheres adultas e idosas deve ser assegurada pelo setor público, visto que, o processo de ensino e aprendizagem delineado na EJA, e os frutos destes aprendizados são colhidos pelas mulheres em seu dia-a-dia. O acesso à educação institucionalizada torna-se relevante, entendendo que a política pública visa reparar a disparidade educacional vivenciada. Podemos destacar a especificidade da EJA, como um espaço escolar pensado para pessoas jovens, adultas e idosas, o que pressupõe dinâmica de ensino-aprendizagem que leve em consideração tais grupos de idade, seus conhecimentos prévios, identidades e etc.

A autora Seabra (2009), destaca, o fato de que as diferenças sociais estão associadas à desigualdade nas trajetórias escolares, como a classe social, a origem étnico-racial, a localidade onde se vive (diferenciação territorial) e o gênero (SEABRA, 2009). As mulheres que acessam a alfabetização de Jovens e Adultos, de antemão, têm características que as aproximam, como o gênero, a geração, o grupo de idade, o fato de que são pessoas contemporâneas, e também o não acesso a alfabetização na considerada “idade certa”. Destacando o fato de que as mulheres idosas detêm a maior taxa de analfabetismo no país.

Por tais motivos, fica evidente que, adentrar o contexto de uma sala de aula de Alfabetização e Letramento da EJA, em busca de experiências de mulheres adultas e idosas situa as discussões em uma conjuntura interseccional, em que os marcadores sociais da diferença estão em constante processo de atravessamento das vivências femininas. O



conceito de interseccionalidade refere-se, “à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades” (BERNADINO-COSTA, 2015, p. 151).

É, portanto, o entrecruzamento de categorias identitárias que possibilitam as compreensões existem formas de ser mulher, ao mesmo tempo que demonstra o fato de que estar inserida em um contexto social e cultural específico pode afetar diretamente as experiências de pessoas que o compartilham. Nesse contexto, fica evidente a existência de uma relação que vincula patriarcado, racismo e capitalismo. A partir dessa associação, os marcadores sociais da diferença que constituem identidades fomentam vivências específicas em nosso contexto sociocultural. São, portanto, as diferentes

dimensões das desigualdades que privilegiem a compreensão da complexa dinâmica das relações sociais, ou seja, das várias intersecções de marcadores sociais como gênero/sexo, idade/geração, raça/etnia, sexualidade/orientação sexual e classe, através das quais são atualizados conjuntos de relações de diferenciação/articulação na nossa sociedade (MARIANO; MACÊDO, 2015, p. 12).

As dimensões que configuram a vida de mulheres para que cheguem a fase adulta, ou até mesmo a terceira idade sem que saibam ler e escrever são fruto das dinâmicas sociais vivenciadas, que relegam a educação para as mulheres. Não saber ler e escrever também vai configura barreiras e acessos específicos para essas mulheres, por tal motivo, o analfabetismo é entendido como um marcador social de diferença, que configura a vida de mulheres. Não saber ler e escrever delinea lugares a serem acessados, como empregos que não exigem escolarização, dificulta a vivência de espaço em que a leitura e escrita fazem parte, como por exemplo, acesso ao transporte público. Sendo assim, o analfabetismo atualiza as relações de diferenciação vivenciadas por mulheres.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Concluiu-se até o presente momento que, a Educação de Jovens e Adultos é ambiente propício para a efetivação de uma pedagogia da libertação. Entretanto, para que aprendizados que favoreçam o pensamento crítico sejam efetivados o papel da professora em sala é crucial. Neste sentido, pode-se questionar até que ponto a Política Pública efetivada na EJA, possibilita empoderamento das mulheres interlocutoras desta pesquisa, levando em consideração de que além de serem mulheres, pertencem a classe

trabalhadora. Outro ponto em destaque é o fato de que o grupo de mulheres é diverso quando se trata de pertencimento racial. O não saber ler e/ou escrever pode ser barreira para acesso aos espaços sociais. Tais pontos inserem a presente pesquisa em discussões interseccionais, possibilitando análises que considerem também o analfabetismo como um marcador social de diferença.

Outro ponto importante diz respeito à necessidade de desassociação da infância como o único momento de se aprender, sendo tal associação constituinte do imaginário social da tríade criança-infância-educação. Tal dissociação é necessária pois, o idadismo pode ser um mecanismo que nega o acesso das pessoas mais velhas à escola, por meio da crença de que o momento de aprender já passou, ao mesmo tempo que pode infantilizá-las quando o espaço educativo é aberto.

Vale destacar que a educação e aprendizagens são processos inerentes à vida, bem como, a alfabetização possível em diferentes momentos da vida, levando em consideração contextos em que as interlocutoras estão inseridas. Há na Alfabetização possibilidade de mudanças sociais e também de realização pessoal, tal aprendizagem insere-se na vida cotidiana e pode configurar mudanças na vida diária, como por exemplo, o aprender a assinar o nome pode proporcionar a não utilização de assinatura a rogo (que depende de outra pessoa). O exemplo dado demonstra como saber ler e escrever pode fomentar independências e possibilidades de agência, permitindo o desfrute de diversos ambientes. Há também na leitura e escrita possibilidade de reconfiguração e apropriação da própria identidade.

## **Referências**

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Carta de lei, Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/03KFY>> Acesso em 02 de setembro de 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Império. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>> Acesso em 02 de setembro de 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/hhDr2>> Acesso em 02 de setembro de 2024.

CAVALCANTE, Ana Rochelly Silva Costa; BERNARDINO, Francisca Lúcia de Jesus. UM DEBATE SOBRE MULHERES, AS HERANÇAS DA COLONIALIDADE E AS CONTRADIÇÕES DA CIDADE. In. Org. COSTA, Fernanda. *GÊNERO E QUESTÃO SOCIAL: debates contemporâneos*, Taipa Editorial, 2020, p. 107-132.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de Especialistas em Aspéctos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, p. 171-188. 2002.

GROHMANN, Rafael; FIGARO, Roseli. O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL EM ESTUDOS DE RECEPÇÃO BRASILEIROS. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v.13, n.25, 2014.

MARIANO, Silvana Aparecida; MACÊDO, Márcia dos Santos. Desigualdades e interseccionalidades: deslindando a complexa trama das hierarquias e agenciamentos. *MEDIAÇÕES revista de Ciências Sociais*, Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades, 2015.

MATTA, Roberto da. *Relativizando: Uma introdução a Antropologia Social*. Editora Vozes, 3ª edição, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1):18-34, 2005.

SEABRA, Teresa. DESIGUALDADES ESCOLARES E DESIGUALDADES SOCIAIS. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 59, 2009, pp. 75-106, 2009.



**Capítulo 9**

**GORDOFOBIA MÉDICA: O DISCURSO DA SAÚDE E SEUS  
EFEITOS NA SOCIEDADE A PARTIR DA ANÁLISE EM UM  
CANAL DO YOUTUBE**

*Mariana Amaral da Silva*

*Raquel Pereira Quadrado*

## **GORDOFOBIA MÉDICA: O DISCURSO DA SAÚDE E SEUS EFEITOS NA SOCIEDADE A PARTIR DA ANÁLISE EM UM CANAL DO YOUTUBE**

***Mariana Amaral da Silva***

*Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências (PEmCie FURG/UNICAMP),  
Mestra em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail:  
mariana.amaral28@gmail.com*

***Raquel Pereira Quadrado***

*Professora Assistente do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande  
(FURG), pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências (PEmCie –  
FURG/UNICAMP), Doutora em Educação em Ciências (FURG). E-mail:  
raquelquadrado@hotmail.com*

### **RESUMO**

A insatisfação dos sujeitos em relação aos próprios corpos e a constante vigilância do corpo do outro são consequências de uma sociedade que dita padrões e condena corpos que não se enquadram nos modelos estabelecidos. Como o corpo gordo escapa da normatividade, é socialmente punido com a gordofobia, preconceito estrutural fundamentado em discursos que legitimam a intolerância à gordura e a hostilidade direcionada às pessoas gordas. O discurso médico constitui um dos pilares no qual se apoia a gordofobia, visto que potencializa a vigilância aos corpos gordos ao mesmo tempo em que afasta pessoas gordas dos consultórios seja por constrangimento ou pela falta de acessibilidade, expondo esses sujeitos a complicações de saúde e até mesmo à morte. Pensando nessas questões, temos como objetivo analisar a rede de enunciações presente em comentários publicados em vídeos do canal “Alexandrismos”, no Youtube, que fazem referência a gordofobia médica e seus efeitos na sociedade. Nosso referencial teórico situa-se no campo dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais, na sua vertente pós-estruturalista, destacando o efeito das mídias na produção dos corpos e subjetividades. A metodologia de pesquisa fundamenta-se na análise cultural, evidenciando sua potencialidade para pensar estas questões na contemporaneidade, já que os artefatos culturais educam e fazem parte do processo de subjetivação de quem é atravessado por eles. **Palavras-chave:** Corpo gordo. Gordofobia médica. Estudos Culturais.

## **ABSTRACT**

Subjects' dissatisfaction with their own bodies and the constant surveillance of others' bodies are consequences of a society that dictates standards and condemns bodies that do not fit into established models. As the fat body escapes normativity, it is socially punished with fatphobia, a structural prejudice based on discourses that legitimize intolerance to fat and hostility directed towards fat people. Medical discourse constitutes one of the pillars on which fatphobia is based, as it enhances the surveillance of fat bodies at the same time that it keeps fat people away from doctors' offices, whether due to embarrassment or lack of accessibility, exposing these subjects to health complications and even death. Thinking about these questions, we aim to analyze the network of statements present in comments published in videos on the "Alexandrismos" channel on YouTube, which refer to medical fatphobia and its effects in a society in which fat lives are worth less and are not dignified. healthcare accessibility and respect. The research methodology is based on cultural analysis, highlighting its potential to think about these issues in contemporary times, since cultural artifacts educate and are part of the subjectivation process of those who are crossed by them.

**Keywords:** Fat body. Medical fatphobia. Cultural Studies.

## **INTRODUÇÃO**

Vivemos em uma sociedade marcada pelas transformações históricas e culturais e, nesse contexto, os discursos e posicionamentos sobre os mais diversos temas vão sendo revisitados, contestados e modificados de acordo com a conjuntura cultural, social e política. No entanto, alguns discursos ainda permanecem fortes, como é o caso do discurso médico, que apesar de ser questionado em determinados espaços, carrega o rótulo de "verdade" em outros. Nesse segundo caso, o discurso está vinculado à ideia de que quando algo é "cientificamente comprovado", passa a ser automaticamente confiável, verdadeiro e indiscutível.

Santos questiona esse lugar de verdade que a ciência ocupa:

Para Latour (1994), por exemplo, a ciência nada mais é do que a política por outros meios, devendo a mesma ser entendida como uma produção cultural entre outras. Entendê-la de tal forma significa, portanto, questionar as relações de poder que a constituem e lhe dão uma 'consistência' natural, um 'aspecto de verdade' (Santos, 2020, p. 233).

Entendemos a ciência como uma narrativa hegemônica produzida através da história, atravessada por relações de poder e problematizamos o *status* de verdade que

essa ciência carrega e sua isenção de interesses em nossa sociedade. Nesse contexto, analisamos a relação entre o discurso médico e a gordofobia, entendendo que a patologização da gordura coloca os corpos gordos sob a mira das ciências da saúde, que estigmatizam esses corpos como doentes, considerando somente suas medidas corporais e ignorando os aspectos socioeconômicos, genéticos e até mesmo psicológicos da gordura na contemporaneidade.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O entendimento da gordura através da história vem sofrendo constantes modificações: se o corpo gordo já foi sinônimo de sucesso, prosperidade e riqueza, a partir do século XVIII essa perspectiva transforma-se e um novo olhar recai sobre esse corpo. A gordura deixa de ser associada à fartura e passa a ser categorizada como doença. Vigarello (2010, p. 164) discute a questão da emergência da palavra “obesidade” que surge na segunda edição do Dicionário de Antoine Furetière, em 1701, como “termo da medicina. Estado de uma pessoa carregada demais em carnes ou gordura”. Segundo o autor, a obesidade passa a ser:

[...] de imediato referida de maneira diversa, como termo da ‘medicina’, como assegura igualmente, na década de 1760, a Enciclopédia, que define obesidade como ‘corpulência excessiva’ que revela uma ‘doença oposta ao marasmo’. O objeto, pela primeira vez, é com efeito uma enfermidade específica, uma desordem que não se resume a uma simples questão de acúmulo ou eliminação (Vigarello, 2010, p. 164).

Conforme a obesidade assume *status* de enfermidade e torna-se uma ameaça à saúde e ao bem-estar da população, o discurso médico ganha força e organiza-se, produzindo e reproduzindo “verdades” sobre a gordura e apresentando soluções para controlar e combater os ditos males associados ao peso. Stearns (*apud* Stenzel, 2002) afirma que:

[...] em torno de 1905 a classe médica passou a se posicionar de forma mais confiante com relação ao tema da restrição alimentar e controle de peso. Pesquisas americanas insistiam no tratamento da obesidade para prevenir e combater diversas doenças, principalmente as relacionadas ao coração e aos problemas respiratórios. Os estudos procuravam enfatizar o ‘perigo da obesidade’. A classe médica começava a chegar num consenso com relação ao tema, e os padrões de avaliação e de tratamento, antes bastante diversos, começaram a se homogeneizar nos mais diversos estudos (Stearns *apud* Stenzel, 2002, p. 38).

A repercussão negativa da gordura cresce e prolifera-se ao longo do tempo. A obesidade e seus males tornam-se objeto de estudos médicos e, conseqüentemente, o corpo gordo metamorfoseia-se em um corpo doente, que precisa ser evitado não por causa de sua estética falida, mas por uma questão de saúde.

É nesse contexto que emerge o que Vigarello chama de “a nova cultura do magro”: “O mais importante agora é ‘emagrecer’, a ponto de uma obrigação inédita chegar mesmo a se impor nos anos de 1920 - 1930: ‘É preciso emagrecer a qualquer preço.’” (Vigarello, 2010, p. 300). Esse pensamento coloca a magreza como sinônimo de saúde e vitalidade, enquanto a gordura segue sendo vista como um mal que necessita ser combatido de qualquer maneira. A gordura é entendida como um sinal de alerta para possíveis doenças, antes mesmo que se realize qualquer exame médico que possa efetivamente detectar problemas de saúde. Em outras palavras, o corpo gordo é julgado como doente porque sua aparência o condena, e a culpa pelo fracasso de sua saúde não é de ninguém, senão do próprio sujeito. Esse estigma é uma das raízes do discurso gordofóbico:

Stearns (1997) ressalta que a medicina contribuiu fortemente para o sentimento de hostilidade com relação ao obeso. Ao atribuir a dificuldade de redução de peso como responsabilidade única do paciente, e não devido a causas orgânicas ou até mesmo sociais, este passou a ser considerado culpado pelo seu fracasso. Falta de esforço, falta de persistência, falta de caráter, e preguiça, passaram a ser justificativas comuns à falta de resultados que o obeso tinha com o tratamento (Stenzel, 2002, p. 39).

Nesse sentido, é seguro afirmar que o discurso médico pode ser apontado como um dos principais responsáveis pela gordofobia estrutural em nossa sociedade e, devido ao fato desse discurso estar embasado pela ciência, a hostilidade direcionada aos corpos gordos passa a ser um comportamento justificável e legitimado, o que dificulta e/ou inviabiliza seu entendimento e problematização.

## **CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Nesta pesquisa, voltamos nosso olhar para a internet, por entender sua potência enquanto artefato cultural, que ensina modos de ser e estar no mundo através de significados que veicula sobre os corpos e os sujeitos. De acordo com Tourinho e Martins, “esta ideia está ancorada numa premissa dos Estudos Culturais: qualquer artefato é



passível de gerar aprendizagem, ou seja, pode-se criar pedagogias, modos de ensinar e possibilidades de aprender a partir de qualquer artefato cultural.” (2015, p. 34)

Assim, o *corpus* empírico desta pesquisa consiste em um canal do YouTube, intitulado “Alexandrismos”<sup>29</sup>, criado pela jornalista e *digital influencer* Alexandra Gurgel. O canal tem por objetivo problematizar temas como *body positive*, amor-próprio, autoaceitação, padrão de beleza e pressão estética.

Inicialmente, mapeamos o conteúdo do canal, utilizando alguns critérios para filtrar e selecionar os vídeos. Em um primeiro momento, direcionamos nossa busca por data. Assim sendo, filtramos os vídeos postados no período de um ano. Obtivemos o resultado de 112 vídeos. Em seguida, filtramos por tema, selecionando os vídeos que traziam já no título as seguintes palavras: gordofobia, gorda, gordo, gordos, corpo gordo, kg, emagrecimento, emagrecer, magra. Utilizamos essas palavras por considerar que elas nos ajudariam a filtrar vídeos que abordassem nossa temática: a gordofobia. Feito esse movimento, encontramos dezesseis vídeos relevantes para esse estudo. Em nossa pesquisa, assistimos a esses vídeos, buscando entender os temas propostos e o posicionamento da *yotuber* sobre eles, mas ressaltamos que nosso foco foi a análise dos comentários dos internautas, publicados nos vídeos.

Para a análise dos comentários, utilizamos ferramentas da análise cultural, entendendo que as mídias, como as plataformas de compartilhamento de vídeos - no caso desta pesquisa, o YouTube - produzem significados e atuam na formação de identidades e subjetividades. Ao utilizar essas ferramentas, buscamos tensionar enunciações tidas como verdadeiras, colocando os discursos sob suspeita. Como aponta Trindade:

A análise cultural trabalha sempre com uma pluralidade de significações de uma época para a outra e em uma mesma época, visando mostrar como ocorreu a invenção de determinadas verdades, os deslocamentos por que passaram, as disputas que enfrentaram nos campos dos conhecimentos científico, político, social e cultural (2007, p. 42).

Dessa forma, a análise cultural possibilita uma maneira de olhar criticamente para as produções culturais, tornando-as o objeto de pesquisa.

---

<sup>29</sup> O canal Alexandrismos foi renomeado para canal Alexandra Gurgel, mantendo seus objetivos e parte do conteúdo anteriormente postado. O acervo atual é de 444 vídeos, publicados desde 2015 e o número de inscritos é de 476 mil. Disponível em <http://www.youtube.com/@gurgelalexandra>. Acesso em 12/12/2024.

## ANÁLISES

A partir deste ponto apresentamos as análises dos comentários retirados dos vídeos selecionados, que fazem referência à gordofobia médica e seus efeitos em nossa sociedade.

Sujeito 1: Acho da hora pra caralho se aceitar, mas mano a saúde da vida ta no jogo, não tem como ter uma vida saudável e longa assim.

Sujeito 3: Então, não concordo com muitas coisas que a moça disse! Vida saudável é longe de alimentos industrializados. A doença está sim relacionada ao peso, vocês estão mentindo!

Sujeito 4: Você pode ser feliz sendo gordo, mas não faz muito bem pra saúde não.

Sujeito 7: Eu e meu marido fomos fazer um seguro de vida, o meu foi recusado. Mesmo eu tendo pago a vista no ato da compra. A seguradora me pediu (serio) cerca de 15 exames pra comprovar minha saúde. Inclusive o historico do meu diabetes (????) Eu nao tenho diabetes nem nada), tipo por causa do meu peso eles jogaram verde de q eu era doente, oi? Meu marido nao sabe mas eu chorei, muito. Fiquei com ódio. Eu nao posso adquirir um produto por causa do meu peso!!! É ridiculo demais, mas é real. Isso é real. Não essas meninas magras sentando pra dobrar o bucho dizendo q sofrem. O mundo ta uma porra mesmo...

Esses comentários têm em comum a concepção de que todas as pessoas gordas são doentes, como se tal afirmativa fosse possível levando em consideração somente a aparência. A partir dessa perspectiva, se uma pessoa é gorda, é porque se alimenta mal e é/está sedentária, comportamentos que se traduzem em problemas de saúde. Para Jimenez:

[...] a associação de uma pessoa gorda a uma pessoa doente é considerada uma manifestação gordofóbica, porque existem pessoas magras doentes também”. Logicamente, é impossível definir a saúde de uma pessoa sem antes realizar exames médicos, porém “segundo o discurso médico vigente, pode ser que a pessoa obesa desenvolva algumas complicações e doenças no seu corpo pelo excesso de peso e, por isso, é considerada doente assim que adentra o espaço médico (2020, p. 70).

Quando relacionamos gordura à doença não estamos apenas reduzindo pessoas gordas a organismos biológicos à beira de um colapso, mas validando a gordofobia por meio do discurso médico. Poulain (*apud* Rangel, 2018) afirma que:

A preocupação com a saúde como forma de justificativa à intromissão em relação ao corpo alheio é uma das formas de legitimação da gordofobia. A gordofobia aparece como o preconceito mais aceito e legitimado em nossa sociedade principalmente pelo discurso médico dominante (Poulain *apud* Rangel, 2018, p. 28).

Uma vez que o discurso gordofóbico está atrelado ao discurso médico, entendemos que os profissionais da área da saúde não são responsáveis apenas pela maneira como os corpos gordos serão ou não tratados quando buscarem assistência médica, mas por promover a produção e reprodução de discursos sobre saúde para além dos consultórios. Quando o discurso médico tem viés gordofóbico, as pessoas acessadas por ele acabam por internalizar a aversão em relação à gordura, sentimento que culmina no pavor de engordar e no repúdio às pessoas gordas. Esse comportamento é uma das raízes da gordofobia em nossa sociedade: as pessoas não querem ser gordas porque não toleramos a gordura e, assim sendo, os corpos que escapam da normatividade sofrem todas as formas de gordofobia legitimadas e embasadas pelo discurso científico, tornando-se alvo de constante vigilância, como é possível notar nos seguintes comentários:

Sujeito 8: Faz um vídeo mostrando seus exames.

Sujeito 9: Meu primo tem 180 quilos usa manequim 66/68 eu acho, quando ele sai na rua todo mundo rir dele. E ele jura que os exames. Deles estão normais... Eu acho que se ele se aceitar e explodir ele vai morrer satisfeito com o corpo neh.

De modo geral, não se questiona a saúde de pessoas magras, julgando apenas sua imagem, no entanto, o corpo gordo precisa estar, constantemente, apresentando “provas” de que não está doente e, mesmo quando seus exames médicos constatarem um corpo saudável, a desconfiança permanece, já que o discurso médico segue reproduzindo a ideia da doença em potencial.

Para o discurso biomédico gordofóbico ou o corpo gordo é doente, ou uma futura vítima do infortúnio de sua obesidade. Em qualquer uma das alternativas a gordura é olhada com desconfiança pela classe médica e por toda a sociedade, que considera ter o direito de vigiar e controlar esses corpos, lançando mão de argumentos científicos rasos, fundamentados em uma medicina obsoleta e excludente.

Os comentários a seguir denunciam a gordofobia médica em nossa sociedade:

Sujeito 10: Que bom que vocês falaram sobre isso. Recentemente fui em um endocrinologista que tinha como resposta para todas as minhas queixas o peso. Aí falou assim, você toma essa sibutramina aqui perde 15 kg e se as suas queixas continuarem a gente investiga mais. Mas em 3 dias entrei em um processo depressivo de chorar 24h por dia. Aí fui atrás de outro médico. Mas e quem não tem acesso a essa troca de médico rápido como tive? Olha o risco! Gratidão por essa entrevista #bodypositive

Sujeito 11: Já fui ao médico várias vezes com dor de cabeça sei que tenho enxaqueca!!! e apenas ouço dele perde 10 kilos depois volta aqui nunca me manda fazer um exame... isso me deixa muito pra baixo

Sujeito 12: Não sei contar quantas vezes eu fui em médicos, em que tudo é culpa do peso!

Sujeito 14: Há pouco tempo fui a um cardiologista e ele ficou me dizendo que tudo o que eu estava sentindo era por causa do peso, tive que ouvir tudo aquilo sem precisar, pois na verdade estou com a síndrome do pânico e meus exames não deram nada.

Sujeito 15: Eu odeio pois toda vez que vou ao médico e sempre o mesmo diagnóstico emagrece que vai melhorar afff

A gordura é comumente entendida pela medicina como um mal que representa diversos riscos para a saúde dos sujeitos e, de acordo com essa perspectiva, pessoas gordas são identificadas como doentes em potencial. Em outras palavras, o corpo gordo é visto como uma bomba-relógio prestes a explodir: ou a pessoa gorda está doente ou desenvolverá problemas de saúde futuramente. Essa concepção configura-se como gordofobia médica, uma conduta que “acontece quando o corpo gordo é diagnosticado como doente, mesmo quando não se fez nenhum exame para detectar algum problema de saúde” (Jimenez, 2020, p. 70).

Cotidianamente, pessoas gordas buscam atendimento médico e recebem um diagnóstico precoce que leva em consideração o cálculo de seu Índice de Massa Corpórea (IMC). O IMC é um cálculo criado em 1832 pelo matemático Adolphe Quetelet e consiste basicamente na “escala de peso em relação à de altura” (Vigarello, 2010, p. 197). Esse antigo cálculo não dá conta de “medir” a saúde de um determinado corpo, posto que a gordura está vinculada a múltiplos fatores para além da materialidade biológica, mas segue sendo utilizado com credibilidade por profissionais da área da saúde.

A utilização do IMC como determinante para examinar o estado de saúde de um corpo contribui para a estigmatização dos sujeitos por sua dimensão corporal, uma vez que o sujeito é considerado doente se o cálculo mostrar um número maior do que o definido como saudável. Nesse sentido, sempre que “o paciente não estiver dentro desse índice, poderá ser considerado doente, mesmo que o indivíduo esteja bem e sem nenhum problema em seus exames, pois se relaciona esse cálculo matemático com a saúde do corpo” (Jimenez, 2020, p. 77).

As/os profissionais da saúde que não estão atentas/os aos aspectos socioeconômicos, psicológicos e biológicos que envolvem a gordura na contemporaneidade, correm o risco de atuar de maneira gordofóbica, seguindo um discurso médico que se apoia na “concepção de que o corpo gordo é doente, mesmo que

seus exames não indiquem isso. É como se a pessoa gorda não pudesse falar sobre si mesma, porque já é preconcebido que seu corpo está doente” (Jimenez, 2020, p. 77).

Poulain discute a patologização dos corpos gordos, construída socialmente e legitimada no contexto da medicina e aponta a ocorrência de uma medicalização da obesidade. Essa medicalização é definida por Conrad (1992) “como um processo pelo qual os problemas não médicos são definidos e tratados como médicos, em termos de doença e de disfunção” (Conrad, 1992 *apud* Poulain, 2013, p. 157). Nesse sentido, a gordura que não é necessariamente um alerta aos problemas de saúde, passa a ser definida somente por seu aspecto patológico enquanto diversos outros fatores são ignorados. Por esse motivo a patologização da “obesidade” tem sérias consequências para a saúde das pessoas gordas e, ironicamente, o discurso médico que supostamente visa a saúde da população, é o grande responsável por afastar as pessoas gordas de um atendimento clínico de qualidade.

Vale ressaltar que quando problematizamos a questão da gordofobia médica não estamos negando que existem doenças que podem estar associadas à gordura, mas sim afirmando que diagnosticar pessoas gordas sem a realização de exames que comprovem qualquer enfermidade é uma atitude gordofóbica que reforça um estigma e prejudica o acesso de pessoas gordas à saúde. Malu Jimenez coloca que:

São inúmeros casos de pessoas gordas que morrem com doenças fatais por não serem diagnosticadas a tempo no consultório médico. Já que, um gordo quando entra no médico para reclamar de qualquer dor ou sintoma que sente, automaticamente é diagnosticado como obeso e deve urgentemente emagrecer (Jimenez, 2019, online).

A negligência de profissionais da saúde em relação aos corpos gordos pode ser fatal, já que é possível que uma pessoa esteja gravemente doente e receba diagnósticos errados e medicações para a “obesidade”, podendo causar inúmeras complicações e até mesmo a morte. Em consequência ao tratamento médico desumano direcionado aos corpos gordos, é comum pessoas gordas passarem a negligenciar a saúde, arriscando suas vidas para evitar o constrangimento de um atendimento médico gordofóbico:

Sujeito 16: Tem 4 anos que não vou á médicos, sei que tô negligenciando minha saúde mas da última vez que fui ao ginecologista fui tão maltratada que tenho medo.

Sujeito 17: Eu tenho passabilidade magra, mas há um tempo meu IMC é de ““obeso”” apesar de eu não ter um grande problema com isso. Recentemente passei por uma experiência irritante na qual procurei um endocrinologista por um assunto X e fui muito claro sobre isso, ele me

pesou, cagou e andou pra absolutamente tudo o que eu disse e me receitou exames para começar a perder peso. Eu broxei totalmente da vontade de ir a outro médico, ou seja, estou negligenciando minha saúde por causa de terceiros...

Sujeito18: Estou fazendo maratona mesmo, obrigada por esse vídeo, adorei. Eu perdi bastante peso há dois anos e estou com o mesmo peso desde então. Mas precisei ir na nutricionista pq descobri que sou celíaca e ela quer que eu perca mais 5kg. EU NÃO QUERO PERDER MAIS PESO finalmente gosto do meu corpo, me aconteceram coisas muito boas ultimamente que me ajudaram a gostar até dos meus peitos, que eu odiava, mas agora que estou confortável comigo, tenho que perder mais peso? Não quero. Não consigo entender pq precisaria. Não sei como falar sobre isso com a nutricionista, acho que vou tentar na terapia primeiro. Mas enquanto isso eu fujo da nutri há 2 meses. Estou perdidinha.

A pauta da acessibilidade dos corpos gordos em nossa sociedade é uma das questões centrais dos ativismos gordos, visto que pessoas gordas perdem direitos humanos básicos, como quando lhes é negado um atendimento clínico digno. Jimenez denuncia o martírio das mulheres gordas:

São inúmeros casos de mulheres que vão a consultórios ou ambulatórios com queixas de dores, manchas, ou simplesmente para ver como anda a pressão, e recebem um tratamento extremamente ofensivo, com um diagnóstico pronto de 'obesidade'. Por consequência, muitas mulheres deixam de frequentar consultórios médicos ou até mesmo desenvolvem doenças não diagnosticadas, uma vez que, quando atendidas, o foco sempre recai no corpo gordo (Jimenez, 2020, p. 150).

Buscando evitar esse tipo de constrangimento é que as pessoas gordas, principalmente as mulheres que sofrem ainda mais gordofobia, deixam de procurar atendimento médico. Com isso, arriscam sua saúde, visto que "a falta de acesso da população gorda mundial é perigosa porque pode matar" (Jimenez, 2020, p. 69). A gordura foi adquirindo sentidos ao longo da história e, com base no discurso médico, aos poucos "a obesidade passou a ser uma 'ameaça sanitária', uma epidemia que se alastra, rastejante, dissimulada, um 'flagelo' planetário" (Vigarello, 2010, p. 321).

Com o *status* de epidemia historicamente adquirido, a "obesidade" tornou-se preocupação mundial e o corpo gordo deixou de ser apenas um incômodo estético, pois segundo as cartilhas médicas esse corpo apresenta um problema maior do que qualquer julgamento moral poderia prever: o corpo gordo transformou-se em um risco para a saúde individual e coletiva, uma ameaça ao bem-estar da população. Segundo Vigarello:

Dois problemas que envolvem a sociedade, de há muito confundidos, podem assim desvincular-se hoje: a crescente exigência de magreza e a crescente denúncia do gordo. A exigência de magreza continua sendo

uma norma da aparência, mas a denúncia do gordo vira um indicador de ameaça sanitária. A origem desses problemas, sobretudo, é diferente: cultural no primeiro caso, com seu código de silhueta e comportamento, e econômica no segundo, com sua percepção de risco coletivo (Vigarello, 2010, p. 324-325).

Nesse sentido, a gordura é hoje um mal que perturba a sociedade e o “obeso” passa a ser um sujeito socialmente doente, uma figura que fracassou no cuidado de si e uma ameaça para a saúde coletiva:

Nessa trajetória epistemológica sobre o corpo gordo para uma concepção de obesidade como epidemia e a supervalorização patológica, começa a surgir, na década de 90, relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS), apontando o corpo gordo como uma doença perigosa, epidêmica mundialmente. Como consequência, a mídia e as estatísticas surgem como uma avalanche alarmista e sensacionalista na sociedade mundial (Jimenez, 2020, p. 147).

O corpo gordo é o corpo que escapa da normatividade e, por seu fracasso físico é severamente punido das mais impensáveis maneiras, chegando às vezes a pagar a dívida social com sua própria vida e ainda ser culpado por isso, afinal, não houve esforço do sujeito para emagrecer e conseguir “cabem” na sociedade. Apoiadas no conceito de vidas precárias de Judith Butler (2015), entendemos que as vidas das pessoas gordas valem menos. São existências degeneradas, anormais e conseqüentemente a sociedade não se importa se forem eliminadas. Para a autora:

Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida) (Butler, 2015, p. 31).

Como vem sendo denunciado pelas vozes do ativismo gordo no Brasil, cotidianamente pessoas gordas morrem por não ter acesso a um atendimento médico de qualidade ou porque tiram a própria vida, não aguentando mais o peso de existir e resistir em uma sociedade gordofóbica, como no caso Dielly Santos, uma adolescente de 17 anos que cometeu suicídio em maio de 2018 após sofrer ataques gordofóbicos. O suicídio de Dielly repercutiu nas mídias como um caso chocante de gordofobia, visto que mesmo após sua morte, a adolescente continuou sendo alvo de comentários cruéis publicados em sua conta no Instagram, como relata Alexandra Gurgel no vídeo 18 “Nara Almeida e Dielly Santos: 2 mortes, 1 conclusão”.

Nesses casos, a sociedade mata a pessoa gorda, atribui a culpa a ela própria e não se importa com a perda dessa vida, posto que não se trata de uma vida passível de luto e “sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar ‘há uma vida que nunca terá sido vivida’, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida” (Butler, 2015, p. 33).

A gordofobia médica afasta as pessoas gordas dos consultórios e com isso expõe esses sujeitos ao risco de complicações de saúde e até mesmo de morte. É basicamente o contrário do que supostamente versa o discurso médico: a preocupação não é com a saúde dos corpos gordos, mas com sua eliminação a qualquer preço, seja através de dietas alimentares restritivas nada saudáveis, exercícios físicos excessivos ou mesmo como consequência de uma doença qualquer que faça esses corpos perderem peso.

A seguir, analisamos alguns comentários que fazem referência ao imperativo da magreza a qualquer custo em nossa sociedade.

Sujeito 19: Certa vez emagreci visíveis 5kg em 4 dias e recebi parabéns inclusive de pessoas q sabiam q eu tinha ficado doente por causa de uma infecção grave que me levou ao hospital

Sujeito 20: A um tempo atras adoeci e perdi 5 kg em uma semana... as pessoas ao redor começaram a me elogiar, parabenizar... ai quando eu falava que era por ter adoecido, as pessoas falavam “ah pelo menos vc emagreceu” ou “me passa sua doença”... ai ai

Sujeito 21: Emagreci por depressão e as pessoas achando a coisa mais linda... tudo isso pq perdi meu pai... e as pessoas me falando que apesar de eu está sofrendo por perder meu pai pelo menos estou magra. triste

Sujeito 22: É foda essa situação. Minha namorada emagreceu em umas férias que ela quase teme uma ulcera por tomar remedio errado, ela só comia arroz e batata pq doía muito o estomago. E as pessoas ficavam “MEU DEUS COMO VC EMAGRECEU! QUE QUE VC FEZ?”, e ela sempre falava “eu fiquei doente, foi por n estar saudavel q emagreci” e sempre respondiam, “AH MAS NAO IMPORTA, VC EMAGRECEU DEMAIS!”. Até onde vai a estupidez humana?

Sujeito 23: Eu acho muito sinistro isso de as pessoas ficarem malucas pra saber como os outros emagreceram. Uma professora da minha faculdade era gorda, tirou uma licença e voltou muito magra. Uma colega (que tem transtornos de imagem) ficou louca no quanto ela tinha emagrecido e chegou já falando o quanto ela tava maravilhosa magra, e perguntou o segredo. A professora teve câncer. E nem por isso a garota parou de elogiar ela. Isso é muito bizarro. A gente não sabe o que tá por trás, a gente tem que entender que magreza não é sinônimo de felicidade. As pessoas são bizarras.

Sujeito 24: Meu marido era gordinho hoje está magro e está doente com câncer mas as pessoas só ver que ele está magro mas não tem saúde muitos elogios as pessoas são vinculadas tá magra tá bem magro e mais feliz.



Se pessoas gordas adoecem e perdem peso, começam a receber elogios e incentivos para que continuem dessa forma. Se a preocupação social fosse efetivamente com a saúde dos corpos gordos, esse tipo de situação não aconteceria. As existências gordas são um incômodo social, portanto, essas vidas não são dignas de preocupação, porque são vidas que valem menos. A partir do momento que essas pessoas emagrecem, entram no radar social e deixam de ser invisíveis: sua existência, então, é promovida à vida e somente a partir desse momento essas vidas serão válidas e alvo de genuína preocupação, mesmo que isso custe a saúde de seus corpos. Para Butler (2015, p. 32), “É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que possa viver. Apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa”.

O valor da vida é dado de acordo com aspectos socioeconômicos, culturais e biológicos que fundamentam o preconceito em todas suas configurações. Com base nesses fatores sabemos se uma vida é ou não passível de luto e, em uma sociedade gordofóbica, as vidas gordas valem menos e não são dignas de saúde, acessibilidade nem respeito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O corpo gordo carrega uma série de estigmas que colaboram para que a sociedade tolere cada vez menos pessoas gordas, posicionando esses sujeitos no lugar do “outro”, daquele que desvia e que precisa ser corrigido ou eliminado de uma forma ou de outra. A preocupação com a saúde é apenas uma justificativa para que os corpos individuais se tornem públicos, permitindo qualquer intromissão ou comportamento invasivo em relação ao corpo alheio desde que o argumento seja a saúde desse corpo. Sabemos que a gordura não pode ser definida isoladamente como doença ou risco de óbito, mas ser gorda/gordo em uma sociedade gordofóbica é estar constantemente exposta/exposto ao risco e ao perigo de morte. Dessa maneira:

[...] existe uma urgência em entender os mecanismos dos estigmas construídos sobre o corpo gordo, como parte da formação de profissionais da saúde. Entender a gordofobia significa salvar vidas e valorizar o acesso de todo cidadão a saúde, dentro da constitucionalidade, em que todos somos iguais, sem análises moralistas, pois essa maneira de enxergar os corpos não ajuda nenhum corpo a buscar por saúde (Jimenez, 2020, p. 78).

Enquanto nossa sociedade entender que a saúde dos corpos gordos é uma pauta válida somente para patologizar esses corpos, deslegitimada no momento em que pessoas gordas necessitam de atendimento médico digno, estaremos arriscando a vida desses sujeitos.

A partir de nossos estudos, entendemos que as vivências gordas vêm sendo produzidas e reproduzidas por meio de relações de poder, em uma sociedade que busca normatizar os sujeitos através de práticas de vigilância e controle direcionadas aos sujeitos transgressores. Considerando o corpo gordo como subversivo e desviante, entendemos que a gordofobia médica atua como uma estratégia para marginalizar sujeitos gordos visando manter a normatividade hegemônica.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução: Sérgio T. de N. Lamarão, Arnaldo M. da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 288 p.

JIMENEZ, Malu. *Lute como uma gorda*. Rio de Janeiro: Casa Philos, 2020. 264p.

JIMENEZ, Malu. Gordofobia: uma questão de perda de direitos. *Lute como uma gorda*. 30 ago. 2019. Disponível em: <https://lutecomoumagorda.home.blog/2019/08/30/gordofobia-uma-questao-de-perda-de-direitos/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologia da obesidade*. São Paulo: Editora Senac, 2013.

RANGEL, Natalia Fonseca de Abreu. *O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados*. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SANTOS, Luís Henrique dos. A Biologia tem uma história que não é natural. In: COSTA, Marisa Vorraber *et al.* (org.). *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 229-256.

STENZEL, Lucia Marques. *Obesidade: o peso da exclusão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

TOURINHO, Irene; MARTINS, Raimundo. Entre percalços e desejos: sobre a insurgência e possibilidades das pedagogias culturais. *Textura, Canoas*, v. 17, n. 34. p. 32-47. Mai/ago. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1466>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. Uma análise cultural de discursos sobre alfabetização e alfabetismo/letramento e suas representações. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 32, n. 01, 2007, p. 41-58. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/download/659/470>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019. .

VIGARELLO, Georges. *As metamorfoses do gordo: a história da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao século XX*. Tradução Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2012.



**Capítulo 10**

**DA LITERATURA À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:  
LEITURA DO CONTO 'MARIA' E A CONSTRUÇÃO DE  
UMA CONSCIÊNCIA ANTIRRACISTA E FEMINISTA NO  
ENSINO MÉDIO**

*Fátima Ingrid Bezerra Bonfim*

# DA LITERATURA À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: LEITURA DO CONTO 'MARIA' E A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ANTIRRACISTA E FEMINISTA NO ENSINO MÉDIO

*Fátima Ingrid Bezerra Bonfim*

*Mestra em Letras (UFPI). Professora de Língua Portuguesa na Rede Pública do Estado do  
Ceará. E-mail: ingrid\_bonfim@hotmail.com*

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo discutir a importância da leitura decolonial de Conceição Evaristo no processo de formação crítica de leitores no contexto do ensino médio, bem como explorar práticas transgressoras de leitura literária para além do cânone. Para tanto, no que concerne ao aporte teórico, este estudo se debruça, sobretudo, nas pesquisas de Cosson (2009), Saffioti (2004) e Lugones (2020). Nesse sentido, realizamos a leitura e discussão do conto “Maria”, contido na obra Olhos d’água (2016). Através da leitura literária desse conto, foi possível perceber que Conceição Evaristo denuncia as faces da violência racial e de gênero. A metodologia deste estudo, por sua vez, foi desenvolvida a partir da abordagem qualitativa e da realização de uma oficina de leitura literária. Durante o desenvolvimento da oficina, foi perceptível o envolvimento e protagonismo dos/as estudantes sobre o texto literário, culminando em reflexões e em produções textuais/artísticas com vistas a refletir criticamente sobre a violência de gênero. Os resultados obtidos apontam para a importância de uma formação crítica de leitores na Educação Básica por meio da leitura literária. Além disso, podemos perceber como a literatura pode ser uma ferramenta essencial para debater e questionar a violência racial e de gênero, contribuindo, portanto, para um ensino-aprendizagem crítico e emancipatório.

**Palavras-chave:** Violência de gênero. Leitura literária. Conceição Evaristo. Formação de leitores.

## **ABSTRACT**

This paper aims to discuss the importance of decolonial reading of Conceição Evaristo in the process of critical training of readers in the context of high school, as well as to explore transgressive practices of literary reading beyond the canon. To this end, with regard to the theoretical contribution, this study focuses mainly on the research of

Cosson (2009), Saffioti (2004) and Lugones (2020). In this sense, we read and discussed the short story “Maria”, contained in the work *Olhos d’água* (2016). Through the literary reading of this short story, it was possible to perceive that Conceição Evaristo denounces the faces of racial and gender violence. The methodology of this study, in turn, was developed from the qualitative approach and the holding of a literary reading workshop. During the development of the workshop, the involvement and protagonism of the students regarding the literary text was noticeable, culminating in reflections and textual/artistic productions with a view to critically reflecting on gender violence. The results obtained point to the importance of critical training of readers in Basic Education through literary reading. Furthermore, we can see how literature can be an essential tool for debating and questioning racial and gender violence, thus contributing to critical and emancipatory teaching and learning.

**Keywords:** Gender violence. Literary reading. Conceição Evaristo. Reader formation.

## **INTRODUÇÃO**

A literatura exerce um papel essencial na sociedade. Como expressão artística, o texto literário possibilita vivências que estimulam tanto a sensibilidade quanto o pensamento crítico (CANDIDO, 2011). No contexto escolar, a literatura é, historicamente, um dos principais pilares no processo de formação de leitores críticos, especialmente no que tange à educação básica. No entanto, a literatura canônica muitas vezes reflete uma visão eurocêntrica e patriarcal, excluindo vozes periféricas e marginalizadas (MACEDO, 2021). Diante disso, torna-se urgente discutir o papel da leitura decolonial, particularmente de autoras como Conceição Evaristo, para fomentar uma formação crítica que se oponha a estruturas opressivas.

A leitura decolonial, nesse viés, visa não apenas à compreensão crítica do texto literário, mas também à construção de uma nova perspectiva que valorize as narrativas de resistência e de enfrentamento ao racismo e ao patriarcado. Em sintonia com o pensamento de Cosson (2009), a leitura literária no ambiente escolar deve ultrapassar a simples decodificação de signos linguísticos, promovendo a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel social. Lugones (2020), por sua vez, argumenta que a colonialidade de gênero é uma estrutura profundamente enraizada na sociedade, que pode ser desafiada por meio de práticas transgressoras, como a literatura.

Com base nisso, este trabalho aborda a importância da leitura decolonial de Conceição Evaristo na formação crítica de leitores no Ensino Médio, com ênfase na desconstrução do cânone literário tradicional e no debate sobre violência racial e de gênero. A partir do estudo de teóricos como Cosson (2009), Saffioti (2004) e Lugones (2020), a pesquisa explora a obra “Olhos d’água”, especialmente o conto “Maria”, para analisar como a literatura pode ser uma ferramenta pedagógica transformadora no contexto do Ensino Médio, permitindo a reflexão sobre questões de violência racial e de gênero.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, envolvendo a realização de uma oficina de leitura literária com estudantes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio de um *campus* do IFCE, cuja análise revelou o protagonismo dos/as alunos/as em reflexões sobre as opressões vivenciadas no conto de Evaristo. Os resultados mostram que a leitura decolonial é uma estratégia eficaz para fomentar a crítica social e promover o ensino-aprendizagem emancipatório, ressaltando o papel da literatura como um meio de debater questões como o racismo e o patriarcado na Educação Básica. Ao final, conclui-se que a leitura crítica de obras de Evaristo é fundamental para promover a formação de sujeitos mais conscientes e engajados socialmente.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Conceição Evaristo, escritora e intelectual brasileira, é uma das principais vozes da literatura contemporânea que denuncia as intersecções entre raça, gênero e classe no Brasil. Em sua obra, as personagens femininas frequentemente enfrentam situações de opressão e violência que refletem a realidade de muitas mulheres negras na sociedade brasileira. No conto “Maria”, Evaristo revela as múltiplas camadas de violência vividas por mulheres negras, trazendo à tona questões como o racismo, o sexismo e a marginalização social.

A leitura decolonial é um instrumento que desloca as práticas tradicionais de leitura, valorizando narrativas que destacam experiências de grupos historicamente silenciados. Lugones (2020) introduz o conceito de colonialidade de gênero, destacando como a dominação colonial impôs categorias que perpetuam a opressão sobre mulheres não brancas. Nesse contexto, obras como as de Evaristo constituem um ato de

desobediência epistêmica, pois rompem com hierarquias e silenciamentos impostos pelo cânone literário dominante.

No campo da educação literária, a leitura crítica é vista como uma ferramenta essencial para a formação de sujeitos capazes de compreender e questionar as relações de poder presentes nas narrativas. Cosson (2009) argumenta que a leitura literária deve ser entendida como uma prática social que permite aos leitores posicionarem-se criticamente diante de sua realidade. Essa ideia de uma pedagogia crítica da leitura é ampliada por Lugones (2020), ao introduzir a noção de "colonialidade de gênero". Lugones argumenta que a dominação colonial não se manifestou apenas através da exploração econômica e racial, mas também através da imposição de categorias de gênero que reificaram a opressão sobre as mulheres não brancas. Essa perspectiva decolonial propõe que a leitura de obras de autoras como Evaristo seja uma forma de desobediência epistêmica, na medida em que se recusa a aceitar as hierarquias e os silenciamentos impostos pelas narrativas dominantes. Nas palavras de Ribeiro (2018, p. 27),

É imprescindível que se leia autoras negras, respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes e geografias da razão. É um convite para um mundo no qual diferenças não signifiquem desigualdades. Um mundo onde existam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação (RIBEIRO, 2018, p. 27).

Associando-se a essa perspectiva, a literatura de Conceição Evaristo amplia as possibilidades de reflexão, ao oferecer uma literatura decolonial que desafia as tradições eurocêntricas. Logo, pode-se perceber que a literatura pode atuar como uma prática de resistência, desconstruindo as naturalizações de gênero e raça e abrindo espaço para novas formas de existência e subjetividade.

Ainda no campo dos estudos de gênero e violência, a teórica Heleieth Saffioti (1984) apresenta uma análise das estruturas patriarcais que mantêm a subordinação das mulheres e como essas se articulam com as dinâmicas de classe e raça. Segundo Saffioti, o poder masculino é exercido de maneira violenta e estrutural, sendo necessário expor e debater essas formas de violência para que elas possam ser combatidas. No conto "Maria", de Conceição Evaristo, a violência sofrida pela protagonista reflete precisamente essas interseccionalidades: Maria é uma mulher negra, pobre, e sua experiência de opressão é atravessada tanto pelo racismo quanto pelo sexismo. Essa abordagem crítica do texto



literário permite que os estudantes não apenas identifiquem essas formas de violência, mas também compreendam como elas estão presentes em suas próprias realidades.

Com base nisso, na tessitura do conto “Maria”, essas dinâmicas são evidentes, permitindo que estudantes compreendam as interseccionalidades que moldam as experiências de opressão. Esse reconhecimento contribui para a desconstrução de naturalizações sociais que perpetuam desigualdades. A leitura de obras como as de Conceição Evaristo promove uma ruptura com o conceito tradicional de cânone literário, que historicamente privilegiou autores europeus e homens brancos.

Consoante Cosson (2020), é por meio do letramento literário que o/a aluno/a é visto como “principal agente do processo pedagógico”, (COSSON, 2020, p. 191), e não como um mero reprodutor do conhecimento. Nessa perspectiva, ao expandir o repertório de leitura dos estudantes para incluir vozes como a de Evaristo, o professor oferece um espaço de construção de uma nova subjetividade crítica. Esse processo de leitura é transformador porque permite que os estudantes se reconheçam nas histórias, especialmente aqueles que, como as personagens de Evaristo, fazem parte de grupos historicamente marginalizados. A presença de narrativas que exploram o racismo e a violência de gênero na sala de aula abre caminho para discussões que vão além do texto literário, permitindo aos/as alunos/as desenvolver uma consciência crítica em relação à sociedade em que vivem.

Além disso, a leitura literária de obras de autoras como Conceição Evaristo pode ser entendida como um ato de empoderamento, tanto para estudantes quanto para docentes. O ato de ler e interpretar narrativas de mulheres negras, que trazem à tona suas vivências e resistências, contribui para a ressignificação da experiência leitora, transformando-a em uma prática de engajamento social. Como sugere Hooks (2017), a educação crítica se realiza quando o processo de ensino-aprendizagem fomenta o engajamento ativo dos estudantes e os convida a questionar e refletir sobre sua realidade. Através da leitura decolonial, os estudantes são incentivados a serem não apenas consumidores passivos de textos, mas sujeitos ativos na construção de sentidos e críticas.

Por fim, o referencial teórico aqui discutido reforça que a leitura literária no contexto escolar, especialmente de obras que desafiam o status quo, como as de Conceição Evaristo, tem o potencial de gerar rupturas significativas no processo de ensino-aprendizagem. A crítica ao cânone, associada à incorporação de narrativas de resistência, possibilita um ambiente de aprendizagem onde os estudantes podem desenvolver uma

compreensão mais profunda das dinâmicas sociais de opressão. Assim, o ensino de literatura não se limita ao texto, mas se expande para o campo das práticas de liberdade, conforme proposto por Paulo Freire (1987), criando um espaço no qual a educação se torna uma ferramenta para a transformação social e a emancipação dos sujeitos.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

De modo geral, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, envolvendo a realização de uma oficina de leitura literária com estudantes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFCE *campus* Tabuleiro do Norte. A oficina foi realizada no ano de 2023 com turmas do 3º ano do ensino médio e teve como objetivo explorar o conto “Maria”, utilizando-o como ponto de partida para discussões sobre violência de gênero e racial. A partir dessa proposta, foi possível observar o protagonismo dos/as estudantes na interpretação e na produção de textos críticos e artísticos, refletindo sobre as questões apresentadas na obra.

A análise das produções dos/as estudantes revelou uma compreensão profunda das violências denunciadas por Conceição Evaristo, bem como a capacidade de transpor tais discussões para a realidade cotidiana. O uso da metodologia qualitativa permitiu um olhar mais atento ao processo de construção de sentido pelos/as alunos/as, enfatizando suas perspectivas e protagonismo no processo de aprendizagem.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

Os resultados da oficina indicam que a literatura pode ser uma ferramenta poderosa no processo de formação crítica de leitores. O conto “Maria” foi utilizado como uma forma de introduzir discussões sobre violência de gênero, racismo e as dificuldades enfrentadas por mulheres negras no Brasil. Os/as estudantes demonstraram grande envolvimento nas discussões, trazendo reflexões pessoais e questionando as estruturas sociais opressivas.

Além disso, as produções artísticas e textuais criadas pelos/as estudantes refletem uma compreensão crítica das problemáticas abordadas, evidenciando como a literatura pode ser utilizada como meio de reflexão e contestação. A violência de gênero e racial, temáticas centrais no conto de Evaristo, foram discutidas a partir de uma perspectiva

interseccional, considerando as múltiplas camadas de opressão que afetam as personagens.

Este estudo corrobora as discussões de Cosson (2009) sobre a leitura literária como prática social, enfatizando a importância de uma pedagogia que vá além da mera interpretação de texto e que valorize a formação de sujeitos críticos e engajados. Ao utilizar a obra de Conceição Evaristo, foi possível oferecer aos/às estudantes a oportunidade de se reconhecerem nas histórias lidas, o que potencializa o impacto da leitura literária como ferramenta de transformação social.

Após a oficina, houve um debate sobre o conto e, em seguida, os/as estudantes escreveram textos, em sua maioria poesias e desenhos, a partir da reflexão evocada pela leitura e discussão do conto. A seguir, temos a criação de três poesias feitas pelos/as alunos/as.

Sob a pele,  
carrego o fardo de uma cor que o mundo finge não ver,  
mas sente, atira, condena.  
Os meus passos ecoam,  
cada rua se transforma em sentença,  
onde o racismo é lei não escrita,  
mas gravada em cada olhar desviado.  
Nossos antepassados sussurram nas veias,  
gritando em silêncio o que o tempo tenta apagar.  
Suas lutas são as nossas,  
seu sangue ainda corre nas vielas,  
nas favelas,  
onde o medo veste o rosto de quem sobrevive.  
A história, feita de correntes e chicotes,  
não se foi com os navios negreiros.  
Ela ressurgue nas esquinas,  
nas mãos que apertam gatilhos,  
no racismo que disfarça,  
mas nunca desaparece.  
Negra é a vida que teima em brotar,  
mesmo em solo de ódio e negação.  
E mesmo que a bala encontre meu corpo,  
minha voz resistirá,  
pois o racismo não cala a força  
que nasce de séculos de opressão.  
(ALUNA 1 - 2º ano do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio)

Maria esperava no ponto,  
o peso da sacola marcava suas mãos,  
frutas e restos de um banquete alheio,  
enquanto a vida continuava dura,  
com três filhos para criar,  
e uma saudade cravada no peito.

Quando o ônibus chegou,  
ela subiu cansada,  
lembranças de um amor ausente,  
do homem que foi, que nunca ficou.  
Mas ali estava ele,  
na frente, com uma arma na mão,  
o pai de seu primeiro menino,  
e o medo que se transformava em dor.  
O silêncio pesava no ar,  
não pela ameaça do assalto,  
mas pelo terror da vida.  
Os gritos vieram de trás,  
um julgamento rápido e cruel:  
"Negra safada, cúmplice dos ladrões!"  
As vozes não conheciam Maria,  
mas conheciam sua pele,  
seu corpo, sua cor.  
Ela não tinha ouro,  
não tinha alianças,  
somente um corte profundo nas mãos,  
feito por uma faca que corta até a vida.  
O primeiro tapa veio como sentença,  
o linchamento como punição.  
Seu corpo negro, alvo de ódio,  
dilacerado sem piedade,  
pisoteado por mãos que nunca a tocaram,  
mas que carregavam o peso  
de séculos de violência e racismo.  
A sacola se abriu,  
as frutas rolavam pelo chão,  
misturadas com o sangue de Maria.  
E enquanto a vida a deixava,  
ela ainda se perguntava,  
com doçura no peito:  
"Será que os meninos gostam de melão?"  
O ônibus esvaziou,  
e Maria não chegou a tempo  
de dizer ao filho  
que o pai mandou um abraço,  
um beijo,  
um carinho.

(ALUNA 2 - 2º ano do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio)

Maria, cansada,  
sacolas pesadas,  
restos de festa e sonhos quebrados.  
No ônibus, o amor ausente,  
arma em punho,  
e o medo da vida crescendo.  
"Negra safada!" gritaram,  
não conheciam seu nome,  
só a pele marcada,  
o corpo julgado.

Tapa, linchamento,  
seu sangue e frutas no chão,  
tudo dilacerado,  
por uma faca que corta até a vida.  
Ainda pensava nos filhos:  
"Será que gostam de melão?"

(ALUNO 1 - 2º ano do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio)

Diante do exposto, a oficina de leitura revelou que a literatura pode ser uma ferramenta eficaz para fomentar a formação crítica de jovens. O conto "Maria" possibilitou a introdução de discussões sobre racismo e violência de gênero, promovendo reflexões significativas entre os/as estudantes. Os/as alunos/as participaram ativamente das discussões, relacionando a narrativa às estruturas sociais que vivenciam e produzindo textos artísticos que expressaram suas interpretações.

Os textos criados pelos/as estudantes demonstraram uma compreensão profunda das problemáticas abordadas na obra de Evaristo. A violência retratada em "Maria" foi discutida sob uma perspectiva interseccional, evidenciando as múltiplas camadas de opressão vivenciadas pelas personagens. Esses resultados confirmam a relevância da leitura literária como uma prática que extrapola a interpretação textual e promove o engajamento social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise do conto "Maria" e da realização da oficina de leitura literária, ficou evidente que a literatura decolonial de Conceição Evaristo pode desempenhar um papel fundamental na formação crítica de leitores no Ensino Médio. Ao abordar questões como a violência racial e de gênero, a obra de Evaristo oferece uma oportunidade única para que os/as estudantes reflitam sobre sua realidade e se posicionem criticamente em relação às injustiças sociais.

Os resultados obtidos indicam que a leitura literária pode ser uma estratégia eficaz no desenvolvimento de uma consciência crítica e emancipatória entre os/as jovens, contribuindo para a construção de um ensino-aprendizagem mais inclusivo e reflexivo. Assim, é fundamental que práticas pedagógicas que incorporem a leitura decolonial sejam incentivadas e promovidas nas escolas, a fim de que mais estudantes tenham acesso a vozes e narrativas que historicamente foram marginalizadas.

## **REFERÊNCIAS**

- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. 2011. p. 171-193.
- COSSON, R. **Ler, ensinar e aprender literatura**: prática e ensino na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2009.
- COSSON, R. **Paradigmas do ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 2020.
- EVARISTO, C. **Olhos d'água**. São Paulo: Pallas, 2016.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Ana Luiza Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- LUGONES, M. **Colonialidade e gênero**: rumo a um feminismo descolonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MACEDO, M. S. A. N. **A função da literatura na escola**: resistência, mediação e formação leitora. São Paulo: Parábola, 2021.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.



**Capítulo 11**

**POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ E PROFISSIONAIS DA  
SAÚDE: CAPACITAÇÃO E RELATO DE EXPERIÊNCIA**

*Joana Alvares*

*Sandra Adelina Giacomini*

*Luan Anderson Dalmas*

*Igor Bidigaray*

*Eduarda Bassolli*

*Anna Júlia de Rossi*

## **POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ E PROFISSIONAIS DA SAÚDE: CAPACITAÇÃO E RELATO DE EXPERIÊNCIA**

### ***Joana Alvares***

*Psicóloga, Doutoranda em Psicologia Clínica, Docente do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS, Coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero - GREG FSG BG, contato:  
joana.alvares@fsg.edu.br*

### ***Sandra Adelina Giacomini***

*Psicóloga, Mestre, Docente do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS,  
Coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero - GREG FSG BG*

### ***Luan Anderson Dalmas***

*Acadêmico do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS e integrante do Grupo de  
Estudos de Gênero - GREG FSG BG*

### ***Igor Bidigaray***

*Acadêmico do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS e integrante do Grupo de  
Estudos de Gênero - GREG FSG BG*

### ***Eduarda Bassolli***

*Acadêmico do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS e integrante do Grupo de  
Estudos de Gênero - GREG FSG BG*

### ***Anna Júlia de Rossi***

*Acadêmico do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS e integrante do Grupo de  
Estudos de Gênero - GREG FSG BG*



## **RESUMO**

A despeito da Nota Técnica nº 18/2014 do Ministério da Saúde, que prevê a obrigatoriedade do profissional da saúde em conhecer as características e demandas do público atendido, nota-se o pouco preparo ou falta de conhecimento desses profissionais no atendimento a pessoas LGBTQIAPN+. A desinformação por parte das equipes de saúde mental acerca do cuidado e atendimento às pessoas LGBTQIAPN+ compromete a saúde e gera afastamento dos serviços de saúde, pois esse grupo não se sente acolhido e respeitado, e tem medo de sofrer violências. Esse trabalho se propõe a relatar a experiência de uma capacitação realizada pelo GREG (Grupo de Estudos de Gênero) a profissionais de saúde mental de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS – tipo II), para qualificar o atendimento e o acolhimento da equipe multidisciplinar acerca das diversidades sexuais e de gênero. Percebeu-se certo desconhecimento por parte dos profissionais o que acaba por gerar resistências e “pré-conceitos”, fatores que influenciam nos cuidados em saúde. Essa capacitação contribuiu para adequar o atendimento dessa comunidade nos serviços de saúde, através da atualização de conhecimentos e reflexão por parte dos profissionais.

**Palavras-chave:** Minorias sexuais e de gênero, Serviços de saúde mental, Capacitação profissional.

## **ABSTRACT**

Despite the Technical Note No. 18/2014 from the Ministry of Health, which establishes the obligation of health professionals to know the characteristics and demands of the public served, the lack of preparation of these professionals in caring for LGBTQIAPN+ people is noted. Misinformation on the part of mental health teams about care and support for LGBTQIAPN+ people compromises their health and leads to withdrawal from health services, as this group does not feel welcomed and respected, and is afraid of suffering violence. This work aims to report the experience of a training carried out by GREG (Gender Studies Group) for mental health professionals from a Psychosocial Care Center (CAPS – type II), to qualify the care and reception of the multidisciplinary team regarding sexual and gender diversities. Was noted a lack of knowledge on the part of professionals, as well as resistance and "preconceptions", factors that influence health care. This training contributed to adapting the care of this community in health services, through updating knowledge and reflection on the part of professionals.

**Keywords:** Sexual and gender minorities, mental health services, professional training.

## **INTRODUÇÃO**

A falta de informação por parte dos profissionais da saúde mental acerca do cuidado e atendimento com a população LGBTQIAPN+ tem sido cada vez mais pesquisada

e evidenciada nos relatos dessa comunidade. Com base na literatura, o cuidado ofertado pelos profissionais da saúde não atende de forma eficaz às demandas e especificidades dessa população, o que compromete a saúde e gera afastamento dos serviços de saúde (De Freitas et al., 2023).

Há dados que chamam a atenção a respeito do movimento de esvaziamento dos serviços de saúde por parte da comunidade LGBTQ+, sendo que 47% dessas pessoas relata ter evadido ou desistido de atendimentos de saúde em geral pelo fato de não se sentirem acolhidas e respeitadas, e 40% das pessoas que buscam os serviços de saúde não revelam sua orientação sexual ou identidade de gênero por medo de sofrer violências e discriminações por parte dos profissionais (COQUAL – Diversidade, Equidade e Inclusão, 2021-2022). Desde a 13ª Conferência Nacional de Saúde, em 2007, a orientação sexual e a identidade de gênero são reconhecidas como determinantes sociais em saúde, sendo que a sensibilização dos profissionais a respeito dos direitos de pessoas gênero-diversas e a inclusão da livre expressão sexual na política de educação permanente dos serviços do SUS passa a ser uma de suas recomendações (Brasil, 2008), objetivando a eliminação da discriminação e do preconceito e a oferta de um cuidado integral dentro desses espaços.

Não obstante, diversos trabalhos acadêmicos (Silva, Aleluia & Silveira, 2023; West et al., 2024; Barbosa et al., 2024) demonstram a prevalência do desconhecimento das equipes de saúde a respeito das necessidades dessa população. Essa problemática se apresenta também nos serviços de saúde mental, na carência de estudos na área e no descaso para com as pessoas gênero-diversas e preconceitos enraizados na cultura assistencial (Silva et al, 2024).

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Os avanços sociais relacionados à ampliação e garantia de direitos de pessoas LGBTQ+ foram acompanhados, com alguns obstáculos, por mudanças em diversas ciências e áreas do conhecimento. Como exemplo, pode-se citar a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instituída pelo Ministério da Saúde através da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, um marco histórico que reconhece que essas pessoas estão inseridas em um processo complexo de estigmatização e exclusão. A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de

sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e demais variações de orientações e identidades.

Outro fato significativo foi a inclusão do campo “orientação sexual” na Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE de 2019, estudo que revelou que, das 159,2 milhões de pessoas maiores de 18 anos no Brasil, 94,8% se declarou como heterossexual; 1,2%, como homossexual; 0,7%, como bissexual; e 0,1% declarou outra orientação sexual (IBGE, 2022). Considera-se que esse número de pessoas que divergem da norma binária de identidade de gênero e prática afetivo-sexual não condiz com a realidade, devido ao medo e insegurança de se declarar LGBTQ+ na sociedade brasileira, sentimentos decorrentes do preconceito e violências.

O processo de discriminação produz alguns fatores de vulnerabilidade que violam os direitos humanos e, devido às questões culturais advindas do padrão cis heteronormativo, faz com que serviços de atenção à saúde não atendam às necessidades específicas da população LGBTQ+ (Sousa, Abrão, Costa e Ferreira, 2009). Muitas vezes, nos serviços de atenção à saúde, há dificuldades em atender à pessoa que não se adequa ao padrão heteronormativo e binário que Gayle Rubin (1973) chama de sistema sexo/gênero, e (re)produção do processo de violência contra minorias sociais explicado por Gaspodini e Jesus (2020), que consiste na crença de superioridade do grupo cis hetero, práticas de invisibilização e estigmatização do grupo divergente e violência extrema perpetrada contra esse grupo.

Esse sistema violento produz impactos na saúde mental de pessoas LGBTQ+, provocando maior sofrimento, sentimentos de inferioridade, rejeição e medo, riscos à saúde como abuso de substâncias e comportamento suicida (Rede Feminista de Saúde, 2006; Nunan, 2004). Os profissionais da saúde que atendem sujeitos gênero-diversos precisam considerar e reconhecer a condição de vulnerabilidade dessas pessoas, oferecendo um suporte adequado que promova cuidado integral e duradouro (Lionço, 2008). Cardoso e Ferro (2012) ressaltam que profissionais da saúde devem refletir sobre a linguagem que utilizam com o público atendido, não assumindo de antemão a cis heterossexualidade como algo natural e normal, porém adotando uma postura inclusiva, de escuta e validação do sofrimento.

Nesse sentido, Santos (2022) ressalta a importância de capacitar os profissionais para o cuidado em saúde mental dessa parcela socialmente marginalizada, abordando

temas como o respeito ao nome social, reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, redução de situações preconceituosas, desmistificação de estereótipos e atualização de referenciais. De acordo com essa realidade, alguns trabalhadores se mobilizaram para solicitar à comunidade acadêmica um momento de aperfeiçoamento, visando aumentar a equidade na oferta de cuidados em saúde mental.

Desta forma, este trabalho objetiva relatar a experiência de uma capacitação realizada pelo GREG - Grupo de Estudos de Gênero, de uma Faculdade localizada na Serra Gaúcha - RS, à profissionais de saúde mental de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS - tipo II) no ano de 2023, com a finalidade de qualificar o atendimento e o acolhimento da equipe multidisciplinar acerca das diversidades sexuais e de gênero.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um relato de experiência acerca de uma capacitação realizada no contexto de saúde mental com profissionais da saúde de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS - Tipo II) de um município da Serra Gaúcha no ano de 2023. Relatos de experiência podem ser entendidos como narrativas escritas que descrevem vivências e experiências no âmbito acadêmico e profissional, contribuindo para o avanço do conhecimento em um campo científico. Esses relatos, articulados com a literatura, ampliam a dimensão discursiva das práticas e da atuação profissional, especialmente na área da Psicologia (Grollmus & Tarrés, 2015).

Esta ação está vinculada às atividades do Grupo de Estudos sobre Gênero - GREG, que atua como um grupo multidisciplinar, composto por docentes e discentes da instituição. Assume o caráter de grupo de pesquisa e estudo, que procura realizar atividades dialógicas com a comunidade, buscando contribuir com a igualdade de direitos e com o respeito à diversidade, além de ter por objetivo principal agregar pessoas interessadas em torno de uma reflexão crítica sobre estudos de gênero.

Participaram dessa capacitação 15 profissionais da saúde mental, entre eles psicólogos e estagiários de Psicologia, enfermeiros, médicos psiquiatras e assistentes sociais, e 5 assistentes administrativos do serviço. A proposta da ação se deu através da procura de alguns profissionais que identificavam defasagem de conhecimento nos atendimentos por parte dos funcionários do serviço de saúde.

Assim, as atividades interventivas desenvolvidas pelo grupo foram realizadas nas dependências da instituição, em datas e horários anteriormente combinados com a coordenação do serviço, sendo que se dividiram em dois encontros com duração prevista de duas horas. Com relação aos mediadores da intervenção, os encontros foram coordenados por uma docente do curso de Psicologia, Psicóloga de formação e cinco acadêmicos do mesmo curso em estágios distintos de formação e integrantes do GREG. Ressalta-se ainda que os integrantes do grupo estudaram e foram capacitados a atuar em tais abordagens, e os alunos foram assistidos por supervisão e orientação pela docente que os acompanhava na intervenção e pela outra professora coordenadora do grupo, igualmente.

Foram utilizados materiais visuais, como uma apresentação em slide e um folder desenvolvido pelo grupo com a explicação da sigla LGBTQ+, além de casos clínicos e dinâmicas reflexivas. Ambos os encontros tiveram como finalidade o desenvolvimento de conhecimento por parte dos profissionais sobre as diversidades das formas dos sujeitos de se compreenderem e se relacionarem e sobre as especificidades no atendimento dessa população, ampliando e qualificando o atendimento e acolhimento da equipe multidisciplinar de saúde mental acerca da diversidade sexual e de gênero.

Dessa forma, no primeiro encontro realizou-se a apresentação do grupo e de seus integrantes, bem como a interação inicial com os participantes da capacitação. As temáticas trabalhadas foram as diferenças entre identidade de gênero e orientação afetivo-sexual, a sigla LGBTQIAPN+ e as implicações do acolhimento e atendimento às diversidades. Com relação a esse último tema, utilizou-se de uma dinâmica na qual os participantes da capacitação desenhavam uma pessoa com características diferentes, como cabeça grande, braços compridos e mãos pequenas, corpo peludo e olho na testa, no sentido de poder debater e perceber que as pessoas são únicas e com experiências diferentes. Integrou-se a discussão e partilha das percepções dos desenhos a casos clínicos retirados de livros ou criados pelo grupo, questionando os profissionais sobre como seria acolher e atender aquele sujeito.

E, no último encontro, as temáticas trabalhadas foram uma apresentação acerca do perfil da população LGBTQ+ no contexto regional e nacional no que tange aos fatores de saúde mental, além de seguir a discussão sobre a importância de um atendimento digno, acolhedor, ético e assertivo por parte dos profissionais a essa população. Novas dinâmicas

com casos foram aplicadas no grupo de profissionais no sentido de estimular a discussão e reflexão sobre sua prática em cuidado e saúde mental.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os encontros da capacitação foram realizados nas dependências do serviço de saúde mental do município, contando com a presença da equipe multiprofissional que atua na rede. Através das queixas e demandas repassados pela equipe, percebe-se uma desinformação e desconhecimento por parte dos profissionais que atendem a população gênero-diversa e suas especificidades, além de resistências e “pre-conceitos”.

Corroborando ao que De Oliveria et al. (2022) colocam, os problemas enfrentados pela comunidade LGBTQ+ nos cuidados em saúde muitas vezes são pautados em função da falha no acesso à informação e na falta de qualificação do atendimento por profissionais. Essa ausência pode ser notada desde a formação acadêmica, que tem uma grande lacuna em relação ao atendimento de pessoas gênero-diversas e na falta da formação continuada e capacitações com os servidores das redes de assistência social e de saúde.

Segundo o Ministério da Saúde, em especial na Nota Técnica nº 18/2014 (Brasil, 2013-2014), é de obrigatoriedade do profissional da saúde conhecer as características do público atendido e as diferentes necessidades que essas pessoas apresentam, visto que a comunidade LGBTQ+ vivencia processos de exclusão devido à discriminação em diversos contextos, incluindo os ambientes de saúde. E o Plano Nacional de Saúde 2024-2027 (Brasil, 2024) garante o acesso a saúde integral de populações em maior vulnerabilidade, prevendo estratégias para a promoção de saúde para a comunidade LGBTQ+:

Visam afastar a discriminação e o preconceito no sistema de saúde, promover o acesso aos serviços de saúde que atendam às necessidades dessa população, promover a aperfeiçoamento dos profissionais da atenção primária para o atendimento sensível à diversidade de gênero e orientação sexual, ampliar a oferta de ações de prevenção e promoção da saúde e desenvolver pesquisas e estudos epidemiológicos sobre a saúde LGBTQIAPN+ (Brasil, 2024, p. 59).

No decorrer da capacitação, pode-se perceber uma participação da maioria dos profissionais que buscavam entender mais sobre a comunidade LGBTQ+ e diversidade de gênero, demonstrando interesse em participar das discussões, sanando dúvidas e compartilhando de suas realidades de trabalho e manejo com usuários LGBTQ+.

Entretanto, notou-se uma indiferença e desinteresse de alguns profissionais presentes, percebido pela utilização em excesso de dispositivos eletrônicos durante as falas e apresentações, bem como uma resistência para participar das dinâmicas e discussões de casos.

No que tange a esse antagonismo, em um momento inicial, uma das participantes questiona: *“Porque sou obrigada a entender sobre um assunto que não é do meu interesse? Eu não concordo da forma como essas pessoas são!”* Rapidamente alguns colegas se mobilizam para responder a essa interrogação, apresentando indignação e revolta pela expressão sem crítica da colega. Os mediadores, por sua vez, responderam de forma a manejar a diferença existente entre as pessoas, independente da sua orientação sexual ou identidade de gênero, sendo que a sua conduta, especialmente no ambiente de trabalho público, é de ser atenciosa e respeitosa a todos os frequentadores daquele local.

Paulino, Raser e Teixeira (2019), em seu estudo, investigaram os discursos sobre o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde para a população LGBTQ+ entre 15 profissionais médicos vinculados à Estratégia de Saúde da Família (ESF). Os autores organizam suas análises em três categorias principais: a) o “discurso da não diferença”, que busca uma aparente igualdade por parte dos profissionais ao minimizar as diferenças; b) o “discurso do não saber”, que reflete a falta de conhecimento sobre as demandas específicas da população LGBTQ+; e c) o “discurso do não querer”, no qual os profissionais consideram inexistentes necessidades de saúde peculiares a essa população. Esses discursos, conforme apontam, “contribuem para o silenciamento das questões relacionadas à saúde da população LGBTQ+, distanciando-a do cuidado integral, equitativo e universal” (Paulino, Raser e Teixeira, 2019, p. 12). Dessa forma, entende-se que é essencial transformar as práticas dos profissionais de saúde em relação à população gênero-diversa, já que as redes públicas ainda enfrentam desafios culturais influenciados pela norma heterossexual (Paranhos, Willerding e Lapolli, 2021).

Com relação à dinâmica elaborada para os profissionais, foi entregue uma folha de ofício em branco e proposto que desenhassem uma pessoa com características diferentes, como cabeça grande, braços compridos e mãos pequenas, corpo peludo e olho na testa. Após esse momento, foram recolhidos os desenhos, explanados os assuntos programados para o encontro e ao final, foi entregue um desenho para cada dupla juntamente com um caso clínico para que pudessem refletir como seria atender e acolher aquela pessoa.

Alguns casos clínicos utilizados foram:

*“Sou lésbica, mulher cis, negra e tenho 25 anos de idade. Ela (a enfermeira) falava que eu tinha que passar por essa fase, que eu tinha que construir família, que eu tinha que sair mais com pessoas evangélicas. Ela chegou a dizer que talvez fosse o meu convívio, as pessoas com quem eu estava convivendo que estavam me trazendo isso, que eu tinha que mudar de amigos.”*

*“Sou mulher trans, homossexual, branca e tenho 40 anos de idade. Cheguei no postinho de saúde da minha cidade, e sabe né, ainda não tinha finalizado a mudança nos meus registros, estava lá como Mariana, mas todos os meus documentos ainda eram Joaquim. Ao ser chamada, fui chamada como Joaquim, e todos me olharam de forma estranha, foi uma sensação extremamente constrangedora.”*

A dinâmica gerou diversos debates relacionados aos atendimentos, alguns até trazendo casos parecidos que atendem no serviço. Os casos foram essenciais para uma reflexão acerca da violência vivenciada pela comunidade LGBTQ+ dentro dos espaços de saúde, e formas de acolhimento, escuta e cuidado.

No segundo encontro, utilizou-se falas de pacientes não nomeados, para instigar reflexão sobre a importância de um bom acolhimento e atendimento por parte dos profissionais. Algumas falas utilizadas foram:

*“Quando vou no posto pegar o remédio, eu escolho o melhor horário, aquele que tem menos gente sabe, porque já passei por tanta coisa lá (...) tem uma enfermeira que quando chego e sento na recepção, passa um tempo e ela grita bem alto: - “os gays aidéticos sentem desse lado” – ai tu já viu né, todo mundo olha, uns dão risada (...) ai contei pra uma outra profissional, a da farmácia, ela é acolhedora sabe e aí combinei com ela um horário todo mês pra ir, porque me sentia muito mal.”*

Este relato promoveu um debate, pois uma das profissionais compartilhou com o grupo que uma colega do âmbito da saúde tinha a mesma postura frente a pacientes que são gênero-diversos, constrangendo-os na frente de todos. Este fato corrobora com o que diz Rocha et. al (2019), que a negligência e desconhecimento por parte dos profissionais da saúde relacionados às necessidades da população LGBTQ+ e os aspectos psicossociais trazem prejuízo à população, por impedir um atendimento integral, descumprindo as ações que são previstas pelas políticas de equidade.

Outro fato marcante da capacitação ocorreu quando uma das participantes retomou a teoria freudiana a respeito da homossexualidade como perversão. Essa fala revela que ainda há uma acentuada ênfase nos postulados teóricos criados em séculos anteriores que serviram para explicar os ideais desse momento, e muitas vezes estavam carregados de estereótipos e discursos legitimadores da violência contra algumas



parcelas da população. Muitas dessas teorias caíram em desuso ou foram remodeladas ao longo do tempo, de forma que não servem para explicar a realidade atual.

Diversas falhas no atendimento são causadas pela discriminação social exercida pela equipe de saúde sobre os usuários do sistema. Essa discriminação é cometida não apenas pelos profissionais da saúde em si, mas também por recepcionistas, técnicos administrativos, entre outros. É nítida a necessidade de uma maior orientação a respeito das diversidades sexuais e de gênero, sabendo que o acesso digno à saúde é direito de todos (Rocon et al., 2018).

Vale ressaltar que foi apenas em 1999, na Resolução N° 01/99 (Brasil, 1999) que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) se posicionou a respeito do atendimento às pessoas homossexuais, vetando qualquer tipo de prática discriminatória ou coercitiva em relação à orientação afetivo-sexual. No que se refere a população trans, a orientação só veio a ocorrer 19 anos depois, na resolução N° 01/18 (Brasil, 2018), também reforçando as práticas éticas e sem preconceitos.

Ao longo dos encontros, os profissionais se sentiram confortáveis para sanar suas dúvidas, principalmente sobre como tratar a população sem reproduzir preconceitos. Surgiram diversos questionamentos acerca da sigla, o que cada letra significa e as particularidades de cada orientação sexual e identidade de gênero. Notou-se que muitos profissionais tinham uma certa angústia de não saber atender esse público, afeto que precisa ser considerado, visto que:

É necessário assumir a dificuldade que é lidar com um tema pouco explorado durante a nossa formação. Não é surpresa encontrar graduações que nunca inseriram questões relativas às identidades trans e travestis em suas grades, disciplinas, seminários, estágios, dentre outros âmbitos. É compreensível que os profissionais de psicologia se vejam diante de determinado tipo de desamparo (Favero, 2022, p. 3).

Os questionamentos acerca do atendimento a essa população são inúmeros e causam diversos debates, sendo importante a participação de profissionais de diversas áreas de atuação. Para Favero (2022), o “não saber” como atender pessoas gênero-diversas pode ser a condição número um para fomentar a discussão acerca do fazer psicológico: escutar mais e dizer menos. É necessário fazer as pazes com a angústia daquilo que nos é desconhecido, temê-la até o ponto que não impeça o atendimento adequado e, sobretudo, que siga a ética profissional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Qualificar os serviços de saúde, em especial os de saúde mental, permite que as necessidades da população LGBTQIAPN+ sejam atendidas de forma adequada, humanizada e respeitosa. A compressão sobre a pluralidade de gênero e sexualidade se torna urgente em todos os âmbitos na qual essa comunidade frequente e possa ser assistida, interrompendo assim um processo de vulnerabilidade que leva ao adoecimento mental. É premente o fomento às ações que visem à superação do preconceito e da discriminação, por meio da mudança de valores, baseada no respeito às diferenças,

Torna-se imprescindível que os profissionais da área da saúde tenham maior proximidade com as políticas públicas e com as problemáticas específicas da população gênero-diversa, agindo como agentes de mudança, rompendo com preconceitos e oferecendo a devida assistência para garantir a saúde integral desses indivíduos (Brasil, 2013-2014). Faz-se necessário a inclusão de ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde sobre as temáticas referentes à saúde LGBTQ+.

Conclui-se assim, que tal atividade e experiência compartilhada neste trabalho apresentou-se como de extrema relevância ao cenário atual proporcionando conhecimento, acesso à informação e reflexão sobre serviços de saúde ofertados à população LGBTQIAPN+. Destacando a importância de identificar lacunas, barreiras e potencialidades relacionadas ao tema, possibilitando reflexão sobre a necessidade de transformações culturais e sociais diante dos desafios enfrentados pela população gênero-diversa, além de apontar caminhos para a promoção do bem-estar e para a busca de equidade nos cuidados de saúde mental. Nesse contexto, enfatizando-se a importância do desenvolvimento de competências específicas entre os profissionais da saúde para atender às demandas dessa população.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Pedro Renan Nascimento; MATOS, Roseane do Socorro da Silva; NUNES, Erica Feio Carneiro; RODRIGUES, Cibele Nazaré Câmara. PERFIL E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, DA REGIÃO DOS CAETÉS, SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 35, p. 1162, 2024. DOI: 10.35919/rbsh.v35.1162. Disponível em: [https://www.rbsh.org.br/revista\\_sbrash/article/view/1162](https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/1162). Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Conselho Federal De Psicologia. **Resolução CFP nº 001/99: estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.** Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em 08 dez. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 1: estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.** Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em 08 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. **Rev. Saúde Pública**, v. 42, n. 3, 570-573, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Z4DnZR38rHxW8bYkgyYSXsm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica nº 18/2014 - Ministério da Saúde: Orienta gestores e operadores do sistema responsável pelo cadastramento de usuários do SUS sobre o preenchimento dos campos nome civil, nome social e sexo.** Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cns/legislacao/nota-tecnica-nome-social-18-2014.pdf/view>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Editora MS, 2013. Disponível em: [https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/387/1/politica\\_saude\\_lesbicas\\_gays\\_bissexuais\\_travestis.pdf](https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/387/1/politica_saude_lesbicas_gays_bissexuais_travestis.pdf). Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Saúde 2024-2027.** Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2024, p.1-288.

CARDOSO, Michele Rodrigues, FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. 3, 552-563, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003>

COQUAL – *Diversity, Equity e Inclusion. Challenging norms: A global analysis of gender at work and health.* Lead Spansor, 2021-2022. Disponível em <https://coqual.org/reports/challenging-norms/> Acesso em: 28 ago. 2023.

DE FREITAS, A. L. et al. Dimensões do cuidado à saúde da população LGBTQIA+ ofertado pelos profissionais de saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. XX, p. 1-14, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAS.eXX.2021>

DE OLIVEIRA, J. R. et al. Desafios da comunidade LGBTQIA+: do acesso à Informação ao Acolhimento nas Unidades de Saúde, numa perspectiva da deficiência na formação acadêmica. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 2, p. 6903-6913, 2022.

Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/46713>. Acesso em: 9 dez. 2024.

DIAS, Ana Carolina Rodrigues. “**Será que vai me atender ou vai me julgar?**” – Ensaios sobre a Política de Saúde para população LGBT e a experiência do projeto “**Consultório LGBT**”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ, 2019. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/27473/Ana%20Carolina%20Rodrigues%20Dias%20-%e2%80%9cSer%20c3%a1%20que%20vai%20me%20atender%20ou%20vai%20me%20julgar%e2%80%9d.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 nov. 2024.

FAVERO, Sofia. “Como atender travestis e pessoas trans?”: (des)cisgenerizando o cuidado em saúde mental. **Cadernos Pagu**, n. 66, p. e226613, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/wv34FdrtmzG3fQTQNmvkJJM/> Acesso em: 7 dez. 2024.

GASPODINI, Ícaro B.; GOMES DE JESUS, Jacqueline. “Heterocentrismo e Ciscentrismo: Crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero”. **Revista Universo Psi Taquara**, v. 1, n. 2, p. 33-51, 2020. Disponível em:

<https://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1371>. Acesso em: 7 dez. 2024.

GROLLMUS, Nicholas S.; TARRÈS, Joan P. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. **Forum Qualitative Social Research**, v. 16, n. 2, mayo 2015. Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs1502243>. Acesso em: 19 nov. 2024.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde: 2019: orientação sexual auto identificada da população adulta** / IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101934>

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais, reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde Soc**, 17(2), 11-21. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/NdCpsvRwnJVYHZhSwRNhnfs/> Acesso em: 19 nov. 2024.

NUNAN, Adriana. Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? **PSICO**, v. 35, n. 1, 69-78, 2004. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-410174>. Acesso em: 17 nov. 2024.

PARANHOS, William R.; WILLERDING, Iara Antunes V.; LAPOLLI, Édis Mafrá. Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 25, e200684, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.200684>

PAULINO, Danilo Borges; RASERA, Emerson Fernando; TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. Discursos sobre o cuidado em saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT) entre médicas(os) da estratégia saúde da família. **Interface (Botucatu)**, v. 23, n. 1, 1-15, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.180279>

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Rede Feminista de Saúde. **Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da equidade e da integralidade**. Belo Horizonte: 2006. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/dossie\\_da\\_saude\\_da\\_mulher\\_lesbica.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/dossie_da_saude_da_mulher_lesbica.pdf). Acesso em: 17 nov. 2024.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; ZAMBONI, Jésio; RODRIGUES, Alexsandro; ROSEIRO, Maria Carolina Fonseca Barbosa. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 22, 43-53, 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/V3t4XwP5dNGDHkcfXSfjDcj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2024.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo**. 1973. Disponível em

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7586284/mod\\_resource/content/1/Rubin%2C%20G.%20Tr%C3%A1fico%20de%20mulheres.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7586284/mod_resource/content/1/Rubin%2C%20G.%20Tr%C3%A1fico%20de%20mulheres.pdf)

SANTOS, Lucas Caires. **Gênero, sexualidade e sofrimento psíquico: tensões entre heteronormatividade e saúde mental no discurso dos profissionais do CAPS II de Vitória da Conquista - BA**. Dissertação (Mestrado), Instituto Multidisciplinar em Saúde, Universidade Federal da Bahia, Vitória da Conquista, 2022. Disponível em:

<https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/example/index/abnt/dissertation>.

SILVA, Luan Layzon Souza; LEITE JUNIOR, Francisco Francinete; NASCIMENTO, Isaac Marlon Vasconcelos do. Saúde mental e o cuidado à população LGBTQIAPN+: orientação sexual e diversidade de gênero como determinantes sociais da saúde. **Revista Sustinere**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 167–190, 2023. DOI: 10.12957/sustinere.2023.55434. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/55434>. Acesso em: 9 dez. 2024.

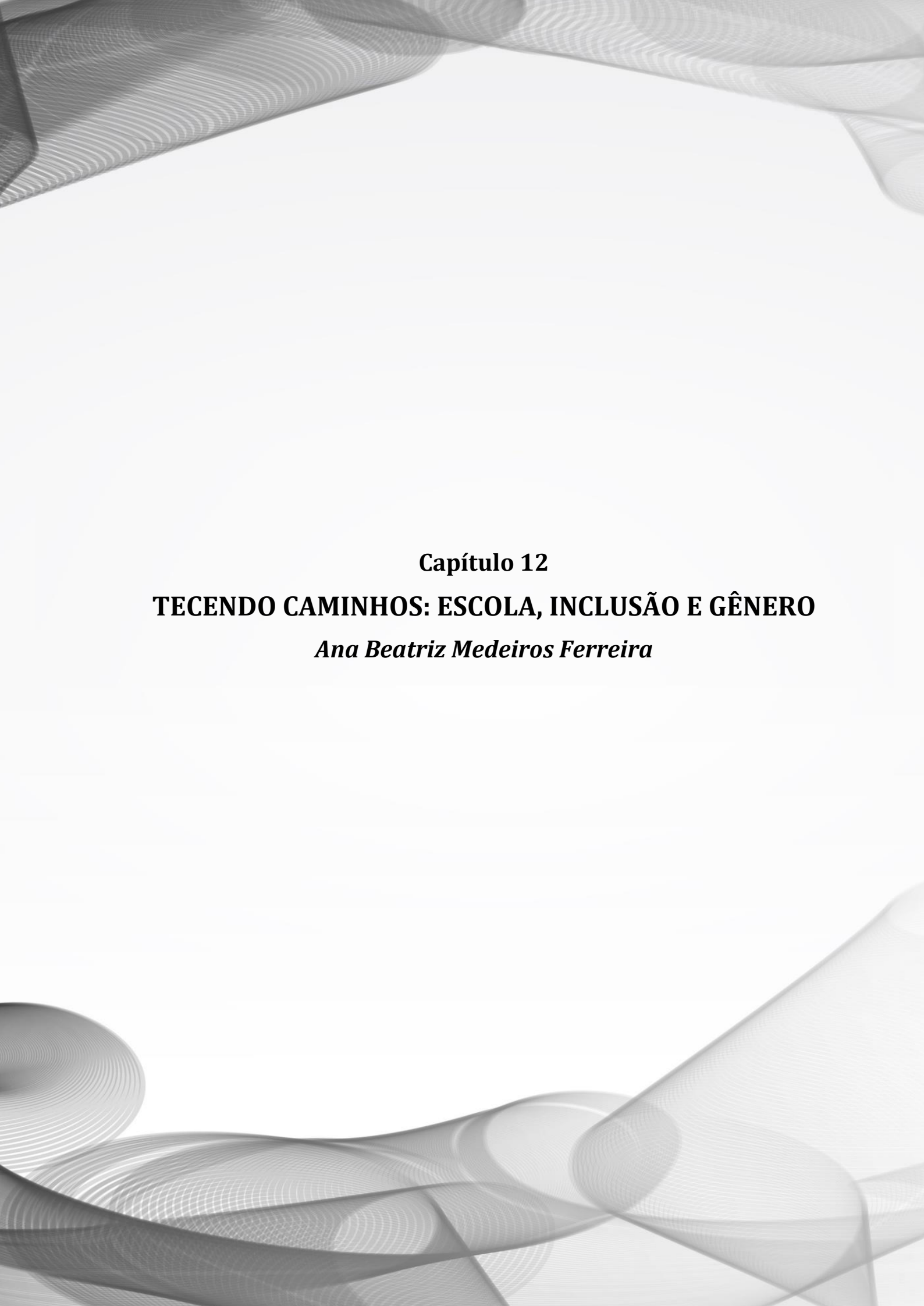
SILVA, Liniker Scolfild Rodrigues da; SILVA, Ronny de Tarso Alves e; MOURA, Dinara Teresa Batista de; DIAS, Viviany de Mesquita Medeiros; ARAÚJO, Natália Fonseca de; ALENCAR, Francisca Silva de. CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ FRENTE À ASSISTÊNCIA À SAÚDE: Mental health care of the LGBTQIAPN+ population in the face of health care. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, [S. l.], v. 16, n. 49, p. 55–77, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/92695>. Acesso em: 9 dez. 2024.

SILVA, R. M. C.; ALELUIA, Ítalo R. S.; SILVEIRA, P. S. PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE AS NECESSIDADES DE SAÚDE NA COMUNIDADE LGBTQIAPN+. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 8, p. 10687–10711, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N8-042. Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1194>. Acesso em: 9 dez. 2024.

SOUSA, Patrícia Juliana de; ABRÃO, Fatima Maria da Silva; COSTA, Aurelio Molina da; FERREIRA, Luís Oscar Cardoso. Humanização no acolhimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais na atenção básica: reflexões bioéticas para enfermagem. **Anais do Segundo Seminário Nacional de diretrizes para enfermagem na atenção básica em saúde, 2º SENABES** Recife, PE: Associação Brasileira de Enfermagem, 2009. Acesso em novembro/2024:  
[http://www.abeneventos.com.br/SENABS/cd\\_anais/pdf/id141r0.pdf](http://www.abeneventos.com.br/SENABS/cd_anais/pdf/id141r0.pdf)

WEST, Milka Gabrielle de Lira Nóbrega et al. Ações de educação permanente da enfermagem frente à homofobia: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 77, p. e20230094, 2024. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/reben/a/zjcCpxZIQVpTTQ3McTBWBJB/?lang=pt#> Acesso em: 17 nov. 2024.



**Capítulo 12**  
**TECENDO CAMINHOS: ESCOLA, INCLUSÃO E GÊNERO**  
*Ana Beatriz Medeiros Ferreira*

## TECENDO CAMINHOS: ESCOLA, INCLUSÃO E GÊNERO

**Ana Beatriz Medeiros Ferreira**

*Professora. Graduada em Pedagogia-FACHO-PE, Especialista em Arte Educação-UFPE-PE;*

*Mestre em Ciências da Educação-UCDB-MS, – UF; Mestre em Ciência da Educação –*

*UNADES-PY; Doutoranda em ciências da educação, UNIDA, PY; ana.beatrix1@gmail. Com*

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar tecendo caminhos: escola, inclusão e gênero. As interrelações com a comunidade escolar e o processo de ter a habilidade em possibilitar experiências com uma diversidade de culturas, estudantes com especificidades de gêneros, cultura essa que possibilitou ao longo do tempo o desenvolvimento da autonomia deles, incentivando o protagonismo juvenil. A conquista dessa autonomia é possível com a emancipação de ideias preconceituosas que ao longo do tempo, a história dissipa aos poucos uma situação de marginalidade, de baixa autoestima, sentir-se diferente, ter a crítica no olhar de alguns, são fatores que podem emanar o gatilho para a exclusão, a pessoal e a emocional, a pessoal está ligada ao abandono da escola, do meio social, levando o indivíduo ao isolamento, a exclusão emocional, está diretamente ligada aos fatores psicológicos, isolamento, depressão entre outros. A equidade a diversidade de gênero, o processo de inclusão. Com a metodologia de pesquisa bibliográfica, teremos uma pesquisa descritiva, qualitativa, onde foram analisados artigos, teses e livros; em sites como google acadêmico; autores que com a contribuição na formação docente, como: Antônio Nòvoa, embasado com a epistemologia humanista de Edgar Morin. Os capítulos procuram situar dois temas relevante, o primeiro explana, a escola e a diversidade de gênero, decorre sobre o papel da escola no processo de acolhimento a diversidade de gênero e o segundo a inclusão no chão da escola; situa o processo de inclusão e a participação de toda comunidade escolar para a promoção dessa realidade. Ao concluir percebe-se que há muito ainda a ser realizado para uma inclusão com plenitude, a formação e a capacitação de toda comunidade escolar se fazem necessário, passos estão sendo dados para que aconteça a equidade, políticas públicas se envolvem promovendo capacitações, palestras para a promoção do respeito a diversidade de gênero.

**Palavras-chave:** Escola, Inclusão, Gênero, Autonomia.



### **ABSTRACT**

This article aims to analyze weaving paths: school, inclusion and gender. The interrelations with the school community and the process of having the ability to enable experiences with a diversity of cultures, students with specific genders, a culture that enabled the development of their autonomy over time, encouraging youth protagonism. The achievement of this autonomy is possible with the emancipation of prejudiced ideas that over time, history gradually dispels a situation of marginality, low self-esteem, feeling different, having criticism in the eyes of some, are factors that can emanate the trigger for exclusion, personal and emotional, personal is linked to abandonment of school, the social environment, leading the individual to isolation, emotional exclusion, is directly linked to psychological factors, isolation, depression among others. Equity, gender diversity, the inclusion process. With the bibliographic research methodology, we will have descriptive, qualitative research, where articles, theses and books were analyzed; on sites like Google Scholar; authors who contributed to teacher training, such as: Antônio Nòvoa, based on the humanist epistemology of Edgar Morin. The chapters seek to situate two relevant themes, the first explains, the school and gender diversity, focuses on the role of the school in the process of welcoming gender diversity and the second, inclusion on the school floor; situates the process of inclusion and the participation of the entire school community to promote this reality. In conclusion, it is clear that there is still a lot to be done for complete inclusion, the training and qualification of the entire school community is necessary, steps are being taken to ensure equity, public policies are involved in promoting training, lectures for promoting respect for gender diversity.

**Keywords:** School, Inclusion, Gender, Autonomy

### **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa tem como objetivo; analisar os caminhos escola, inclusão e gênero. Justifica -se ao estudar as interrelações com a comunidade escolar e o processo de habilidades e competências dos estudantes em possibilitar experiências com a diversidade cultural, gêneros, o desenvolvimento da autonomia, o incentivo do protagonismo juvenil. A conquista da autonomia, a emancipação de ideias preconceituosas. A equidade a diversidade de gênero, o processo de inclusão. Com a metodologia de pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva, qualitativa, foram analisados artigos, teses e livros; em sites como google acadêmico; autores que com a contribuição na formação docente, como: Antônio Nòvoa, embasado com a epistemologia humanista de Edgar Morin. Os capítulos procuram situar dois temas

relevante, o primeiro explana, a escola e a diversidade de gênero, decorre sobre o papel da escola no processo de acolhimento a diversidade de gênero e o segundo a inclusão no chão da escola; situa o processo de inclusão e a participação de toda comunidade escolar para a promoção dessa realidade. Ao concluir percebe-se que há muito ainda a ser realizado para uma inclusão com plenitude, a formação e a capacitação de toda comunidade escolar se fazem necessário, passos estão sendo dados para que aconteça a equidade, políticas públicas se envolvem promovendo capacitações, palestras para a promoção do respeito a diversidade de gênero.

## **METODOLOGIA**

A elaboração da parte metodológica foi através de uma pesquisa bibliográfica. A revisão realizada a partir do levantamento bibliográfico de literatura publicadas. Em uma seleção da literatura de artigos, livros, periódicos e teses publicados na língua portuguesa com a base de dados Scielo e Scholar Google. Na literatura, utilizadas quatro palavras chaves: Escola, Inclusão, Gênero, Autonomia. O referencial com uma abordagem qualitativa, descritiva e uma análise de conteúdo da Laurence Bardin, foram pesquisados artigos, revistas científicas, livros e dissertações. Este artigo tem sua finalidade o objetivo de analisar tecendo caminhos: escola, inclusão e gênero. As interrelações com a comunidade escolar e o processo de ter a habilidade em possibilitar experiências com uma diversidade de culturas, estudantes com especificidades de gêneros, cultura essa que possibilitou ao longo do tempo o desenvolvimento da autonomia, incentivando o protagonismo juvenil. O teórico citado Edgar Morin, o teórico busca situar o leitor em um caminho pelo pensamento da complexidade humana, através reflexões sobre seu livro cabeça bem-feita, pertinente ao tema e alguns autores que corroboraram para a elaboração do presente artigo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **A ESCOLA RESSIGNIFICANDO PARADIGMAS DE INCLUSÃO**

No meio educacional nos deparamos com uma diversidade cultural, político e etnológico; um labirinto de emoções contidas e explosivas em algumas situações. Docentes se deparam com uma realidade de desafios, todos os dias precisam ressignificar

paradigmas que antes tinham como verdade absoluta, se capacitar para saber compreender e exercer sua profissão com destreza.

“As escolas integrais de Pernambuco, tem um diferencial, a avaliação integralizada, que é a avaliação interdimensional, que tem um direcionamento sistemático, baseada em quatro dimensões da pessoa, que é a afetividade, corporeidade, racionalidade e espiritualidade.” (DE PAULA, et al, 2020, p.374)

Ao exercer o seu papel como educador o docente se depara com um processo de inserção de alguns saberes intrínsecos e prévios que termina segregando alguns indivíduos e excluindo outros. Logo que remove o campo prístino, e se coloca, mas humanizado, das interações sociais e relações entre pares evoluem. Porém, precisa passar de campo imaculado, conveniente pois, o ser procura o que não incomoda, o fácil, o proveitoso, para campo de interesse humano. A Educação, construção social de ensino-aprendizagem, encontra meios para a compreensão do campo do conhecimento onde não marginalize o educando, e não se desprender do sentido último: Formar Sujeitos.

“Nenhum sistema educativo, nenhuma pedagogia pode cumprir integralmente sua tarefa se deixar do lado de fora dos muros escolares o corpo. Se a educação física e a educação artística fossem disciplinas centrais nos programas escolares, então, provavelmente, teríamos uma pedagogia a tratar do corpo sensível, corpo expressivo, corpo esportivo. Corpo! Sim, alma e espírito encarnados. É o corpo repleto de emoções, é o ser humano na sua plenitude. Este corpo repleto de significados é um corpo humano que aprende com facilidade a expressar-se no discurso, aprende com facilidade o raciocínio formal, aprende com facilidade a fazer contas, escrever sua história e a conhecer as ciências e as filosofias. É o corpo no mundo. É o corpo vivido. É a expressão mais evidente da complexidade organizacional.” (GAYA, 2006, p. 252)

A Educação, formadora de sujeitos, precisa trabalhar com o universo ao qual estes sujeitos estão inseridos, e possibilitar uma leitura crítica, onde é impossível a leitura neutra, da sociedade. Todas as leituras da sociedade vêm acompanhadas de uma posição do leitor.

“Por meio do currículo, são efetivados os ideais de grupos sociais e políticos da sociedade. O currículo torna-se o eixo central dos sistemas educacionais, à medida que abarca uma carga de desejos, particularidades, reconhecimento, espaços conquistados e diversidade de saberes” (SALDANHA, 2018, p.157)

A introdução de um currículo, se efetiva a interação de saberes compartilhados, mas regionalizados, em uma busca a universalização, de interjeições muitas vezes não

introjetadas e difundidas no meio socioeducacional. Efetivando a disparidade educativa entre localizações.

## **A ESCOLA INCLUSIVA COM DIVERSIDADE DE GÊNEROS**

A diversidade de gêneros sempre esteve presente na comunidade escolar. A situação encontra-se mais explícita porque os meios de comunicações estão mais avançados e encontra mais pessoas com acesso a eles.

“Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Não temo dizer que inexiste validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz”. (FREIRE, 1996, p.11)

O meio educacional não poderia se estagnar entraria em colapso; porque a cultura, a política, a sociedade estão em constante mudança; o ser humano está em contante metamorfose. As cicatrizes intrínsecas, a cultura, o meio de comunicação avançado e ao alcance de todos, determina situações antes não aceita. O espaço do estudante no meio socioeducacional precisa ser salutar, para um desenvolvimento pleno do estudante. Como propiciar esse ambiente educacional salutar? Ora, a resposta está em nós, o desenvolvimento emocional de toda comunidade escolar precisa ser cuidado; antes até mesmo do cognitivo.

Há um segundo princípio de identidade, inseparável, que é: “Eu” continua o mesmo a despeito das modificações internas do “eu” (mudança de caráter, de humor), do “si mesmo” (modificações físicas devidas à idade). De fato, o indivíduo modifica-se somaticamente do nascimento à morte. Todas as suas moléculas são substituídas inúmeras vezes, assim como a maioria de suas células. Há modificações extremas no interior do “eu”, e chegarei a elas. A despeito disso tudo, o sujeito continua o mesmo. Ele diz simplesmente: “Eu era criança”, “Eu estava irado”, mas é sempre o mesmo “Eu”, ao passo que os caracteres exteriores ou físicos do indivíduo se modificam. Aí está o segundo princípio de identidade, esta permanência da autorreferência, apesar das transformações e através das transformações. (MORIN, 2000, p. 121)

Com a pedagogia da presença o professor cuida do estudante, com uma escuta ativa, saber escutar o primeiro passo para um elo de comunicação e vínculo emocional.

“Na visão do relacionamento interpessoal, o protagonismo juvenil, envolve seus pares com empoderamento de uns verdadeiros líderes, em ações da comunidade escolar com seus pares, os estudantes que estão envolvidos no processo passam a exercer também a disponibilidade de encontrar pessoas que possam ajudar, como foram ajudados e acolhidos pelos protagonistas, formando assim uma “teia” de relacionamentos positivos”. (FERREIRA, 2023, p.06)

O mesmo acontece entre os pares, estudante com estudante, professor com professor, professor com a equipe gestora, equipe gestora com pais e demais funcionários da escola.

“Aquele que se põe no papel de protagonista acaba tomando para si a figura de líder e de reconhecimento entre os pares. Nisto a evidência assume o mesmo peso de uma tatuagem já que as relações simbólicas feitas podem existir tanto no objeto, no caso a tatuagem, quanto na posição, o protagonismo. E esta existência incide sobre todas as lógicas de pertença” (FERREIRA, 2021, p.07)

O olhar encontra o sentimento de acolhimento e o que não acolhe, o gênero é confundido com o que permeia no preconceito, o ser, a pessoa muitas vezes não são vistos como pessoas, são relacionadas a um adjetivo pejorativo em roda de conversas, quer de professores ou de até mesmo dos seus pares. Hoje com direitos adquiridos, os que em roda de conversas, remetem dizeres excludentes, se dizem apoiadores da causa e muitas vezes tem um discurso anti- homofobia; uma dicotomia onde prevalece são as aparências. O acolhimento precisa acontecer de forma espontânea e verdadeira, o aceitar o indivíduo sem se ater as amarras do preconceito. Podemos encontrar algumas pessoas na comunidade escolar com este entendimento. Faz parte do trabalho da equipe gestora a articulação para um bom relacionamento entre os pares, principalmente a equipe docente e relacionamentos entre os estudantes articulando com a equipe dos protagonistas da escola, uma interação com os estudantes para que todos tenham uma inclusão e sentimento de pertencimento ao meio educacional.

“A compreensão do poderoso papel das emoções no ambiente de trabalho distingue os bons líderes dos demais — não só em aspectos tangíveis, como melhores resultados empresariais e retenção de talentos, mas também nos importantíssimos aspectos intangíveis, como moral mais elevado, motivação e dedicação” (GOLEMAN, 2002, p.18)

Na escola temos diversidade cultural, emocional, social e política; todos interagindo e tentando se colocar como parte do todo, através de diálogos e encontros em grupos que se sentem pertencentes, aceitos. O acolhimento precisa ser recíproco, ser sincero para que a inclusão aconteça.

As emoções não ditas em um corpo cheio de perguntas sem respostas, são despercebidas em meio do caos da aparência perfeita, ou quase, para alguns, o ser querendo fazer parte de uma maioria, que na realidade se sente minoria imperfeita, quebrada, desapropriada de seu Eu. Segundo, MEDEIROS (2019), “A educação inclusiva por conta de um movimento que tenta romper com a exclusão de qualquer maneira, visando sempre que a escola está voltada para todos,” Discursos alheios de si, querendo fazer parte da sociedade perfeita ou que pensa ser perfeita, para ser aceito no mundo que não pertence a ninguém, a apenas as pessoas que têm a coragem de se despir, se desnudar e mostrar a sua verdadeira face com autoestima e altivez, para não ser engolido pela hipocrisia do dito correto e normal. Sentimentos de muitos tatuados pela vida, pelo preconceito que ainda lidera e exala em toda a parte.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O empoderamento torna-se mais eficiente com uma educação que envolva construção social de ensino-aprendizagem, encontre meios para uma compreensão humanizadora, conhecimento fluído, flexível gerando alta autoestima. O estudante depende emocionalmente de contextos complexos; à prisão psicológica e a imaturidade de lidar com pessoas, o relacionamento interpessoal é comprometido com ações sem planejamento, avaliando esses comportamentos a educação integral de Pernambuco tem vários projetos dentro do programa integral que prioriza o educando de forma integral e integralizada, buscando ações protagonista e incentivo ao projeto de vida do estudante. Nesse sentido, na educação os projetos são realizados para a inclusão do jovem como parte independente do gênero, porém as discussões ainda são muito recentes, envolvendo dúvidas de vários setores no âmbito educacional, política e social. Os paradigmas estão visivelmente se transformando ao longo do tempo, a responsabilidade em acompanhar as mudanças pertence todos. As políticas públicas do estado de Pernambuco encontraram um meio para uma inclusão eficiente e eficaz, palestras sobre gêneros, o programa de protagonismo juvenil, programa do projeto de vida dentro das escolas de referência

integrais, escolas técnicas e escolas semi-integrais, estimula, elevando a autoestima dos estudantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar os caminhos, escola, inclusão e gênero. As interrelações com a comunidade escolar é o processo quem possibilita experiências com diversidade culturais e estudantes com diversos e especificidade de gêneros, incentiva ao longo do tempo o desenvolvimento da autonomia, o protagonismo juvenil, fator e elemento fundamental para a construção do empoderamento. A conquista dessa autonomia é possível com a emancipação de ideias preconceituosas, a história dissipa aos poucos uma situação de marginalidade, de baixa autoestima, sentir-se diferente e a crítica no olhar de alguns, que são fatores que podem emanar o gatilho para a exclusão, a pessoal e a emocional, a pessoal está ligada a evasão e ao abandono escolar, social. A relação protagonismo juvenil, inclusão e gênero se misturam é uma relação simbiótica a qual uma depende da outra para apropriação de ações e valores que irão ajudar na vida pessoal e profissional de todos envolvidos.

As relações interpessoais na educação integral e profissional de Pernambuco, perpassam por diversas fases de crescimento, verificou-se que estas fases de crescimento são apropriações de ideias e ideais de transformação e aprimoramento para o futuro em prol a vida para o trabalho. As ações de responsabilidade emocional, o respeito a identidade cultural, a inclusão e o empoderamento, faz parte do programa integral e consequentemente dos projetos na comunidade escolar. Ao concluir percebe-se que há muito ainda a ser realizado para uma inclusão com plenitude, a formação e a capacitação de toda comunidade escolar se fazem-se necessário, também se faz necessário mais pesquisas por parte da comunidade científica, passos estão sendo dados para que aconteça a equidade, políticas públicas, para a promoção do respeito a diversidade de gênero.

## **REFERÊNCIAS**

DE PAULA, DANIEL GIOTTI et al. DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOL.1,2020.

FERREIRA, Ana & Santana, Washington & Duarte, Ana. (2023). Adolescentes em ensino médio: Inclusão, protagonismo e empoderamento. 10.56238/futuroeducpesqutrans-029.

FERREIRA, Ana Beatriz Medeiros. O PROTAGONISMO JUVENIL DE ADOLESCENTES AO OLHAR DE MICHAEL FOUCAULT.2021

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura) ISBN 85-219-0243-3

GAYA, Adroaldo. The reinvention of bodies: for a pedagogy of complexity. **Sociologias**, p. 250-272, 2006.

MEDEIROS, FERREIRA ANA BEATRIZ, Educación Inclusiva, todavía Exclusiva, p.140, Educación Inclusiva, Abriendo Puertas al Futuro, Almeria, 2019. 11Editorial Enfoques Educativos ,S.L, ISBN, 978-84-945 073-0-4, Depósito legal: J874-2019. Disponível em <https://congresoeducacioninclusiva.es/>

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, v. 99, 2000.

GOLEMAN, Daniel; BOYATZIS, Richard; MCKEE, Annie. O poder da inteligência emocional. **Rio de Janeiro: Campus**, 2002.

SALDANHA, Diana Maria Leite Lopes; AMARILHA, Marly. O ensino de literatura no curso de Pedagogia: uma presença necessária. **Educar em revista**, v. 34, p. 151-167, 2018.





## **AUTORES**

**Adalgiza Mafra Moreno**

Doutora em Ciências Cardiovasculares. Universidade Salgado de Oliveira. Universidade Iguazu. E-mail: adalgizamoreno@hotmail.com

**Aldaires Aires da Silva Lima**

Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), aldares.lima@ifrr.edu.br;

**Ana Beatriz Medeiros Ferreira**

Professora. Graduada em Pedagogia-FACHO-PE, Especialista em Arte Educação-UFPE-PE; Mestre em Ciências da Educação-UCDB-MS, – UF; Mestre em Ciência da Educação – UNADES-PY; Doutoranda em ciências da educação, UNIDA, PY; ana.beatrix1@gmail. Com

**Anna Júlia de Rossi**

Acadêmico do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS e integrante do Grupo de Estudos de Gênero - GREG FSG BG

**Camila Tavares Rodrigues**

Mestra em Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: milatr@hotmail.com

**Daniele Neves do Nascimento**

Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Piauí e Mestranda em Filosofia Contemporânea da Universidade Federal do Piauí. E-mail: dani97nneves@gmail.com.

**Edemar Rotta**

Doutor em Serviço Social. Professor do quadro permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: erotta@uffs.edu.br

**Edith Maria Marques Magalhães**

Doutora em Educação. Universidade Iguazu. E-mail: edithmagalhaes20@gmail.com.br

**Eduarda Bassolli**

Acadêmico do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS e integrante do Grupo de Estudos de Gênero - GREG FSG BG.

**Erik Luís Sott de Santis**

Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas – UFFS, campus Cerro Largo, com bolsa CAPES. E-mail: erik.santis@estudante.uffs.edu.br

**Fagner Fernandes Stasiaki**

Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas – UFFS, campus Cerro Largo, com bolsa CNPq. E-mail: fagner.stasiaki@estudante.uffs.edu.br

**Fátima Ingrid Bezerra Bonfim**

Mestra em Letras (UFPI). Professora de Língua Portuguesa na Rede Pública do Estado do Ceará. E-mail: ingrid\_bonfim@hotmail.com

**Hiatanderson da Silva Monteiro**

Mestrando em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas(UFPB). Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário (UNIALPHAVILLE). Graduado pelo Curso de Direito (UNIPÊ). Graduado em Licenciatura em Computação (UEPB), E-mail:hiatanderson.uepb@outlook.com

**Igor Bidigaray**

Acadêmico do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS e integrante do Grupo de Estudos de Gênero - GREG FSG BG.

**Ivanalda Dantas de Nobrega Di Lorenzo**

Professor Orientador: Doutora em Educação na Linha de Educação Popular (2009) pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Mestre em Geografia pela UFPB (2007), Graduada em Ciências Contábeis pela UFPB (1997), Graduada em Bel. Geografia pela UFPB (2002) e Graduada em Licenciatura em Geografia pela UFPB (2003), E-mail: ivanalda.dantas@professor.ufcg.edu.br

**Ivann Carlos Lago**

Doutor em Sociologia Política. Professor do quadro permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: ivann@uffs.edu.br

**Jéssica Duarte de Souza**

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES)., jds.duartejessica@gmail.com

**Joana Alvares**

Psicóloga, Doutoranda em Psicologia Clínica, Docente do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS, Coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero - GREG FSG BG, contato: joana.alvares@fsg.edu.br

**Juliana Cristina dos Santos Duarte (Kylian Duarte)**

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. Bolsista FAPESC. Contato: julianaduarteciso@gmail.com

**Kézia Keulen Rodrigues Barbosa**

Estudante do curso Técnico em Design Gráfico subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)/Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), keziakeulen@gmail.com;

**Luan Anderson Dalmas**

Acadêmico do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS e integrante do Grupo de Estudos de Gênero - GREG FSG BG

**Mariana Amaral da Silva**

Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências (PEmCie FURG/UNICAMP), Mestre em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: mariana.amaral28@gmail.com

**Mariana da Silva Souza**

Mestranda do Programa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)/Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), mariana.souza@ifrr.edu.br.

**Marilia Salete Tavares**

Mestra em Ciências da Atividade Física. Universidade Salgado de Oliveira. Universidade Iguazu. E-mail: mariliasalete@gmail.com

**Neusa Schnorrenberger**

Doutora em Direitos Especiais pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Direito – URI, campus Santo Ângelo/RS. E-mail: neusaschaadvogada@gmail.com.

**Raquel Pereira Quadrado**

Professora Assistente do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências (PEmCiE – FURG/UNICAMP), Doutora em Educação em Ciências (FURG). E-mail: raquelquadrado@hotmail.com

**Rosângela Angelin**

Pós-Doutora pelas Faculdades EST (São Leopoldo/RS). Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck. Docente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo. Vice-líder do Núcleo de Pesquisa de Gênero - Faculdades EST.

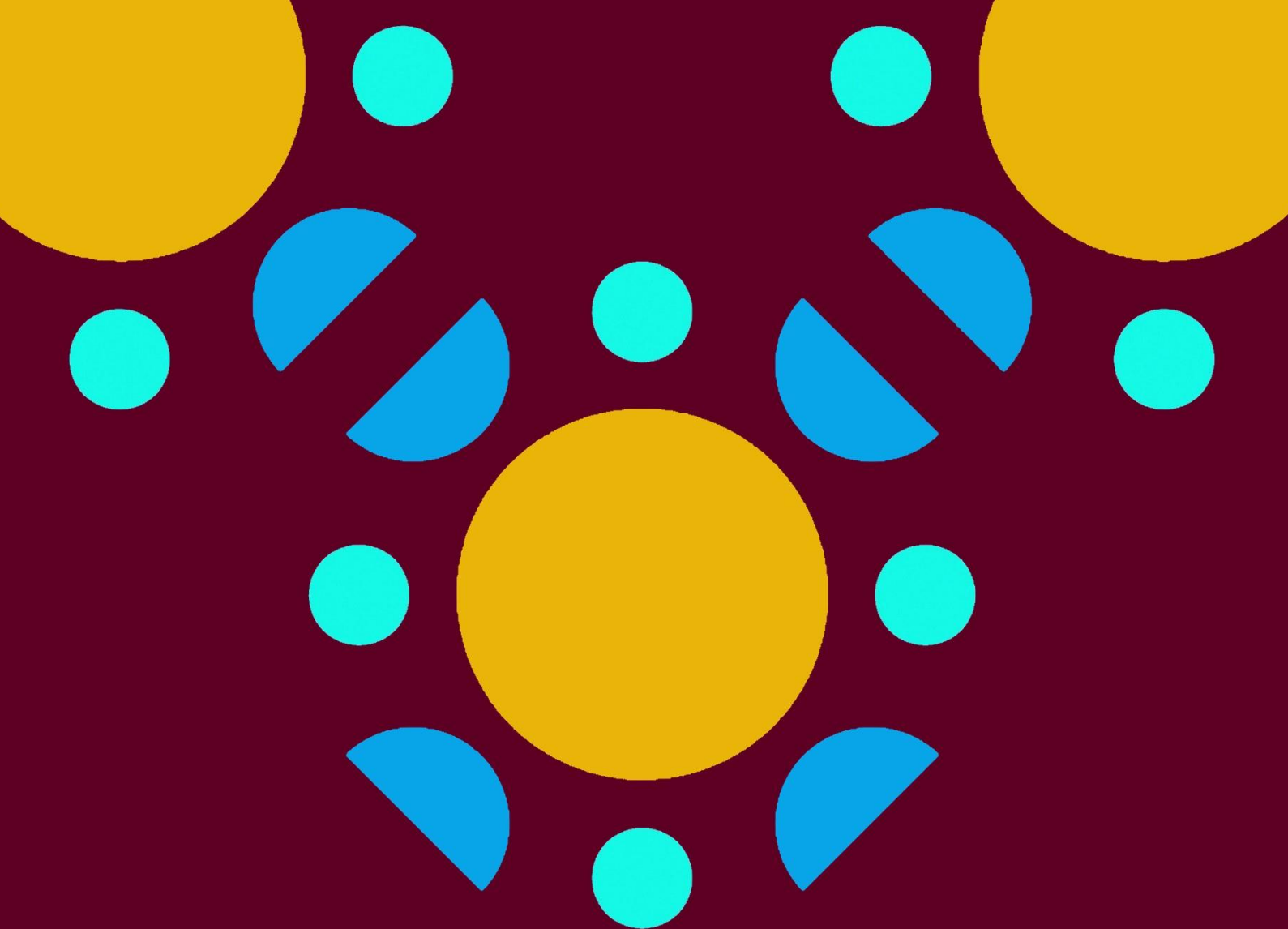
**Sandra Adelina Giacomini**

Psicóloga, Mestre, Docente do Curso de Psicologia da FSG Bento Gonçalves-RS, Coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero - GREG FSG BG

**Tais Eduarda Marciel dos Santos Ferreira**

Mestranda em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania, Graduada em História pela Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira (2016). Especialista

em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade do Sertão do Pajeú (2020), especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade Metropolitana de São Paulo (2021), E-mail: taissantos99@gmail.com.



**Quebrando Barreiras: Gênero, Identidade e Transformação** é uma obra que mergulha nas complexidades da identidade de gênero e na jornada de autodescoberta. Através de relatos inspiradores e reflexões profundas, o livro explora os desafios enfrentados por pessoas que desafiam normas impostas pela sociedade, mostrando como a aceitação e a autenticidade podem transformar vidas.

Com uma abordagem sensível e informativa, a obra discute a importância da representatividade, do respeito e da inclusão em diferentes contextos. Mais do que um livro, *Quebrando Barreiras* é um convite à empatia e à compreensão, incentivando leitores a desconstruírem preconceitos e a celebrarem a diversidade.



Editora  
**UNIESMERO**

ISBN 978-655492113-8



9

786554

921138